

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	34
4.5 - Processos sigilosos relevantes	35
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	36
4.7 - Outras contingências relevantes	37

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	38
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	39
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	41
5.3 - Descrição dos controles internos	43
5.4 - Programa de Integridade	45
5.5 - Alterações significativas	47
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	48
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	49
6.3 - Breve histórico	50
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	51
6.6 - Outras informações relevantes	52
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	53
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	55
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	56
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	59
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	64
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	65
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	68
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	69
7.8 - Políticas socioambientais	70
7.9 - Outras informações relevantes	71
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	72
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	73

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	75
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	76
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	77
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	81
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	83
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	98
9.2 - Outras informações relevantes	102
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	103
10.2 - Resultado operacional e financeiro	112
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	113
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	114
10.5 - Políticas contábeis críticas	115
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	117
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	118
10.8 - Plano de Negócios	119
10.9 - Outros fatores com influência relevante	120
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	121
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	123
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	126
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	132
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	136
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	138
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	139

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	148
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	151
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	152
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	162
12.12 - Outras informações relevantes	163

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	164
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	167
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	171
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	173
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	176
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	178
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	179
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	181
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	183
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	184
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	185
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	186
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	187
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	188
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	189
13.16 - Outras informações relevantes	190

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	191
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	192
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	193
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	195
14.5 - Outras informações relevantes	196
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	197
15.3 - Distribuição de capital	213
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	214
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	215
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	216
15.7 - Principais operações societárias	217
15.8 - Outras informações relevantes	218
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	219
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	220
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	221
16.4 - Outras informações relevantes	222
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	223
17.2 - Aumentos do capital social	224
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	225
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	226
17.5 - Outras informações relevantes	227
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	228

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	229
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	232
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	233
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	234
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	235
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	236
18.8 - Títulos emitidos no exterior	237
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	238
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	239
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	240
18.12 - Outras informações relevantes	241

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	242
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	243
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	245

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	246
20.2 - Outras informações relevantes	247

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	252
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	260
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	261
21.4 - Outras informações relevantes	262

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabio Venturelli

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Felipe Vicchiato

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Declaração do Diretor Presidente

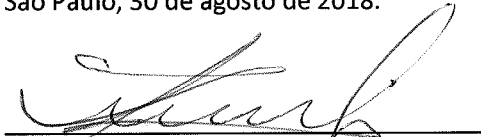
Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário de Referência: Fabio Venturelli

Cargo do responsável: Diretor Presidente

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.



Nome: Fabio Venturelli

Cargo: Diretor Presidente



Declaração do Diretor de Relações com Investidores

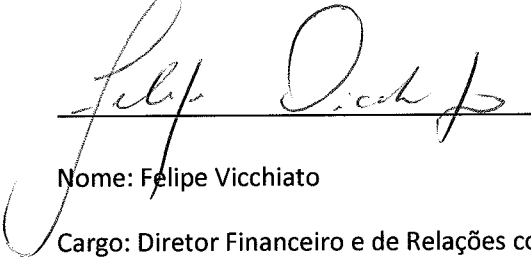
Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário de Referência: Felipe Vicchiato

Cargo do responsável: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.



Nome: Felipe Vicchiato
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Não aplicável.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0008-00
Período de prestação de serviço	16/07/2014
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2018, 2017 e 2016 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2017, 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, 30 de junho de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2015, 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015., elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês. Adicionalmente a EY foi contratada para revisão das informações contábeis e financeiras apresentadas no Prospecto da Oferta relativo à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no último exercício.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de março de 2018, os auditores independentes receberam os seguintes honorários (R\$ Mil): Serviços de auditoria - R\$ 1.475,1 / Outros serviços - R\$ 124,0.
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Antonio de A. Navarrete	16/07/2014	120.817.178-08	Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900, 1º e 3º andares, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (019) 33220500, Fax (019) 33220559, e-mail: jose.a.navarrete@br.ey.com

Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa, sendo a contratação dos demais serviços atribuição da Diretoria e a dos auditores independentes do Conselho de Administração. A administração da Companhia e nossos auditores externos, Ernst & Young, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a Ernst & Young não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se definem internacionalmente em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/03/2018)	Exercício social (31/03/2017)	Exercício social (31/03/2016)
Patrimônio Líquido	3.289.772.754,37	3.403.315.735,39	2.646.593.713,19
Ativo Total	9.114.711.190,27	8.691.881.727,13	7.380.892.700,32
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.435.698.379,25	2.609.518.360,79	2.338.731.225,45
Resultado Bruto	1.099.358.065,82	683.307.110,32	643.927.790,08
Resultado Líquido	491.705.906,49	283.866.575,23	206.946.430,28
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	350.802.666	358.579.812	338.144.163
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,867108	10,089279	7,808720
Resultado Básico por Ação	1,474787	0,841535	0,610591
Resultado Diluído por Ação	1,47	0,84	0,61

a) Avaliamos nosso desempenho comercial com base, principalmente, em nossa margem operacional, ou *spread* entre o preço médio de nossos produtos e a soma do custo de produtos vendidos e despesas operacionais. Concentramo-nos no volume e qualidade dos produtos por nós produzidos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no nosso EBITDA. Definimos EBITDA como:

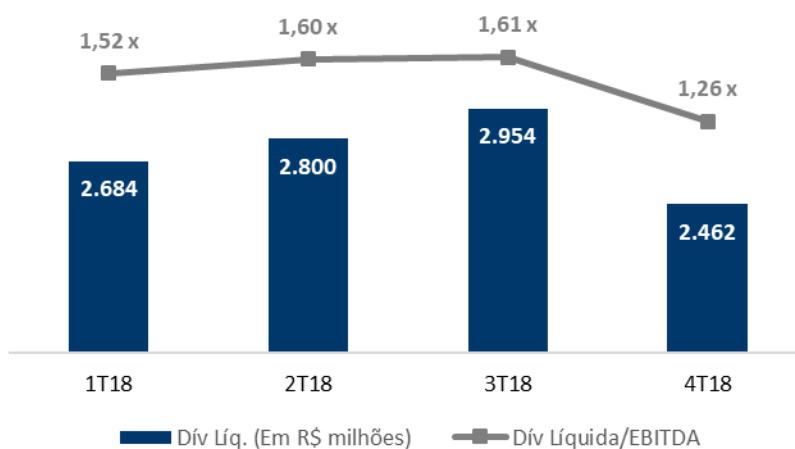
- nosso lucro operacional;
- menos despesa financeira líquida;
- menos depreciação e amortização

Acreditamos que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do nosso desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do nosso EBITDA talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente por nós, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, divulgamos também o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- menos itens não caixa lançados no CPV;
- menos receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes;
- menos resultado de equivalência patrimonial
- menos vencimento de dívida (Hedge Accounting) / PPA

O índice de dívida líquida/EBITDA é o resultado da nossa dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo nosso EBITDA para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos.



3.2 - Medições não contábeis

b) Abaixo é possível verificar o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado e a abertura através dos produtos e derivados produzidos pela companhia, em relação ao último exercício social (31/03/2018).

Pro-Forma			
RECONCILIAÇÃO DO EBITDA	12M18	12M17	Var.%
Em Milhares de R\$			
EBITDA Ajustado	1.949.994	1.445.083	34,9%
Margem EBITDA Ajustado	53,8%	46,3%	7,6 p.p.
Vencimento de Dívida (Hedge) / PPA USC	186.287	119.467	55,9%
Resultado de Equiv alência Patrimonial	2.994	(606)	n.m.
Receitas (Despesas) Operacionais - Não recorrente	2.386	(142.362)	n.m.
Ativos Biológicos	63.064	24.207	160,5%
EBITDA Contábil	1.695.263	1.444.377	17,4%
Margem EBITDA	49,3%	48,1%	1,2 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(895.582)	(737.911)	21,4%
(-) Despesa Financeira Líquida	(177.135)	(260.914)	-32,1%
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	622.546	445.552	39,7%

EBITDA POR PRODUTO - 12M18	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.781.545	1.572.009	207.293	8.419	52.721	3.621.987
CPV (Caixa)	(638.727)	(689.366)	(28.184)	(745)	(32.453)	(1.389.474)
Lucro Bruto (Caixa)	1.142.818	882.643	179.109	7.674	20.268	2.232.513
Margem Bruta (Caixa)	64,1%	56,1%	86,4%	91,2%	38,4%	61,6%
Despesas de Vendas	(101.536)	(7.759)	(9.975)	-	(508)	(119.778)
Despesas G&A (Caixa)	(72.973)	(78.759)	(13.160)	(3.397)	-	(168.289)
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	5.549	5.549
EBITDA Ajustado	968.309	796.125	155.974	4.277	25.309	1.949.994
Margem EBITDA Ajustado	54,4%	50,6%	75,2%	50,8%	48,0%	53,8%
Custo EBITDA **	(588,7)	(853,2)	(55,7)			

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira/PPA (R\$ -186,3 milhões).

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/M³

Energia em R\$/MWh

c) A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado. Além disso, a abertura por produto permite uma visão mais analítica e estratégica, possibilitando outras formas de comparativos, essenciais para a medição dos resultados.

Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2018:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justifica-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciará a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2017:**(a) Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)**

Em 07 de abril de 2017, a Companhia realizou nova captação de recursos via mercado de capitais, por meio de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA pela Vert Companhia Securitizadora, no montante de R\$ 506.400 mil.

O valor está composto por dois tipos de Certificados, sendo (i) no valor de R\$ 313.566 mil com pagamentos semestrais dos juros equivalentes a 96% da variação acumulada da taxa CDI e amortização única do principal em abril de 2021 e (ii) no valor de R\$ 192.834 mil com pagamentos anuais dos juros equivalentes a IPCA + 5,0894% e amortização única do principal em abril de 2023.

(b) Captação de recursos por meio do IFC

Em 07 de junho de 2017, a Companhia realizou a captação de US\$ 90.000 mil (R\$ 295.740 mil) por meio do *International Finance Corporation* (IFC), membro do grupo Banco Mundial, com prazo final de 8 anos.

(c) Cisão parcial da Vale do Mogi

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2017, foi aprovada a cisão parcial da controlada Vale do Mogi para controlada LandCo. A parcela cindida refere-se a terras no montante de R\$ 899.056 mil. Estes bens estão acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) no valor de R\$ 854.674 mil.

Adicionalmente, a Assembleia aprovou a alteração da razão social da Vale do Mogi para São Martinho Terras Imobiliárias S.A. (SMT Imobiliárias).

Com esta movimentação, a SMT Imobiliárias passa a deter 3 mil hectares de terras que serão destinadas a projetos imobiliários e minerários.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

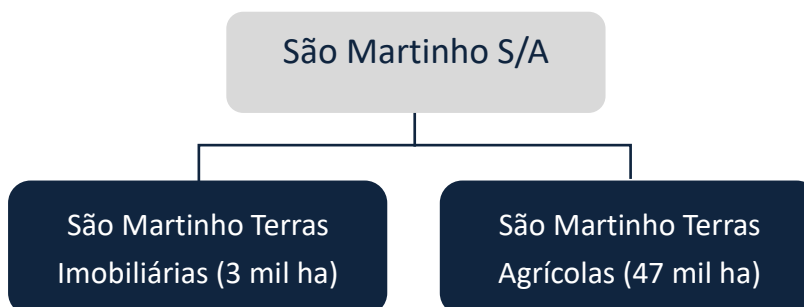
(d) Cisão parcial da LandCo

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2017, foi aprovada a cisão parcial da controlada LandCo para controlada Vale do Mogi. A parcela cindida refere-se a terras no montante de R\$ 5.400 mil. Estes bens estão acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) no valor de R\$ 5.131 mil.

A mesma Assembleia também aprovou a alteração da razão social da LandCo para São Martinho Terras Agrícolas S.A. (SMT Agrícolas).

Após esta movimentação, a SMT Agrícolas passa a deter 47 mil hectares de terras que serão utilizados exclusivamente na atividade agrícola.

O organograma após os atos societários descritos acima, fica como segue:



Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2016:

Cisão parcial da Vale do Mogi

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2016, foi aprovada a cisão parcial da controlada Vale do Mogi para LandCo S.A. (“LandCo”). A parcela cindida pela LandCo refere-se a terras no montante de R\$ 53.176 mil. Devida movimentação resultou em uma redução de capital na Vale do Mogi.

Redução no capital social da Vale do Mogi

Em 6 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou a redução de capital social da Vale do Mogi em R\$ 14 mil, sem o cancelamento de ações, mediante dação em pagamento de determinados bens imóveis. Estes bens estão acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed-cost*) no valor de R\$ 4.474 mil.

	Exercício findo em 31 de março de		
	2018	2017	2016
(a) Regras sobre retenção de lucros	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, ficará a disposição da assembleia geral que poderá, por proposta da administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.		
a.i Valores das retenções de lucros	264.085.939,94	147.349.880,79	157.735.900,97
a.i.i Refere-se a reserva para orçamento de capital			
a.ii Percentuais em relação ao lucro	53,71%	51,91%	76,22%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.		
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não existente	Não existente	Não existente
(e) Política de destinação de resultados	Não existente	Não existente	Não existente

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/03/2018	Exercício social 31/03/2017	Exercício social 31/03/2016
Lucro líquido ajustado	467.120.611,17	269.673.246,47	197.229.876,09
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	38,533945	37,081914	28,081120
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	14,834752	8,340885	7,819324
Dividendo distribuído total	180.000.000,00	100.000.000,00	55.384.358,87
Lucro líquido retido	311.705.906,49	183.866.575,23	151.562.071,41
Data da aprovação da retenção	27/07/2018	28/07/2017	29/07/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros						
Ordinária	63.219.847,22	15/08/2018	32.581.688,38	15/08/2017	9.230.726,48	15/08/2016
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	116.780.152,78	15/08/2018	67.418.311,62	15/08/2017	46.153.632,39	15/08/2016

Valores em R\$ mil

	Exercício social findo em 31 de março de		
	2018	2017	2016
			Reapresentado
a) Saldo anterior em reserva de lucros	606.198	432.656	390.561
b) Constituição de reservas	395.008	361.102	167.453
c) Realização de reserva	(143.168)	(187.560)	(125.358)
c.1) Com pagamento dividendos	(32.538)	(9.043)	(7.010)
c.2) Aumento de capital	(110.630)	(133.632)	(118.348)
c.3) Outras	-	(44.885)	-
d) Saldo reserva de lucros	858.038	606.198	432.656

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2018	3.924.897.000,00	Índice de Endividamento	1,15325540	
	0,00	Outros índices	1,26296151	Índice de endividamento utilizado: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Sendo: Dívida Líquida: a soma da dívida bancária da companhia e obrigações decorrentes de aquisições menos o caixa e disponibilidades da Companhia. EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses: a soma do EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses no conceito de EBITDA Ajustado descrito no item 3.2. Motivo da utilização do índice: Índice amplamente utilizado pelo mercado.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/03/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		664.352.000,00	963.361.000,00	604.790.000,00	1.458.522.000,00	3.691.025.000,00
Empréstimo	Quirografárias		22.277.000,00	126.571.000,00	85.024.000,00	0,00	233.872.000,00
Total			686.629.000,00	1.089.932.000,00	689.814.000,00	1.458.522.000,00	3.924.897.000,00
Observação							

Não aplicável.

a) com relação à Companhia;Produtividade da matéria prima

Nossas receitas decorrem, quase em sua totalidade, de derivados da cana-de-açúcar. O cultivo ocorre em terras próprias ou de terceiros nos estados de São Paulo e Goiás. Fatores climáticos como excesso de chuvas, secas e geadas bem como, índices de luminosidade e temperatura podem alterar a produtividade dos canaviais e em consequência nossas estimativas de produção e vendas. Além disso, caso ocorram desastres naturais nossas operações poderão sofrer interrupções significativas.

Técnicas de manejo agrícola, variedade genética do canavial e controle de pragas e doenças também compõem os fatores de risco relacionados a produtividade de nossa matéria prima.

Cerca de 30% da cana processada em nossas usinas advém de terceiros e, apesar de a maior parte destes fornecedores serem nossos parceiros de longo prazo, não podemos garantir a existência desta cana no futuro, tampouco podemos garantir as renovações dos contratos de fornecimento, arrendamento e parceria hoje em vigor. A eventual ruptura destes relacionamentos de longo prazo pode resultar no aumento dos preços da cana-de-açúcar ou em uma diminuição do volume de matéria prima disponível para processamento.

Volatilidade de preços da commodities e do câmbio

Nossos produtos comercializados estão sujeitos a variações de preços que podem afetar nosso desempenho financeiro. O açúcar, por ser cotado em dólares americanos, está sujeito à variação cambial desta moeda frente ao real brasileiro.

Executamos estratégias de hedge que podem ter efeitos adversos em nossos resultados.

Falhas em equipamentos e acidentes

Estamos sujeitos a incidentes operacionais que são inerentes à nossa atividade, como falhas em equipamentos, incêndios, explosões, rupturas de tubulações, e acidentes com eventual possibilidade de danos físicos, morte, perdas materiais e/ou, ainda, acidentes ambientais que resultem na suspensão de nossas operações e/ou imposição de penalidades cíveis e criminais.

Possuímos coberturas de seguro robustas contra a maior parte desses riscos bem como eventuais lucros cessantes, entretanto estas não cobrem perdas em caso de guerras, sabotagens ou desastres naturais ou podem não ser suficientes.

Ciclo logístico

A distribuição de nossos produtos dá-se por rodovia e ferrovia sendo que possíveis danos a estas infraestruturas podem representar um risco ao escoamento. A diversificação dos modais de transporte e nossa capacidade de armazenagem são fatores importantes de controle. Até 65% da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

produção anual de açúcar e até 70% do etanol produzido podem ser estocados, de forma a garantir o fluxo contínuo da produção e consequente redução de riscos operacionais.

Atrasos na obtenção de insumos agroindustriais podem afetar significativamente nossas operações.

Indisponibilidade de financiamento e falta de liquidez

Captamos por meio de empréstimos de instituições financeiras nacionais e estrangeiras e pelo acesso ao mercado de capitais. Condições de mercado globais podem fazer com que não tenhamos sempre disponíveis novos financiamentos para nossas operações.

Alguns de nossos contratos de financiamento possuem cláusulas que impõem o cumprimento de índices financeiros e outras obrigações, podemos não ser capazes de cumprir tais condições e isso afetaria negativamente nossos resultados e reputação.

Más decisões de investimento

Premissas utilizadas para realização de novos negócios de investimento podem não se concretizar fazendo com que não obtenhamos sucesso em nossa estratégia de crescimento.

b) com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia;

A gestão da Companhia é influenciada por seus acionistas controladores e os interesses de seus atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras coisas (i) decidir o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, e o tempo e as condições de pagamento de quaisquer dividendos futuros, sujeitos aos requisitos de distribuição mínima obrigatória nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (ii) realizar operações em condições que podem não se alinhar com os interesses dos demais acionistas detentores de nossas ações e podem impedir ou frustrar tentativas de remover os atuais membros de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria.

c) com relação aos acionistas da Companhia;

O Estatuto Social da São Martinho contém disposições com efeito de (i) dificultar tentativas de aquisição da Companhia sem que haja negociação com os atuais controladores; e (ii) evitar a concentração de ações por parte de um pequeno grupo de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa. Esta disposição exige que qualquer acionista adquirente (com exceção dos atuais Acionistas Controladores e de outros investidores que se tornem acionistas em certas operações especificadas no Estatuto Social) que se torne titular de ações da Companhia em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital total, realize, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações da Companhia, por um preço justo por ação, nos termos do nosso Estatuto Social e da legislação aplicável. Esta disposição pode

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ter o efeito de dificultar ou impedir tentativas de aquisição da Companhia e acabar por desencorajar, atrasar ou impedir operações de fusão/aquisição, incluindo aquelas em que o investidor teria potencial para receber um prêmio sobre o valor de mercado de suas ações.

Ainda de acordo com o nosso Estatuto Social devemos pagar aos nossos acionistas pelo menos 25% do lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, conforme Lei das Sociedades Anônimas. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. É possível a Companhia não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, no caso em que o Conselho de Administração decida que tal pagamento é desaconselhável diante de nossa situação financeira à época.

d) com relação às controladas e coligadas da Companhia;

A Companhia possui empresas controladas operacionais e não operacionais em sua estrutura. Porém, ainda que operacionais, as atividades de tais empresas controladas restringem-se a atividades de suporte àquelas praticadas pela Companhia, de modo que não identificamos fatores de riscos relacionados às nossas controladas.

Aquisições de empresas podem representar risco de exposição às responsabilidades relativas a contingências envolvendo a sociedade adquirida. O processo de auditoria (*due diligence*) que conduzirmos em uma aquisição e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que possamos receber dos vendedores podem não ser suficientes para nos proteger ou nos compensar por eventuais contingências, de modo a nos afetar adversamente. Sendo assim, não podemos garantir que referidas aquisições ou parcerias serão bem-sucedidas, apresentarão sinergias com nossas atividades ou ocorrerão em condições de preço e operacionalização satisfatórias.

Ademais, o sucesso na execução desta estratégia depende de inúmeros fatores, tais como, a existência de demanda pelos nossos produtos, ambiente regulatório, fatores macroeconômicos, capacidade competitiva, estrutura de custos, desenvolvimento tecnológico, licenciamentos e autorizações que, na maior parte das vezes, extrapolam ao controle da Companhia.

e) com relação aos fornecedores da Companhia;

O preço que pagamos aos nossos fornecedores de cana é baseado no teor de açúcar contido na cana-de-açúcar entregue, resultado obtido através da análise laboratorial da matéria-prima amostrada ao chegar na usina.

O pagamento destes fornecedores, em geral, acontece 80% na entrega da cana-de-açúcar e 20% parcelados de janeiro a abril do ano seguinte, com base nos preços divulgados mensalmente pelo Consecana e ajustados conforme o acumulado da safra.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O vencimento sem renovação dos nossos contratos de Parceria Agrícola, Arrendamento e Compra e Venda de Cana (fornecimento) pode nos afetar negativamente, motivo pelo qual os contratos possuem cláusulas de preferência, exclusividade, multa e indenização.

Em regra, os contratos são de longo prazo (1 ciclo = aproximadamente 6 anos), estão distribuídos uniformemente, possuem cláusulas que nos asseguram a renovação automática e a preferência perante terceiros, além de outras proteções previstas no Estatuto da Terra. Ainda assim, não há como garantir que serão todos renovados, fato que pode nos afetar.

O suprimento de cana é acompanhado e reportado pela área de gestão de riscos ao Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos. O indicador utilizado, o qual faz parte do Painel de Riscos reportado mensalmente, controla o vencimento de todos os contratos de Parceria, Arrendamento e Fornecimento, dando um sinal de alerta quando mais de um sexto dos contratos está prestes a vencer no ano corrente, nos próximos dois anos subsequentes. Em adição, controla-se o número total de áreas contratadas de fornecedores frente à necessidade para uma safra, não podendo haver mais que 10% expostos, ou sem contratos.

Os riscos relacionados à cana de terceiros decorrente de impactos climáticos e variações no custo são controlados através de um hedge natural, uma vez que o custo de aquisição dessa cana é definido conforme critérios de precificação divulgados pelo Consecana que, por sua vez, são atrelados aos preços do açúcar e etanol. Ou seja, a São Martinho assegura que o impacto sobre o custo seja o mesmo impacto sobre a receita, garantindo a rentabilidade desta cana.

f) com relação aos clientes da Companhia;

Dentre os clientes da São Martinho os três maiores compradores de açúcar correspondem a aproximadamente 27% da receita líquida e, em relação ao etanol, nossos três maiores clientes respondem por adicionais 32%.

Considerando sua representatividade, há um risco de impacto no faturamento da empresa caso esses clientes reduzam seu volume de compras.

g) com relação ao setor de atuação da Companhia;

As oscilações de preço dos nossos produtos, bem como as instabilidades econômicas, políticas e financeiras no Brasil e no mundo podem nos afetar negativamente.

O setor sucroalcooleiro, no Brasil e no mundo, é marcado por períodos de forte instabilidade de oferta e demanda, acarretando oscilações nos preços de comercialização destes produtos, bem como nas margens de lucro praticadas. Ademais, o açúcar é uma *commodity* e como tal está sujeita às flutuações de preços ditadas pelo mercado. Inúmeros fatores fora da nossa capacidade de controle contribuem para a variação dos preços do açúcar, do etanol e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, dentre os quais podemos destacar:

- a demanda por açúcar, etanol e outros produtos derivados da cana-de-açúcar no Brasil e no mercado internacional;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- as condições climáticas e desastres naturais das regiões nas quais a cana-de-açúcar é cultivada;
- a capacidade produtiva dos concorrentes;
- políticas no Brasil e no mercado internacional de incentivo à produção, comercialização, exportação e consumo destes produtos;
- a disponibilidade de produtos substitutivos ao açúcar, etanol e outros produtos derivados da cana-de-açúcar, tais como sacarina, HFCS e derivados de petróleo;
- incentivos e subsídios governamentais de outros países produtores de açúcar, etanol e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar; e
- desenvolvimentos das negociações na OMC;
- políticas de protecionistas;

Adicionalmente, tanto o açúcar quanto o etanol são negociados em bolsas de mercadorias e futuros, estando, portanto, sujeitos a especulações de mercado, o que pode resultar em um efeito adverso para nós.

Além disso, na medida em que um ou mais de nossos concorrentes encontrem-se mais capitalizados, apresentem um *mix* de produtos ou adotem uma política de venda e de fixação de preços mais bem-sucedida que a nossa e, em decorrência disso, as suas vendas aumentem de maneira significativa, poderemos ser afetados negativamente.

h) com relação à regulação do setor de atuação da Companhia e j) a questões socioambientais

O setor agrícola é bastante suscetível às políticas e regulamentações governamentais. Um aumento nas alíquotas de tributos e tarifas existentes, a criação de novos tributos ou a modificação do regime de tributação, a imposição de um sistema de controle de preços do açúcar, do etanol ou de seus derivados e a adoção de políticas de incentivo ou restrição à importação e exportação de produtos agrícolas e *commodities* podem afetar de maneira adversa a demanda e a oferta destes produtos, de modo a impactar negativamente os resultados do setor e também os da Companhia.

Estamos sujeitos à extensa regulamentação ambiental e podemos estar expostos a contingências resultantes do manuseio de efluentes e materiais que podem ser contaminantes, além de potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental, inclusive a aquisição de terreno para conservação.

Adicionalmente, estamos sujeitos a rígidas leis federais, estaduais e municipais relativas à proteção do meio ambiente e saúde da população, que tratam, dentre outras coisas, do controle da queima de cana-de-açúcar e outras fontes de emissões atmosféricas, manejo e disposição final de resíduos, áreas de conservação e controles para segurança e saúde de nossos funcionários. Nossas atividades nos expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ambiental acerca do cumprimento da legislação aplicável.

Somos obrigados a obter licenças, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das nossas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir que compremos e instalemos equipamentos de custo muito elevado para controle da poluição ou que executemos mudanças operacionais a fim de limitar os potenciais impactos ao meio-ambiente e/ou à saúde dos nossos empregados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, o Código Florestal, no art. 16, determina a destinação de 20% da área de imóveis rurais para a inobservância das leis e regulamentos ambientais pode resultar, na esfera cível, na obrigação de reparar danos ambientais eventualmente causados, além da aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa e interrupção de nossas atividades. Estes danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta, podendo afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados. Tendo em vista que as leis de proteção ambiental estão se tornando cada vez mais rigorosas, nossos dispêndios e custos relacionados ao cumprimento das nossas obrigações ambientais poderão aumentar significativamente no futuro.

O governo federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas no Brasil afetam diretamente nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais, bem como nossas perspectivas sobre o preço de mercado de nossas ações, que poderão ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas do governo federal, bem como por fatores econômicos em geral, dentre os quais se incluem, sem limitação:

- instabilidade econômica e social;
- inflação;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial e restrições a remessas para o exterior;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e de empréstimos locais e externos;
- controle do governo federal na atividade de produção de petróleo;
- leis e regulamentações ambientais; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Sob o ponto de vista do mercado internacional, também enfrentamos concorrência dos produtores de açúcar internacionais. Sobretudo no mercado da União Européia e norte-americano, sofremos com a concorrência derivada da imposição de entraves regulatórios e políticas alfandegárias e de concessão de subsídios que encarecem, dificultam ou praticamente inviabilizam a venda dos nossos produtos nestes mercados.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Taxa de Câmbio

Descrição Qualitativa

Parte relevante das receitas da São Martinho tem origem no mercado externo ou está atrelada à moeda americana (cerca de 90% da produção de açúcar e 10% do etanol). Além disso, parte de seu passivo (amortização/juros de dívidas e pagamentos a fornecedores) é atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, a taxa de câmbio é uma variável muito importante para a rentabilidade da Companhia e sua volatilidade impacta diretamente nossos resultados fazendo-se necessária uma Política aderente a tal exposição.

Descrição Quantitativa

Exposição Receita = USD 444 milhões (safra 17/18)

Volatilidade do BRL = 13,3% a.a.

VaR da exposição líquida = USD 35 milhões

Preços Açúcar e Etanol

Descrição Qualitativa

O mix de produção da São Martinho é decidido levando em consideração a rentabilidade relativa entre açúcar e etanol. Dessa forma, a correlação da volatilidade dos preços dos produtos impacta o faturamento da Companhia e preços muito voláteis e pouco correlacionados dificultam a formação de expectativas e a previsibilidade.

Descrição Quantitativa

Exposição Produto e Receita

Açúcar = em 30 de junho de 2018, conforme release de resultados do 1T19, a Companhia possuía 504.519 toneladas de açúcar precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega na safra 18/19, com fixação em um preço médio de 14,49 ¢/lb

Taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (Libor).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**a) Processos Administrativos:**

Processo nº 15956.720.140/2012-28	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	19/10/2012
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 24.448.138,61
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano de 2009. Sobreveio decisão dando provimento em parte para o Recurso Voluntário. Em face dessa decisão, em 22.01.2016, a empresa opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes, os quais foram julgados improcedentes em Acórdão publicado em 21.02.2017. Apresentamos Recurso Especial em 08.03.2017. Em 11.05.2017, a empresa tomou ciência da decisão que admitiu o Recurso Especial interposto pela Fazenda, intimando a empresa a apresentar suas contrarrazões. Em 02.06.2017 foram apresentadas as Contrarrazões. Em 27.06.2017, a empresa foi cientificada sobre o despacho que admitiu parcialmente o seu Recurso Especial, ocasionando a interposição de Agravo em 03.07.2017, o qual não foi admitido em Acórdão cientificado à empresa em 13.11.2017.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 366.722,08 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 13856.000971/2007-15	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/12/2007
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 26.351.371,16

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Processo administrativo tributário sobre exigência de contribuição previdenciária sobre a exportação via cooperativa da Usina São Martinho. Nos autos do PA, questiona-se sobre a decadência/mérito, a configuração do grupo econômico e a multa/falta de informação GFIP.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 395.270,57 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 15956.000.508/2010-76	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 51.148.087,56
f. principais fatos	Auto de infração que contempla a exigência de Contribuição Previdenciária (INSS) incidentes sobre a receita de exportação indireta realizadas via Coopersucar, referente aos períodos de 01/2006 a 03/2008; impugnação em 27/10/2010; em 13/04/2011, a impugnação foi conhecida apenas em parte pela DRJ em razão da concomitância com mandado de segurança, na parte conhecida, deu-se parcial provimento para afastar a multa e os encargos de mora incidentes sobre as operações de exportação; em 20/04/2015, foi apresentado recurso voluntário dirigido ao CARF. Em 30/08/2017 o processo foi encaminhado à origem após formalização de acórdão que negou provimento aos recursos de ofício e voluntário, baixa para intimação de decisão desfavorável. Em 12/12/2017 - Embargos de declaração. Em 16/03/2018 retornou ao CARF com embargos de declaração opostos pelo contribuinte. Aguarda exame de admissibilidade.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 767.221,31 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 15956.000510/2010-45	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 65.576.238,37
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2005. Impugnação em 10/12/2010; recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 14/01/2011; memoriais de julgamento apresentado em 10/04/2012, foi convertido em diligência, a empresa foi intimada a prestar esclarecimentos a respeito dos financiamentos securitizados por ela contratados. Em 23.03.2017, foi dado integral provimento ao Recurso Voluntário em julgamento ocorrido. Estamos aguardando a formalização do Acórdão. Em 13.06.2017 foi publicado Acórdão, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade, em afastar a decadência, e no mérito, em dar provimento ao recurso. Em 19.07.2017 o Procurador interpôs Recurso Especial. Em 22.08.2017 recebemos a Intimação para apresentar contrarrazões ao referido Recurso. Em 06.09.2017 juntamos ao processo as Contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda. Aguardamos apreciação.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 983.643,58 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 15956.720198/2011-91	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/12/2011
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 54.129.582,98

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos

Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007. Impugnação em 12/01/2012. Em 03.05.2013, a empresa tomou ciência da decisão que negou provimento à defesa apresentada e, em 29.05.2013, interpôs Recurso Voluntário. Em 03.06.2014, foi realizada sessão de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, na qual foi realizada sustentação oral, tendo o processo sido baixado para diligência com o objetivo de verificar: (i) os valores relativos ao PESA; (ii) a questão da depreciação das máquinas e (iii) a questão da postergação do pagamento. Em 29.05.2015, a empresa recebeu o Relatório Fiscal Conclusivo e Intimação Fiscal - SEFIS nº 128/2015. Em 25.06.2015, foi apresentada resposta sobre as referidas conclusões. Em 29.05.2015, a empresa recebeu o Relatório Fiscal Conclusivo e Intimação Fiscal - SEFIS nº 128/2015. Em 25.06.2015, foi apresentada resposta sobre as referidas conclusões. O processo foi incluído na pauta do dia 06.04.2016 para julgamento do Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em razão da extensão da pauta, o julgamento foi adiado e reincluído na pauta do dia 05.05.2016, ocasião em que foi realizada sustentação oral. Não obstante, foi pedido vistas do processo por um dos conselheiros, de modo que o julgamento do caso foi adiado para a próxima sessão. Em 18.05.2016, a empresa apresentou petição requerendo a juntada de documentos adicionais, a fim de fazer a comprovação da postergação dos tributos também no ano de 2015. Em 23.05.2016, o processo foi incluído em pauta de julgamento do dia 08.06.2016, ocasião em que realizamos novamente sustentação oral, tendo sido convertido o julgamento em diligência para que fosse determinado ao Agente Fiscal que se manifeste expressamente sobre a ocorrência de postergação de pagamento especificamente nos anos de 2008, 2009 e 2010, que são os exercícios que antecederam a lavratura do Auto de Infração e sucederam o ano autuado (2007). Em resposta ao termo de intimação, recebido em 05.08.2016, a empresa apresentou petição juntando os documentos que comprovam a ocorrência de pagamento nos anos de 2008, 2009 e 2010. Em 26.12.2016, foi recebida pela empresa a diligência realizada neste processo. Em razão disso, apresentamos manifestação acerca da diligência em 20.01.2017. O processo foi incluído em pauta para julgamento do dia 27.07.2017 momento em que, após a nossa sustentação oral, foram solicitadas vistas dos autos pelo Conselheiro José Carlos de Assis. O processo foi reincluído para julgamento na pauta do dia 17.08.2017, ocasião em que, após a realização de nova sustentação oral, os Conselheiros votaram pelo provimento do Recurso

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Voluntário e pelo cancelamento integral da autuação. Em 08.09.2017, foi publicado Acórdão dando provimento, por maioria de votos, ao Recurso Voluntário. Em 17.10.2017 o Procurador interpôs Recurso Especial da decisão proferida.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 811.943,74 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 10865.002245/2007-30	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	22/08/2007
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 62.055.171,47
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança Contribuição Previdenciária (INSS), incidentes sobre receita de exportação in direta realizadas via Coopersucar, referente aos períodos de 11/2001 a 10/2012, de 06/2003 a 10/2003, de 02/2004 a 04/2004, e de 05/2005 a 10/2005; impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Previdenciária em 19/04/2007; recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 10/05/2007; o CARF deu parcial provimento ao recurso mantendo a autuação quanto às outras receitas (óleo diesel, sucata, etc.); Apresentado embargos de declaração pela União; os embargos foram rejeitados e a União apresentou Recurso Especial em 12/06/2013. Em 14/07/2016, a União tomou ciência da decisão que inadmitiu seu recurso especial e informou que não iria interpor agravo.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 1.241.103,43 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 15956.000497/2010-24	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	União Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 35.699.124,76
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2005. Impugnação em 28/10/2010; recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 14/01/2011; memoriais de julgamento apresentado em 10/04/2012 foi convertido em diligência, a empresa foi intimada a prestar esclarecimentos a respeito dos financiamentos securitizados por ela contratados. Em 01.02.2016, foi dado integral provimento, por maioria de votos, ao Recurso Voluntário interposto, cancelando-se na íntegra a autuação. Em 16.06.2016, o aludido Acórdão foi publicado, ensejando a interposição de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional, tendo a empresa apresentado suas Contrarrazões em 01.09.2016. O processo foi incluído em pauta de julgamentos do dia 06.07.2017. Em 08.08.2017 foi publicado Acórdão, por voto de qualidade, dando provimento ao Recurso Especial da Fazenda.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 535.486,87 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 15956.000551/2010-31	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/10/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 17.760.093,45
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança Contribuição Previdenciária (INSS) incidente sobre receita de exportação in direta realizada via Coopersucar, referente aos períodos de 04/2006 a 12/2008; impugnação em 12/11/2010; impugnação julgada parcialmente improcedente pela Delegacia da Receita Previdenciária; recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 18/03/2016. Em 10/10/16 distribuído no CARF.
g. chance de perda	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 355.201,87 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Processo nº 15956-720.292/2014-92	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/10/2014
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 7.113.287,27
f. principais fatos	Auto de Infração decorrente de contabilização das receitas em virtude de vendas para entregas futuras. Aguardando o julgamento da Impugnação apresentada pela empresa em 08/01/2015.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	Não há.

Processo nº 15956.720.233/2013-33	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	23/12/2013
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 78.156.570,03
f. principais fatos	Auto de Infração visando à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSL relativa ao ano-base de 2009. Em 29.04.2016, a empresa foi cientificada da decisão que concluiu pela manutenção do lançamento fiscal. Em razão disso, a empresa interpôs Recurso Voluntário, em 24.05.2016, requerendo a reforma da decisão recorrida, a fim de que o Auto de Infração seja julgado totalmente improcedente, com a consequente extinção do crédito tributário exigido.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	O processo foi incluído em pauta de julgamento para o dia 25.01.2017, momento em que o julgamento foi convertido em diligência. Em 15.02.2017, apresentamos Embargos de Declaração ante o Acórdão proferido. Posteriormente, apresentamos manifestação requerendo a juntada dos documentos solicitados pelo Agente Fiscal no curso da diligência, bem como requerendo a juntada posterior do LALUR de 2010, o que foi devidamente cumprido pela empresa em 26.04.2017. O processo foi incluído em pauta de julgamento para o dia 22.11.2017, contudo, foi retirado por falta de quórum dos julgadores. O processo foi novamente incluído em pauta de julgamentos do dia 13.12.2017 e retirado por determinação do presidente. O processo foi incluído em pauta de julgamentos do dia 24.01.2018, sendo que em tal julgamento, foi dado integral provimento ao Recurso Voluntário da empresa. Em 27.02.2018, foi publicado o Acórdão.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 1.172.348,55 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

b) Processos Judiciais:

Processo nº 0001083-42.2014.4.03.6143 (3054/2000)	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	25/10/2000
d. partes no processo	União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2018	R\$ 7.142.247,30
f. principais fatos	Execução Fiscal em que se discute a cobrança retroativa de INSS do período de maio junho e julho de 1994, decorrente do cotejo realizado entre a Lei nº 8.870/94 (§2º do art. 25) e a Lei nº 8.212/91 em razão da declaração de inconstitucionalidade pelo STF da Lei nº 8.870/94; Após deferimento da substituição da penhora existente nos autos por Apólice de Seguro Garantia, pende de validação pelo juízo e pela PGFN a garantia apresentada, bem como expedição de ofício ao Cartório de Imóveis de Ribeirão Preto para desconstituição da penhora. Em 23/11/2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	União requereu sobrestamento do feito. Em 25/01/2018 autos conclusos com Juiz para despacho/decisão a respeito do sobrestamento do feito.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo são substanciais e não estão provisionados, em caso de perda causarão impacto negativo na situação financeira da empresa.
i. valor provisionado, se houver	R\$ 571.379,78 (o valor provisionado refere-se aos honorários de êxito)

Em 31 de março de 2018, não haviam processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas eram parte e cujas partes contrárias eram administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Em 31 de março de 2018, todos os processos relevantes foram informados no item 4.3.

Em 31 de março de 2018, as demandas repetitivas ou conexas não sigilosas e que em conjunto são relevantes se referem ao âmbito:

1) Cível:

Fato e/ou causa jurídica	Indenização por danos materiais e morais, decorrente de acidente de trânsito envolvendo veículo da emissora ou suas controladas.
Valores envolvidos	R\$ 9.056.808,78
Valor provisionado se houver	R\$ 4.860.283,55
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agrícola e industrial da emissora e suas controladas.

2) Trabalhista:

Fato e/ou causa jurídica	Diferenças de horas extras; horas in itinere; supressão do intervalo intrajornada; adicional de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; adicional noturno; e unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.
Valores envolvidos	R\$ 51.793.937,25
Valor provisionado se houver	R\$ 51.733.158,36
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Divergência de interpretação dada pela Companhia, empregados, Ministério Público do Trabalho e Emprego e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos coletivos, relativo aos objetos acima suscitados.

3) Tributário:

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de PIS/COFINS.
Valores envolvidos	R\$ 47.465.151,54
Valor provisionado se houver	Não há.
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo.

Em 31 de março de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos:

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro:

Não aplicável.

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável:

Não aplicável.

e. valores, bens ou direitos envolvidos:

Não aplicável.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A identificação, monitoramento, tratamento e prevenção de riscos são realizados de forma integrada pela São Martinho através de políticas e procedimentos que conceituam atividades e seus principais responsáveis.

O principal instrumento utilizado pela Companhia para controle de riscos é o Painel de Riscos, no qual indicadores específicos são monitorados e discutidos mensalmente em Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos. Este, por sua vez, é formado por membros do Conselho de Administração e delibera ações de mitigação e acompanhamento.

O Painel de Riscos é composto por seis grupos de risco de forma permanente: Receita, Liquidez Financeira, Câmbio, Logística, Fornecimento de Cana e Disponibilidade de Pessoas. Outros riscos são monitorados de forma esporádica, conforme necessidade.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é formada pelo Conselho de Administração; Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos e pela Gerência de Contas com atribuições descritas na tabela abaixo:

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Conselho de Administração	Estabelece o apetite a risco para o Grupo; Aprova as Políticas. Decide sobre Investimentos e Transferências de riscos.
Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos	Avalia os Indicadores de Risco reportados pela Gerência de Riscos e pelo CEO.
CEO	Responsável final pela gestão dos riscos do Grupo. Garante a implantação e funcionamento do modelo de gestão.
Diretoria Executiva	Toma decisões e implementa ações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e Comunica os Indicadores de Risco e Ações de Mitigação.
Gerência de Contas	Responsável pela Gestão de seguros, controle de apólices, sinistros e relatórios estatísticos.

Os comitês institucionalizados na Companhia para monitoramento de riscos são o Comitê de Posições; Comitê de Ativos e Passivos; Comitê de Riscos e Seguros; Comitê de Compliance e Comitê de S&OP, nenhum dos quais tem atribuições estatutárias.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Comitê de Posições	Volatilidade de Preços Açúcar, Etanol, Energia e Câmbio.	Risco de Mercado
Comitê de Ativos e Passivos	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros, Dívida.	Risco Financeiro
Riscos e Seguros	Industrial, Agrícola, Logística, Manutenção, Patrimonial, Suprimentos.	Risco Operacional
Compliance	Saúde e Segurança, Ambiental, Legal, Trabalhista.	Risco de Compliance
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos, etc...	Riscos Corporativos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Preços Açúcar e Etanol

Há uma Política Comercial criada em 01 de junho de 2011 com um anexo sobre Precificação de Açúcar e Etanol criado em 10 de janeiro de 2013, atualizados pela última vez no dia 25 de setembro de 2015 e aprovados pelo Diretor Comercial e pelo Diretor Presidente.

A Ata 107 da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de setembro de 2010 estabelece os limites de volume por safra e utilização de instrumentos de derivativos para precificação de produtos.

Taxa de Câmbio

Há uma Política de Operações Financeiras emitida em 12 de agosto de 2013 e revisada em 26 de maio de 2014, com aprovação do Conselho de Administração em ambas as ocasiões (Ata 147 e Ata Interna 26/05/14).

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção
- ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos
- v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da política de precificação de Açúcar e Etanol é estabelecer as principais diretrizes para proteção de preço, principalmente limites de volume e direcionamento de um preço objetivo. Ela também detalha como tratar a exposição líquida de cada produto uma vez que a proteção ativa deve ser feita somente para a parcela referente à cana própria. Os produtos feitos a partir de cana de fornecedores seguem uma regra específica de precificação que deve ser seguida pela área comercial para não gerar riscos sobre o custo da cana.

O hedge é gerenciado por safra via futuros e opções.

O objetivo da Política de Operações Financeiras é estabelecer os limites operacionais e regras para hedge cambial. Cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Além disso, há um valor limite em dólares em que o hedge cambial pode ficar à frente ou atrás do hedge de açúcar. Isto, já considerando outros passivos na exposição cambial como pagamento de dívidas e custo de fornecedores atrelados à moeda estrangeira. Esta Política também estabelece um limite máximo de operações de derivativos por contraparte de acordo com o rating de tal contraparte.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira, a Gerência de Riscos e a Presidência. Periodicamente o Gerente de Riscos coordena o Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias a serem tomadas para proteção de preço e câmbio. As estratégias são deliberadas no Comitê de Posições e executadas conforme política específica das áreas Comercial e Financeira, Caso não haja consenso entre as áreas o assunto será discutido junto ao Diretor Presidente.

A Política Gestão de Riscos tem como objetivo monitorar os indicadores e o nível de exposição a preços e câmbio da São Martinho dentro das Políticas aprovadas, avaliar novas estratégias de proteção dado o cenário de mercado para cada variável, avaliar a implementação de estruturas ainda não aprovadas e acompanhar o seu desempenho.

Existe uma Política do Comitê de Posições criada em 17 de fevereiro de 2014 e aprovada pelo Diretor Presidente.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

Não há verificação feita por Controles Internos.

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A São Martinho estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de assegurar razoável confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). É de responsabilidade dos gestores do processo garantir os objetivos dos controles e evidenciar à área de Controles Internos; (iii) segurança adequada dos registros a fim de permitir a elaboração das demonstrações financeiras conforme exigido e que os gastos e despesas estão sendo realizados de acordo com os limites de aprovações estabelecidos pelo Conselho de Administração; iv) acompanhamento de auditoria interna de processo, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades detectadas; e v) Oferecimento de suporte à área de *Compliance* através de auditorias específicas nos chamados recebidos pelo Canal Ético. Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados, validados e aprovados interna e externamente. Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho conclui que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2018 são eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª linha de defesa: Diretores e gestores dos processos, responsáveis por aplicar medidas de controles para mitigar os riscos e evidenciar através de indicadores de performance e testes de efetividade.

2ª linha de defesa: áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsáveis por (i) fornecer auxílio à 1ª linha de defesa no desenvolvimento de processos e controles para gerenciamento dos riscos; (ii) emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos; (iii) apoiar no desenvolvimento das políticas associadas.

3ª linha de defesa: Auditoria Externa, responsável por fornecer avaliações independentes para a alta administração e mercado.

Adicionalmente, existem vários Comitês Multidisciplinares que oferecem suporte às linhas de defesa, tais como de Auditoria & Gestão de Risco, Estratégico e Tático de *Compliance*, Ética, Gestão de Pessoas, Tributário e Sindical.

5.3 - Descrição dos controles internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade. Ambos são executados e evidenciados pelos gestores do processo, e aqueles de maior relevância são analisados pela área de Controles Internos.

Trimestralmente, a área de Controles Internos reporta ao Diretor Administrativo os níveis dos riscos mapeados, o nível de maturidade do controle, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. De forma paralela, as não conformidades identificadas pela auditoria independente são reportadas anualmente à Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração e possui acompanhamento tempestivo.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras foi efetuado com o objetivo de aprimorar o sistema de controles internos e levantar oportunidades de melhoria.

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia possui mecanismos para monitorar o cumprimento dos princípios estabelecidos em seu Código de Ética, Política Anticorrupção e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses. Dentre estes mecanismos que compõem o Programa de Compliance/Conformidade, podemos destacar principalmente (i) a divulgação das políticas, Código de Ética e canal de denúncias; (ii) avaliação da integridade (*due diligence*) de seus terceiros, considerando fornecedores e prestadores de serviços; (iii) mecanismos para detectar eventuais situações de conflitos de interesses; e (iv) condução de investigações para apurar os relatos recebidas por seus canais de denúncias ou solicitações internas da administração.

Cabe destacar ainda que os contratos da Companhia junto a terceiros estabelecem cláusulas para garantir o cumprimento de práticas das leis anticorrupção.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A **Diretoria Jurídica, de Compliance e Relações Institucionais** é responsável pela criação do programa de Compliance/conformidade e pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados dos monitoramentos realizados por esta diretoria são reportados ao Comitê de Ética e Compliance periodicamente. Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são avaliados também pelos Auditores Externos.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A Companhia possui um código de ética aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2010.

O código é aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece ainda princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários.

5.4 - Programa de Integridade

O Programa de Compliance/Conformidade da Companhia está em fase de elaboração e irá prever o treinamento anual dos funcionários e durante a integração de novos funcionários ou terceiros.

As situações de violação serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética. Se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares previstas nas políticas de Recursos Humanos e na legislação vigente.

O código de ética está disponível no site da Companhia <http://www.saomartinho.ind.br/>.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;
- órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) correspondência física ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação.

Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo para todos os casos.

A **Diretoria Jurídica, de Compliance e Relações Institucionais** é responsável pela condução das investigações recebidas nos canais de denúncias ou solicitações internas da administração. Os resultados das investigações são reportados ao Comitê de Ética e Compliance.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

Em todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias a Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence*, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação. A Diretoria Jurídica, de Compliance e Relações Institucionais é responsável pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido”;

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4a.

Não aplicável.

Não aplicável.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	14/07/1943
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por quotas, constituída em 14 de julho de 1937 sob a denominação "Usina Iracema Ltda."
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/02/2007

A história da São Martinho teve início na Itália, no final do século XIX, quando integrantes da família Ometto imigraram para o Brasil. Na ocasião, eles buscavam melhores condições de vida e de trabalho no novo país.

No sítio Olaria montaram seu primeiro engenho de cana-de-açúcar, em 1914. Já em 1932, na Fazenda Boa Vista, região de Limeira, a família produziu açúcar pela primeira vez.

Em 1937, a Usina Iracema foi comprada em Iracemápolis, município localizado no interior de São Paulo, e transformou-se em uma destilaria de álcool. Em 1946, a usina passou a fabricar açúcar também. Três anos mais tarde, os Ometto adquiriram a Usina São Martinho, situada na cidade de Pradópolis, distante cerca de 330 quilômetros de São Paulo, que se transformou em uma das maiores processadoras de cana do mundo.

A São Martinho está entre os maiores grupos sucroenergéticos do Brasil, com capacidade aproximada de moagem de 24 milhões de toneladas de cana. Possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO). A Companhia também possui uma unidade para produção de ácido ribonucleico, a Omtek, localizada em Iracemápolis.

Ao longo das décadas, as usinas cresceram e se modernizaram. Desde 2000, criou-se uma estrutura unificada para administrar o negócio de maneira cada vez mais profissionalizada, possibilitando novas oportunidades de investimento. O escritório corporativo encontra-se na capital paulista e o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) está em Pradópolis. O local reúne as áreas administrativas, financeira, jurídica, de recursos humanos e de suprimentos, além de informática e controladoria.

O conceito de grupo empresarial foi consolidado nos últimos anos com a padronização de uma marca e um abrangente processo de profissionalização. Isto ajudou a fortalecer o desempenho da Companhia, culminando na abertura do capital em 2007, buscando assim uma competitividade cada vez maior nos mercados em que atua. A São Martinho teve então, a partir de fevereiro de 2007, suas ações negociadas no Novo Mercado, índice mais elevado de governança corporativa, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sob o código SMT03.

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

Não aplicável.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A São Martinho S.A. tem por objeto, conforme seu Estatuto Social:

- i) atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados e cogeração de energia elétrica;
- ii) exploração agrícola e pecuária;
- iii) importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima;
- iv) fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal, podendo desenvolver outras atividades correlatas ou condizentes com estas atividades; e
- v) participação em sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Segundo levantamento realizado pela Unica, somos um dos maiores produtores de açúcar e etanol do Brasil. Compramos, cultivamos, colhemos e processamos cana-de-açúcar – a principal matéria prima usada na produção de açúcar e etanol.

Conforme mencionado no item 6.3 deste Formulário de Referência, a Companhia possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO). A Companhia também possui uma unidade para produção de ácido ribonucleico, a Omtek, localizada em Iracemápolis.

As usinas São Martinho, Iracema e Santa Cruz produzem açúcar e etanol, enquanto que a Usina Boa Vista é dedicada exclusivamente à produção de etanol. Todas as usinas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente (exceto a usina Iracema).

Com relação aos números da Safra 2017/18, cabe destacar:

- Processamos 22.206 milhões de toneladas de cana de açúcar;
- O volume total de açúcar produzido na safra foi de 1.407 mil toneladas;
- Produzimos 953 mil m³ de etanol; e
- Cogecemos 913 mil MWh de energia elétrica;
- Índice médio de mecanização da colheita de 99,8%.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Abaixo seguem os números da safra 2017/18 por unidade:

Dados Safra 2017/2018	Usina Iracema	Usina São Martinho	Usina Santa Cruz	Usina Boa Vista
Cana Processada	2.638	9.615	5.014	4.939
Açúcar (mil toneladas)	216	795	397	
Etanol (mil m³)	75	283	157	438
Cogeração (mil MWh)	-	336	226	351

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- (i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- (ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- (iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Nossos Principais Produtos

- **Açúcar:**

As usinas da São Martinho produzem vários tipos de açúcar bruto. Nos últimos anos, o principal produto tem sido o VHP, um tipo de açúcar padrão negociado no mercado internacional.

- **Etanol:**

A São Martinho também produz etanol hidratado, utilizado nos tanques dos carros movidos a etanol; etanol anidro, que é misturado à gasolina como aditivo para abastecer os tanques dos veículos movidos à gasolina; e etanol industrial, usado principalmente na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas.

- **Energia Elétrica**

Produzimos e comercializamos o excedente de energia elétrica das Usinas São Martinho, Santa Cruz e Boa Vista.

- **Negócios Imobiliários**

Lançamos na safra 14/15 dois empreendimentos imobiliários - Recanto das Paineiras e Park Empresarial de Iracemápolis, localizados na região de Limeira, interior de São Paulo. E na safra 15/16 lançamos o empreendimento Nova Pradópolis, na região de Pradópolis, próximo à Ribeirão Preto, também no interior de São Paulo.

- **Outros Produtos**

Produzimos, ainda, levedura (usada como ração animal), óleo fúsel (que é usado como solvente e na fabricação de explosivos e álcool amílico puro) e bagaço (a fibra que sobra após a extração do caldo da cana-de-açúcar, usada como fonte de energia) como subprodutos da nossa produção de açúcar e etanol. Vendemos a levedura e o óleo fúsel diretamente para clientes no Brasil, usamos o bagaço para gerar todo o vapor e eletricidade necessários à operação de nossas usinas e vendemos o seu excedente principalmente para produtores de suco de laranja no Brasil para a geração de eletricidade e vapor.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

A receita líquida da Companhia na safra 2017/18 foi de R\$ 3.621 milhões, sendo 49% proveniente do açúcar, 21% do etanol hidratado, 22% do etanol anidro e 8% de outros produtos.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro do exercício:

Indicadores Financeiros	Safra 2017/18	Safra 2016/17	Safra 2015/16
Milhares de Reais			
Receita Líquida*	3.621.987	3.122.348	2.831.124
Lucro Líquido (prejuízo)	491.706	283.867	194.331

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira, conforme divulgada na Carta Financeira do 4T18.

A tabela abaixo mostra as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para as safras indicadas:

Produto	Safra 17/18	Safra 16/17	Safra 15/16
Receita Líquida (em milhares de R\$)			
Mercado Doméstico	2.014.480	1.521.316	1.443.123
Açúcar	205.965	161.813	102.230
Etanol Hidratado	737.147	400.621	415.915
Etanol Anidro	807.762	720.424	665.196
Energia Elétrica	207.293	152.089	185.573
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	23.210
Outros	47.894	65.079	50.999
Mercado Externo	1.607.507	1.601.032	1.388.001
Açúcar	1.575.580	1.482.817	1.156.500
Etanol Hidratado	26.407	74.824	85.972
Etanol Anidro	693	43.008	134.579
Outros	4.827	384	10.950
Receita Líquida Total*	3.621.987	3.122.348	2.831.124
Açúcar	1.781.545	1.644.630	1.258.730
Etanol Hidratado	763.554	475.445	501.887
Etanol Anidro	808.455	763.431	799.775
Energia Elétrica	207.293	152.089	185.573
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	23.210
Outros	52.721	65.463	61.949

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia:

EBITDA POR PRODUTO - 12M18	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.781.545	1.572.009	207.293	8.419	52.721	3.621.987
CPV (Caixa)	(638.727)	(689.366)	(28.184)	(745)	(32.453)	(1.389.474)
Lucro Bruto (Caixa)	1.142.818	882.643	179.109	7.674	20.268	2.232.513
Margem Bruta (Caixa)	64,1%	56,1%	86,4%	91,2%	38,4%	61,6%
Despesas de Vendas	(101.536)	(7.759)	(9.975)	-	(508)	(119.778)
Despesas G&A (Caixa)	(72.973)	(78.759)	(13.160)	(3.397)	-	(168.289)
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	5.549	5.549
EBITDA Ajustado	968.309	796.125	155.974	4.277	25.309	1.949.994
Margem EBITDA Ajustado	54,4%	50,6%	75,2%	50,8%	48,0%	53,8%
Custo EBITDA **	(588,7)	(853,2)	(55,7)			

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira (R\$ -119,5 milhões).

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/M³

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M17	AÇÚCAR	ETANOL	IMPORTAÇÃO DE ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$							
Receita Líquida*	1.644.630	1.213.363	25.513	152.089	21.289	65.463	3.122.348
CPV (Caixa)	(703.122)	(602.211)	(26.870)	(46.043)	(3.473)	(41.549)	(1.423.269)
Lucro Bruto (Caixa)	941.508	611.152	(1.357)	106.046	17.816	23.914	1.699.078
Margem Bruta (Caixa)	57,2%	50,4%	-5,3%	69,7%	83,7%	36,5%	54,4%
Despesas de Vendas	(86.766)	(10.672)	(2.160)	(6.978)	-	(244)	(106.820)
Despesas G&A (Caixa)	(72.630)	(62.586)	-	(14.110)	(3.560)	-	(152.886)
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	-	5.710	5.710
EBITDA Ajustado	782.112	537.894	(3.517)	84.958	14.256	29.381	1.445.083
Margem EBITDA Ajustado	47,6%	44,3%	-13,8%	55,9%	67,0%	44,9%	46,3%
Custo EBITDA **	(656,5)	(988,1)	(1.952,8)	(73,4)			

* Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC (R\$ 119,5 milhões).

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/M³

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M16	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.258.727	1.301.662	185.573	23.210	61.952	2.831.124
CPV (Caixa)	(571.720)	(626.083)	(44.833)	(6.581)	(32.572)	(1.281.788)
Lucro Bruto (Caixa)	687.007	675.579	140.740	16.629	29.380	1.549.335
Margem Bruta (Caixa)	54,7%	52,2%	75,8%	71,6%	43,0%	54,7%
Despesas de Vendas	(78.984)	(24.277)	(5.806)	-	(77)	(109.145)
Despesas G&A (Caixa)	(61.604)	(66.912)	(11.673)	(5.026)	-	(145.214)
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	6.263	6.263
EBITDA Ajustado	546.419	584.390	123.262	11.604	35.566	1.301.240
Margem EBITDA Ajustado	43,5%	45,2%	66,4%	50,0%	53,0%	46,0%
Custo EBITDA **	(593,1)	(902,2)	(75,0)			

* Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC (R\$ 103,7 milhões).

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/M³

Energia em R\$/MWh

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

Cana de açúcar

A cana de açúcar é a principal matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Trata-se de uma cultura de clima tropical com preferência por temperaturas quentes e estáveis, com alta umidade. O clima e a topografia da região centro-sul do Brasil são ideais para o seu cultivo, respondendo essa região por mais de 90% da produção brasileira de cana de açúcar.

Possuímos contratos de parceria agrícola ou arrendamento rural com duração equivalente à um ciclo de cana e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, nossos parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana de açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana de açúcar produzida. O preço é calculado com base no ATR da cana de açúcar colhida e de acordo com o sistema Consecana. Estes preços, por sua vez, refletem os preços médios dos produtos comercializados no período pelos produtores do estado de São Paulo, apurados através de levantamentos realizados pelo CEPEA, órgão indicador do CEPEA/ESALQ.

O quadro a seguir compara os totais de cana de açúcar própria e de terceiros nas últimas três safras:

DADOS OPERACIONAIS	12M18	12M17	12M16	12M18 - 12M17 Var.(%)	12M18 - 12M16 Var.(%)
São Martinho - Consolidado					
Cana Processada (mil toneladas)	22.206	19.281	20.024	15,2%	10,9%
Própria	15.191	13.398	12.985	13,4%	17,0%
Terceiros	7.015	5.883	7.039	19,2%	-0,3%

Ciclo de Colheita da Cana de açúcar

Historicamente, o ciclo de colheita da cana de açúcar na região centro-sul do Brasil costuma ter início em abril e se encerrar em dezembro de cada ano. A cana de açúcar está pronta para ser colhida quando o teor de açúcares estiver no nível mais alto, o que ocorre, geralmente, após o ciclo de um ano, com exceção do primeiro corte da cana de açúcar plantada no período de janeiro a abril.

Plantamos diversas variedades de cana de açúcar em dois períodos do ano. O primeiro período costuma durar em torno de 4 meses e ocorre a partir de janeiro, enquanto o segundo ocorre a partir de setembro e costuma durar 3 meses. Após o primeiro corte é possível realizar 5 ou mais cortes anuais até se chegar ao ponto de renovação do plantio, haja vista que cada corte implica redução da produtividade agrícola da cana de açúcar. Os nossos investimentos na renovação dos canaviais e a adoção de modernas práticas culturais e de corte, carregamento e transporte resultaram, nos últimos anos, em uma vida útil média de 7 anos para os nossos canaviais.

A colheita é feita principalmente de cana de açúcar crua, de forma mecanizada. Após o último corte, as raízes da cana de açúcar são erradicadas, dando início a um novo plantio e, portanto, a um novo ciclo. Geralmente, as usinas renovam cerca de 20% do seu plantio por ano, porém

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

no nosso caso, devido à tecnologia aplicada, cerca de 13,5% da área plantada em cana de açúcar foi renovada na última safra.

Acreditamos que somos hoje a empresa mais mecanizada do setor sucroalcooleiro brasileiro e também a primeira grande companhia produtora no Brasil a desenvolver e utilizar equipamentos mecânicos para o plantio. Desenvolvemos e programamos várias novas tecnologias para os equipamentos de plantio e colheita mecanizada, os quais incrementaram significativamente os níveis de produtividade, tornando-nos referência mundial em colheita mecânica da cana de açúcar não queimada.

A colheita mecânica dispensa a queima da cana de açúcar para a remoção de folhas e palhas, reduzindo substancialmente os impactos ambientais e acidentes de trabalho, se comparada à colheita manual. Somado a isto, as folhas e a palha resultantes da colheita da cana de açúcar sem queima formam um colchão que, em um primeiro momento, reduz a evapotranspiração e ajuda no controle de pragas. Este colchão, por sua vez, depois de anos sucessivos desta prática, transforma-se em matéria orgânica agregada à terra, tornando-a naturalmente mais fértil. A colheita mecanizada da cana de açúcar sem queima, fruto de mais de 20 anos de investimento e estudo nesta área pela Companhia, é não só mais eficiente no que diz respeito ao tempo consumido para colheita, como ainda apresenta um custo menor de produção em relação à colheita manual.

O rendimento da cana de açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos, como a composição do solo, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que utilizamos e as variedades plantadas, são responsáveis diretos pelo alto rendimento da cana de açúcar que obtemos em nossas áreas agrícolas.

Nós temos capacidade instalada de processamento de 24,0 milhões de toneladas de cana de açúcar por safra, distribuídas entre a Unidade São Martinho, com 10,5 milhões de toneladas, a Unidade Iracema, com 3,0 milhões de toneladas, a Usina Boa Vista com 5,0 milhões de toneladas e a Usina Santa Cruz com 5,6 milhões de toneladas. Nas usinas atuais localizadas em São Paulo, temos dificuldade de expansão territorial, devido à concorrência com as demais usinas localizadas na região. Contudo, acreditamos poder expandir a nossa produção, mediante o aumento de produtividade (tonelada de ATR por hectare) ou, ainda, por meio de aquisições de usinas na região.

Em julho de 2018, divulgamos por meio de Fato Relevante a aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Açucareira Furlan S.A., que ampliará a capacidade de moagem da Usina Iracema de 3 para 3,5 milhões de toneladas de cana de açúcar.

A Usina São Martinho, a Usina Iracema e a Usina Santa Cruz têm flexibilidade para produzir açúcar e etanol em uma faixa que varia entre 38% e 62% para ambos os produtos, assim como diferentes tipos de açúcar e etanol para aproveitarmos a demanda e os preços favoráveis no mercado em um determinado período.

Sobre produtos vide item 7.2 a.

b) Características do processo de distribuição

Em 25 de fevereiro de 2008, a Companhia anunciou por meio de Fato Relevante encaminhado ao mercado, o pedido de desligamento da Cooperativa de Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O desligamento ocorreu no encerramento da safra 2007/08, ou seja, no final de março de 2008. Toda a comercialização do açúcar e do etanol produzidos pelas usinas da São Martinho era realizada pela Copersucar e a partir da safra 2008/09 que teve início em abril de 2008, a comercialização passou a ser realizada por uma equipe comercial própria da São Martinho.

A decisão visou possibilitar a flexibilização da venda de produtos em mercados de maior valor agregado e decorreu de estratégias comerciais diferentes das duas entidades.

Em 22 de Setembro de 2008, anunciamos a constituição de um consórcio (“ALLICOM”) em conjunto com os grupos São João e Santa Cruz, objetivando a possibilidade de ganhar escala tanto no mercado interno quanto no externo, ao somar a capacidade de fornecimento de açúcar e etanol dos três grupos. Em agosto de 2011, ficou decidido a dissolução do consórcio, e a São Martinho, em parceria com a Usina Santa Cruz S.A., incorporou as atividades de comercialização de açúcar e etanol.

c) Características dos mercados de atuação:

- i. Participação em cada um dos mercados por renda;
- ii. Participação em cada um dos mercados por localização; e
- iii. Participação e condições de competição nos mercados.

A caracterização dos setores de açúcar e etanol impõe uma diferenciação importante, pois de um lado o açúcar é um produto tradicional, produzido por mais de 121 países, com um mercado bastante desenvolvido e com perspectiva de crescimento principalmente atrelado ao crescimento vegetativo da população. Por outro lado, o etanol é um produto de importância recente no comércio mundial, com mais de 50 países produtores, dos quais apenas o Brasil e os Estados Unidos produzem mais de 83% da produção total, com grandes perspectivas de crescimento, principalmente pelos desafios impostos à sociedade na busca de uma alternativa ao uso do petróleo como fonte de energia.

O Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O Centro-Sul do Brasil moeu, na safra 17/18, um volume de 596,3 milhões de toneladas de cana que resultou na produção de 36,1 milhões de toneladas de açúcar e 26,1 milhões de m³ de etanol.

O Setor Sucroalcooleiro no Mundo

Açúcar

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito a partir da cana de açúcar e da beterraba, sendo que mais de 75% da produção mundial de açúcar tem como matéria-prima a cana de açúcar. A fabricação do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento vegetativo populacional, ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores em diversas regiões do mundo e do consumo de alimentos processados em todo o mundo, resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas. Dessa forma, acreditamos que o maior crescimento de consumo per capita de açúcar deverá ocorrer em regiões como a Ásia, onde a renda per capita e a migração populacional estão crescendo rapidamente.

Preços do Açúcar

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, protege seu mercado interno de açúcar da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com quotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e impostos alfandegários. Como resultado de tais políticas, os preços domésticos do açúcar variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não controlados do açúcar bruto no mundo. Outro preço de referência é o Lon 5, que tem como base o açúcar refinado e que é negociado na LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os princípios do livre mercado, sendo que o principal indicador é o índice da ESALQ, mas são influenciados diretamente pelos preços no mercado internacional.

O impacto da oscilação dos preços internacionais do açúcar sobre a produção é suavizado principalmente por dois fatores. O primeiro deles decorre do fato de que muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos contra as flutuações destes preços e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa destas variações. Em segundo lugar, porque a cultura da cana de açúcar, maior fonte de produção global de açúcar, é semi perene, com ciclos de plantio que variam de dois a sete anos. No Brasil, maior produtor mundial, o ciclo médio é de cinco anos.

Etanol

O etanol é um combustível menos poluente que a gasolina, além de ser limpo e renovável e apresentar contribuições relevantes para a redução dos gases que causam o efeito estufa. O alto teor de oxigênio do etanol reduz os níveis das emissões de monóxido de carbono em relação aos níveis de monóxido de carbono emitidos com a queima da gasolina, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Misturas de etanol também reduzem as emissões de hidrocarbonetos, um dos maiores contribuidores para o desgaste da camada de ozônio. Como um incrementador da octanagem, o etanol também pode reduzir emissões cancerígenas de benzeno e butano. Preocupações e iniciativas ambientais vêm aumentando a consciência da necessidade de reduzir o consumo mundial de combustíveis fósseis e adotar combustíveis menos poluentes, como o etanol. Um exemplo é o Protocolo de Kyoto, que estabelece que os países considerados industrializados comprometem-se a reduzir suas emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases que causam efeito estufa entre 2008 e 2012. Um total de 165 países ratificou o acordo. Espera-se que iniciativas globais como o Protocolo de Kyoto aumentem a demanda de etanol nos próximos anos.

Atualmente, os Estados Unidos e o Brasil são os principais produtores e consumidores de etanol, sendo que a maior parte do etanol produzido nos Estados Unidos deriva do milho, enquanto no Brasil este deriva da cana de açúcar.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d) **Eventual sazonalidade**

Nossos negócios estão sujeitos à sazonalidade baseada no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana de açúcar no centro-sul do Brasil, como mencionado anteriormente, tem início em abril e termina até dezembro, dependendo das condições climáticas. Isso cria flutuações nos nossos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a março), e um certo grau de sazonalidade no nosso lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos nossos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

e) **Principais insumos e matérias-primas**

- iv. **Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;**
- v. **Eventual dependência de poucos fornecedores;**
- vi. **Eventual volatilidade em seus preços.**

Cana de açúcar

Em março de 2018, tínhamos aproximadamente 1.290 contratos de exploração de cana de açúcar nas categorias: parceria agrícola ou arrendamento rural pelo prazo de 6 anos (1 ciclo de cana) e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, nossos parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana de açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana de açúcar produzida.

Também compramos cana de açúcar diretamente de cerca de 851 produtores independentes por meio de negociações anuais ou pelo prazo de 6 anos. Celebramos duas modalidades de contrato de fornecimento, na primeira delas o fornecedor encarrega-se de colher e transportar a cana de açúcar até nós; enquanto na segunda compramos a cana de açúcar no campo e nos encarregamos da sua colheita e transporte. Esta segunda modalidade é a mais usual dentro do nossa Companhia e apresenta maiores vantagens para ambos os lados, uma vez que implica menor custo operacional para o produtor e permite o rápido aproveitamento da cana de açúcar colhida para o processo de moagem. Para assegurar a continuidade dos volumes de cana de açúcar moída, incentivamos o processo de fidelização dos nossos fornecedores de cana de açúcar, através da troca de informações tecnológicas por meio de palestras, e treinamentos diversos, como, por exemplo, sobre controles de praga. Também organizamos visitas regulares dos fornecedores às nossas usinas e definimos, conjuntamente, o acompanhamento técnico e as variedades de cana de açúcar a serem plantadas.

O preço pago aos nossos fornecedores é baseado no teor de açúcar contido na cana de açúcar. Uma amostra da cana de açúcar é retirada no momento de sua recepção na usina e analisada em laboratório. O resultado dessa análise, auditado por uma cooperativa formada pelos produtores de cana de açúcar, indica o total de açúcares contido na cana de açúcar adquirida de cada fornecedor. O pagamento destes fornecedores, em geral, acontece 80% na entrega da cana de açúcar e 20% parcelados de janeiro a abril do ano seguinte ao da entrega da cana de açúcar, com base nos preços divulgados mensalmente pelo Consecana e ajustados conforme o acumulado da safra.

a) montante total de receitas provenientes de clientes

A São Martinho S.A., em 31 de março de 2018, possuía clientes que representavam mais de 10,0% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia corresponderam à cerca de 27% da receita líquida, enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes corresponderam a 32%.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O total da representatividade dos três principais clientes compradores de etanol e açúcar, na safra 2017/2018, somavam 28% da receita da empresa, e por isso, os segmentos mais afetados são as receitas provenientes da venda de etanol e da venda de açúcar para a companhia.

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A atividade industrial desenvolvida pela Companhia e suas controladas para produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica, precisa das aprovações junto as Prefeituras locais, Secretaria Estadual de Meio Ambiente dos respectivos estados onde se encontram instaladas suas unidades industriais, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), ANA (Agencia Nacional de Águas), ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). Nunca houve nenhum problema na obtenção de tais autorizações e licenças junto à administração. E nossa estratégia de relacionamento com as instituições governamentais tem como diretriz a ética e a transparência.

Para desenvolver suas atividades nas áreas agrícolas (próprias ou de terceiros) para cultivo da matéria-prima, a Companhia e suas controladas consideram todos os aspectos ambientais e a legislação ambiental e agrária vigente, com ênfase na preservação e recuperação das nascentes, cursos d'água e vegetação; ou seja, a Companhia está sujeita a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais que regem a proteção do meio ambiente. Estas leis e regulamentações estabelecem diversas obrigações de cunho ambiental, incluindo o atendimento a padrões para o lançamento de efluentes e emissões gasosas no meio ambiente, o armazenamento e destinação final adequada de resíduos industriais e a proibição de suprimir a vegetação em áreas especialmente protegidas.

O Código Florestal Brasileiro em vigor permite o uso da terra ou a continuidade de atividades desenvolvidas em áreas de proteção permanente, desde que autorizadas expressamente, mediante a aprovação de projeto junto ao órgão ambiental competente. Além disso, o Código Florestal Brasileiro obriga manter e preservar no mínimo 20% da área de cada propriedade rural onde ainda houver florestas nativas. Nas propriedades em que não houver essas reservas florestais nativas, aplicam-se regras de transição de acordo com a data da supressão da vegetação e o tamanho do imóvel, que também estabelecem formas alternativas de reconstituição da área de reserva legal, que podem ser adotadas sucessiva ou cumulativamente. Essas alternativas constituem formas de compensação, como por exemplo, a adoção de regime de condomínio entre mais de uma propriedade; a compensação com outra área, desde que ambas tenham o mesmo bioma, tudo mediante a aprovação do órgão ambiental; o arrendamento de área sob regime de servidão florestal ou a aquisição de cotas de áreas de reserva para esse fim instituídas.

Ademais da decisão de iniciar o processo de exploração agrícola em todas as áreas gerenciadas pela Companhia e suas controladas, todos os aspectos relevantes citados acima são analisados.

A Companhia obteve todas as principais licenças, permissões e autorizações ambientais e de outra natureza exigidas para a operação das unidades agroindustriais, estando todas elas em pleno vigor. No Estado de São Paulo, as instalações industriais em geral, incluindo as nossas unidades, são fiscalizadas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o órgão estadual de controle de poluição. No Estado de Goiás, as instalações agroindustriais em geral, são fiscalizadas pela SECIMA (Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos). Estes órgãos podem impor sanções administrativas contra os indivíduos e entidades que violarem as exigências estabelecidas na legislação ambiental estadual, no que diz respeito ao controle da poluição. Ainda em relação às unidades agroindustriais levando em consideração seus produtos e subprodutos oriundos da cana-de-açúcar possui, também, seus respectivos registros junto ao Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do MAPA.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia possui um relacionamento estratégico com as instituições governamentais, que tem como diretriz a ética e a transparência e acredita que sua atuação deve ir além das fronteiras empresariais; e busca contribuir para a formulação de políticas públicas e participar de discussões que sejam, ao mesmo tempo, relevantes para a agenda da Companhia e para o desenvolvimento social.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

O Protocolo Agroambiental prevê, ainda, a proteção e a recomposição das áreas de matas ciliares das propriedades canavieiras, devido à relevância de sua contribuição para a preservação ambiental e proteção à biodiversidade. Elas são essenciais para a proteção de rios, nascentes e lagos, contribuindo para a preservação da biodiversidade e proteção da fauna e da flora. O Protocolo estabelece ainda que, no caso de nascentes de rios existentes em áreas próprias das unidades industriais, cuja vegetação das APPs não esteja adequada, a empresa deve favorecer a regeneração dessa área, em um raio mínimo de 50 metros das nascentes e “olhos de água”, e recuperá-la, com um percentual mínimo recomendado de 10% ao ano.

Além das exigências feitas pelos órgãos ambientais e pela legislação, são desenvolvidas outras ações voluntárias, com vista a uma produção ambientalmente sustentável, dentre as quais ações destacam-se o projeto “Viva a Natureza” e atividades de educação ambiental.

O projeto “Viva a Natureza” foi criado no ano 2000, nas unidades industriais Usina São Martinho em Pradópolis e na Usina Iracema, em Iracemópolis. Posteriormente, no ano 2006, a Usina Boa Vista, localizada em Quirinópolis-GO e posteriormente a Usina Santa Cruz, em Américo Brasiliense, também aderiram ao projeto. Ao todo, já foi efetuado o plantio de mais de 4,2 milhões mudas para recuperação das matas ciliares e remanescentes florestais de suas propriedades, envolvendo as áreas das quatro unidades.

As atividades de Educação Ambiental são desenvolvidas no CEA (Centro de Educação Ambiental) cujo intuito é sensibilizar os colaboradores, visitantes e a comunidade informando-os das práticas de sustentabilidade adotadas pela Companhia. Já recebemos mais de 111 mil visitantes. Hoje o Grupo conta com 3 CEAs, sendo um localizado na Usina São Martinho e outro na Usina Boa Vista e na Usina Santa Cruz.

Além desses projetos, são realizados estudos em todos os processos de produção visando a melhoria dos equipamentos, processos e treinamentos aos colaboradores, bem como a otimização e racionalização de todos os recursos naturais necessários aos processos de produção de matéria prima, açúcar, etanol e energia elétrica.

A Companhia participou juntamente com as demais empresas do setor das discussões envolvendo a elaboração e assinatura, em junho de 2009, do Compromisso Nacional – documento que reúne aproximadamente 30 práticas exemplares, que vão além do que exige a legislação brasileira. O Compromisso foi o resultado de um diálogo tripartite, estabelecido entre empresários, trabalhadores e representantes do governo federal, na busca por soluções conjuntas para assegurar o trabalho decente no setor sucroalcooleiro.

A Companhia possui uma Política Ambiental que estabelece diretrizes para o Sistema de Gestão Ambiental, na qual a São Martinho promove a:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- Proteção do meio ambiente, preservação e uso consciente dos recursos naturais, gestão de efluentes e de resíduos dos processos.
- Minimização dos possíveis impactos ambientais, mantendo sua responsabilidade perante a sociedade presente e futura, buscando a melhoria contínua do sistema de gestão e do desempenho ambiental.
- Atendimento às legislações aplicáveis, normas, demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

De encontro com a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental a Companhia também possui o selo Bonsucro nas unidades Itacema e Santa Cruz. O selo reconhece que todos os processos produtivos da unidade, desde o cultivo da cana-de-açúcar até a fabricação de seus derivados, como açúcar e etanol, seguem padrões globais de sustentabilidade. A certificação, que é exclusivamente voltada para o setor sucroenergético, permite que a São Martinho exporte seus produtos para mercados cada vez mais exigentes, como a União Europeia e a Ásia. O reconhecimento da Bonsucro atesta que a unidade atua de forma sustentável nas áreas social, ambiental e econômica.

Conforme mencionado no item “a” da seção 7.5, a Companhia e suas controladas necessitam de autorizações e licenças dos órgãos ambientais nas esferas Municipais, Estaduais e Federais. Para atender a todas as exigências técnicas, são adotados os procedimentos previstos na legislação.

Os custos para obtenção das autorizações/licenças ambientais necessários para o desenvolvimento da atividade da Companhia e suas controladas são suportáveis pela atividade. O Grupo vem trabalhando para se adequar aos padrões internacionais de proteção ambiental e sustentabilidade.

Atualmente, a gestão da Companhia sobre os impactos do negócio busca um olhar ampliado da sua cadeia de valor, desde a aquisição de matéria-prima ao seu produto final, com o objetivo de maximizar o valor gerado. Os temas prioritários, conforme a matriz de materialidade e são acompanhados periodicamente em diversos fóruns da Companhia, incluindo compromissos assumidos e a evolução em cada tema.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties de terceiros que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, informamos que Companhia possui a titularidade de patente e das marcas de comércio/nomes de fantasias a seguir relacionadas, depositados junto ao INPI: (i) patentes: processos nº: BR20 2014 025286-5, DI BR 30 2014 006166 6, BR202013024035-0, BR202014004537-1, BR202014004542-8 e BR102014007178-4; (ii) marcas: processos nº: 006443001, 006443060, 006443079, 812401662, 812812204, 812812247, 812812590, 820272620, 812812603, 824135040, 824135059, 825672651, 827937385, 827937580, 828607354, 828607362, 828607370, 830667814, 902771205, 905516605, 905516524, 909538905, 909538956, 909538840, 912509090, 912509147, 827322593, 830860274, 830860282, 830860290, 830860304, 822056984, 822620847, 822620880, 822620871 e 822681994; cujas descrições e especificações encontram-se relacionadas no item “9.1”.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**a) e c) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e dos clientes estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:**

Valores em R\$ mil

	Safra 2016/17	%	Safra 2015/16	%	Safra 2014/15	%
Receita Líquida						
Mercado Interno	1.514.008	50,42%	1.433.734	52,57%	1.181.086	51,49%
Mercado Externo	1.488.873	49,58%	1.293.684	47,43%	1.112.896	48,51%
	3.002.881	100%	2.727.418	100%	2.293.982	100%

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Segue tabela evidenciando a distribuição da receita na safra 2016/17, 2015/16 e 2014/15, dividida entre os clientes dos países estrangeiros:

Valores em R\$ mil

Receita Líquida	Safra 2016/17	%	Safra 2015/16	%	Safra 2014/15	%
Europa	681.841	46%	720.164	56%	523.871	47%
Oriente Médio e Ásia	623.461	42%	444.854	34%	462.539	42%
América do Norte	297.458	20%	159.240	12%	126.706	11%
América do Sul (ex-Brasil)	43.297	3%	50.077	4%	19.647	2%
Outros	388	0%	-		1.223	0%
Resultado com derivativos / impostos	<u>(157.572)</u>	-11%	<u>(80.651)</u>	-6%	<u>(21.090)</u>	-2%
Total Receita mercado externo	1.488.873		1.293.684		1.112.896	

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não se aplica.

7.8 - Políticas socioambientais

1. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

Sim, a Companhia divulga anualmente o Relatório Anual e de Sustentabilidade.

a) Metodologia

O Relatório Anual e de Sustentabilidade da São Martinho segue a metodologia *Global Reporting Initiative* (GRI), que estabelece diretrizes para a gestão e a comunicação de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

b) Auditada por terceiros?

O Relatório Anual e de Sustentabilidade não é auditado por entidade independente.

c) Link de divulgação externa

O Relatório Anual e de Sustentabilidade fica disponível no site institucional da Companhia <http://www.saomartinho.com.br/>

2. Tem política de Responsabilidade Socioambiental?

A São Martinho tem implementado um Sistema de Gestão Integrada que integra e sintoniza os diferentes Sistemas de Gestão da empresa.

Entre vários, estão os sistemas de Gestão Ambiental e de Saúde e Segurança Ocupacional, cada um com sua respectiva Política formalmente estabelecida.

Estas Políticas são devidamente comunicadas ao público interno (colaboradores e acionistas controladores) por meio de várias mídias e outros públicos de relacionamento, quando pertinente, como por exemplo em reuniões com parceiros e prestadores de Serviços.

Em relação à Responsabilidade Social, está em curso um diagnóstico em ações de impacto social, visando adequar os processos de gestão para torná-los auditáveis segundo diretrizes internacionais, tal como a ISO 26.000. Para isto, está em apreciação uma Política que dará as diretrizes para tratamento sobre o tema.

7.9 - Outras informações relevantes

Não se aplica.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No exercício encerrado em 31.03.2018:

- 1º.06.2017: Cisão parcial envolvendo as empresas Vale do Mogi e LandCo. Nesta operação, a Vale transfere para LandCo, as terras voltadas exclusivamente para atividade agrícola (produção de cana-de-açúcar) com o objetivo de concentrar, nessa sociedade (LandCo), o desenvolvimento de negócios agrícolas da São Martinho. Por sua vez, na Vale do Mogi, deve ser mantidas as terras que foram avaliadas com vocação para negócios imobiliários/minerários. Deste modo, a operação objetiva implementar a separação entre os negócios imobiliários/minerários e os negócios agrícolas e reflete a intenção da São Martinho de buscar a estrutura organizacional adequada na condução das diferentes linhas de negócios.

Nesta mesma operação, foram alteradas as denominações sociais das empresas, conforme a seguir: Vale do Empreendimentos Imobiliários S.A. para São Martinho Terras Imobiliárias S.A.; LandCo Empreendimentos e Participações S.A. para São Martinho Terras Agrícolas S.A.

No exercício em curso:

- 02.04.2018: Incorporação da Usina Boa Vista S.A. ("UBV"), subsidiária integral da Companhia. Com a incorporação, a unidade industrial localizada em Quirinópolis/GO passou a ser uma filial da Companhia. A incorporação, o acervo líquido total da UBV foi integralmente incorporado com base no critério contábil, de forma que a Companhia assumiu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da UBV, sem aumento do capital social.

No exercício encerrado em 31.03.2017:

- 29.04.2016: a AGE da SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ") aprovou sua incorporação pela Usina Boa Vista ("UBV") e conseqüentemente o aumento do seu capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal, de emissão, atribuídas a acionista controladora Nova Fronteira Bioenergia S.A, *holding* controlada pela Companhia em conjunto com a Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio"). A incorporação teve por objetivo concentrar na UBV todas as atividades desenvolvidas pela SMBJ. Esse procedimento propiciou a unificação da administração e das atividades das duas empresas, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.
- 30.04.2016: a AGE da Vale do Mogi aprovou a cisão parcial com a incorporação de parte de seu acervo líquido cindido (imóveis rurais) pela LandCo S.A. ("LandCo"); ambas empresas subsidiárias integrais da Companhia. Os imóveis rurais objeto da cisão, representando uma área de aproximadamente 18.600 hectares de terras, atualmente destinadas à atividade agrícola (parceria) exclusivamente e sua transferência para LandCo considera a disponibilidade da exploração operacional dessas áreas quanto à distribuição geográfica e raio de atuação das unidades agroindustriais da Companhia, localizadas, respectivamente nos municípios de Pradópolis e Américo Brasiliense.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

- 23.02.2017: Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A (*joint venture* com a Petrobrás Biocombustíveis S.A), após a Companhia adquirir 49,05% das ações dessa empresa, com a consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo.

Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R\$ 459.806 mil. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R\$ 429.362 mil no Capital Social, R\$ 86.106 mil como reserva de incentivo e R\$ 55.662 mil devedor, à conta redutora de capital.

Custos relacionados à aquisição de R\$ 2.439 mil foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

No exercício encerrado em 31.03.2016:

- No exercício encerrado em 31.03.2016 não tiveram alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No curso normal de nossos negócios, não celebramos, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados as nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações relevantes nesta seção.

- a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização (Consolidado em milhares de R\$).

em milhares de R\$	Taxa anual de deprec.	Consolidado				
		Custo	Depreciação Acumulada	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016
				Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terras		1.807.856	-	1.807.856	1.809.411	1.767.609
Edificações e dependências	3%	492.779	(83.009)	409.770	398.339	292.706
Equipamentos e instalações industriais	5%	2.089.560	(544.688)	1.544.872	1.516.726	1.185.635
Veículos	6%	342.280	(114.712)	227.568	226.890	196.104
Máquinas e implementos agrícolas	9%	551.807	(239.497)	312.310	311.978	258.653
Benfeitorias em Poder 3ºs	17%	89.310	(56.010)	33.300	39.154	22.972
Lavoura de Cana	14%	2.220.735	(1.182.223)	1.038.511	920.169	691.348
Outras	13%	78.844	(51.030)	27.813	22.498	17.092
Imobilizado em Uso		7.673.171	(2.271.170)	5.402.000	5.245.165	4.432.119
Imobilizado em andamento		49.395	-	49.395	44.729	60.347
Total		7.722.566	(2.271.170)	5.451.396	5.289.894	4.492.466

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Empresa	Descrição do Bem	Localização			Tipo Propriedade	Valor de aquisição + reavaliação		
		País	Município	UF		2.018	2.017	2.016
SM	Terras	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	26.088	26.800	26.800
SM	Edifícios e Dependências	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	36.530	37.949	35.479
SM	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	40.976	40.642	39.807
SM	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	181.617	182.176	175.978
SM	Veículos e acessórios	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	30.263	31.470	29.661
SM	Moveis Utensílios	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	1.915	2.129	1.774
SM	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	818	277	337
SM	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	970	970	970
SM	Lavoura de Cana	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	154.896	145.574	123.634
SM	Imobilizado em Andamento	Brasil	Iracemápolis	SP	Própria	9.712	33	9.534
USM	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	80.651	80.651	62.223
USM	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	134.201	134.772	110.943
USM	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	106.441	105.699	106.555
USM	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	491.000	484.451	469.756
USM	Veículos e acessórios	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	66.234	62.331	66.086
USM	Moveis Utensílios	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	7.017	7.337	6.539
USM	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	6.897	1.678	2.152
USM	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	1.877	1.877	1.877
USM	Lavoura de Cana	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	379.062	325.421	267.155
USM	Imobilizado em Andamento	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	21.404	3.931	28.462
USC	Terras	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	49.069	49.069	49.069
USC	Edifícios e Dependências	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	72.062	72.935	72.740
USC	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	84.043	84.566	83.886
USC	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	337.357	303.067	261.221
USC	Veículos e acessórios	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	69.091	71.409	70.700
USC	Moveis Utensílios	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	2.088	2.033	913
USC	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	885	252	277
USC	Lavoura de Cana	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	271.715	244.929	204.124
USC	Imobilizado em Andamento	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	14.235	30.136	12.470
VM	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	99.460	988.313	1.612.874
VM	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	140	154	166
LANDCO	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	1.503.313	617.203	-
SME	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	22.494	23.280	24.311
SMA	Imobilizado em Andamento	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	-	-	-
UBV	Terras	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	49.198	47.323	13.052
UBV	Edifícios e Dependências	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	161.880	147.647	68.162
UBV	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	80.845	81.065	28.395
UBV	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	473.745	483.050	211.889
UBV	Veículos e acessórios	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	61.980	61.680	29.656
UBV	Moveis Utensílios	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	4.196	4.467	1.677
UBV	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	834	1.161	416
UBV	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	317	317	161
UBV	Benfeitorias em Poder 3ºs	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	33.300	39.154	22.971
UBV	Lavoura de Cana	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	232.839	204.245	96.434
UBV	Imobilizado em Andamento	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	4.044	10.629	9.880
SMBJ	Terras	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	-	-	3.541
SML	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	2.706	2.833	2.961
BIO	Edifícios e Dependências	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	1.048	1.090	1.132
BIO	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Américo Brasileiro	SP	Própria	38.460	40.375	41.903
USL	Terras	Brasil	Motuca	SP	Própria	78	52	52
USL	Edifícios e Dependências	Brasil	Motuca	SP	Própria	1.202	959	1.124
USL	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Motuca	SP	Própria	5	6	10
USL	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Motuca	SP	Própria	199	327	576
USL	Veículos e acessórios	Brasil	Motuca	SP	Própria	-	-	-
					TOTAL	5.451.396	5.289.894	4.492.466

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência tecnologia.

Marcas: A Companhia é titular de registros de marcas mistas e nominativas junto ao INPI, além de depósitos de marcas e logomarcas, os quais totalizam 36 processos.

As principais marcas da Companhia são: (i) São Martinho, (ii) Monte Sereno, (iii) Usina Boa Vista; (iv) Maxprotein; (v) Omtek; (vi) Santa Cruz, distribuídas em diversas classes de segmentos em linha com seu objeto social. Há, também, pedidos de prorrogação dos mencionados registros de marcas/logomarcas junto ao INPI todos no prazo legal.

Patentes: A Companhia é titular das seguintes patentes registradas e com pedidos de registros junto ao INPI: Aperfeiçoamento Introduzido em Biodigestor Anaeróbico Termofílico de Líquidos; Configuração Aplicada em Equipamento Agrícola; Arado Subsolador com Desarme e Rearme Automático p/ Acoplamento em Trator; Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas; Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas Localizada; e Processo de Geração de Mapas de Aplicação Herbicida.

Domínios: A Companhia é possuidora de 31 nomes de domínio registrados no Brasil, quais sejam:

<gruposaomartinho.com.br>, <gruposaomartinho.com>, <gruposaomartinho.net>, <gruposaomartinho.org>, <saomartinho.ind.br>, <saomartinho.com.br>, <smt03.com.br>, <smt03.com>, <smt0.com.br>, <smt0.com>, <usinasoamartinho.com.br>, <usinasoamartinho.ind.br>, <usinairacema.com.br>, <usinairacema.ind.br>, <omtek.com.br>, <omtek.ind.br>, <saomartinho-ri.com.br>, <saomartinho-ir.com>, <usinaboavista.ind.br>, <usinaboavista.com.br>, <smt03.com.br>, <smt03.com>, <smt0.com>, <smt0.com.br>, <staluiza.com.br>, <usinasantaluiza.com.br>, <novafronteira.ind.br>, <novafronteirabioenergia.com.br>, <novafronteirabioenergia.com.br>, <nfbio.com.br>, <usinasantacruz.com.br>.

Software: A Companhia possui todas as licenças de software necessárias, não havendo violação de direitos autorais de terceiros.

Pesquisa e Desenvolvimento

Monitoramento de Safras: Desde 1998 aplicamos softwares especialmente desenvolvidos para o monitoramento de safras. Estes softwares são baseados em bancos de dados relacional e temporal que armazenam todas as informações referentes ao solo, clima, variedade e manejo de cada talhão plantado com cana-de-açúcar, bem como todos os recursos aplicados a estes. Estes dados, armazenados após sucessivas safras, nos permitem, com o auxílio de softwares complementares, baseado na Teoria das Restrições e com o uso da inteligência artificial, simular diferentes condições de exploração dos canaviais, visando à maximização da produção de toneladas de açúcares por hectare. Também utilizamos tecnologias de sensoriamento remoto e processamento de imagens que nos auxilia na previsão de safra e no monitoramento do canavial, no controle de insetos pragas, de doenças, de plantas daninhas, na conservação do solo e da água e na preservação do meio ambiente.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

c. Sociedades em que a Companhia tem participação (Em milhares de R\$)

Denominação Social	Sede	Atividades desenvolvidas	Participação 31/03/2018	Registro CVM	Controlada / Coligada	Valor Contábil da Participação			Valor Mercado Cotações das Ações	Valorizações / Desvalorizações das Participações	Valorizações / Desvalorizações das Participações - Valor Mercado	Dividendos Recebidos		
						2018	2017	2016				2018	2017	2016
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	Pradópolis/SP	Exploração de terras por meio de arrendamentos e parcerias agrícolas.	100,00%	Não	Controlada	1.042.766	430.903		n/a	n/a	n/a	30.250	16.000	-
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	Pradópolis/SP	Exploração de terras por meio de arrendamentos e parcerias agrícolas.	100,00%	Não	Controlada	148.494	1.043.290	1.673.486	n/a	n/a	n/a	20.800	50.051	53.743
Nova Fronteira Bioenergia S/A	Pradópolis/SP	Participação em sociedades do setor suínoenergético.	0,00%	Não	Coligada/Incorporada	-	-	488.107	n/a	n/a	n/a	-	-	-
Usina Santa Luíza S.A.	Motuca/SP	Serviços de armazenagem.	66,67%	Não	Coligada	(14.542)	(13.044)	(9.993)	n/a	n/a	n/a	-	-	-
São Martinho Energia S.A.	Pradópolis/SP	Cogeração de energia elétrica.	100,00%	Não	Controlada	26.214	19.735	23.819	n/a	n/a	n/a	20.500	21.027	44.144
Usina Boa Vista S.A.	Quirinópolis/GO	Fabricação e comercialização de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.	100,00%	Não	Controlada	1.353.646	1.147.277	-	n/a	n/a	n/a	-	-	-
São Martinho Inova S.A.	Pradópolis/SP	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.	100,00%	Não	Controlada	24.360	21.815	20.089	n/a	n/a	n/a	-	-	-
São Martinho Logística e Participações S.A.	Pradópolis/SP	Armazenagem de produtos em geral	100,00%	Não	Controlada	2.952	3.078	3.190	n/a	n/a	n/a	-	-	63
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1 S.A.	Américo Brasileiro	Cogeração de energia elétrica.	100,00%	Não	Controlada	104.227	104.702	119.230	n/a	n/a	n/a	50.113	48.192	42.335
Agro Pecuária Caleira do Norte S.A.	Matupá/MT	Exploração de atividades ligadas à agricultura e pecuária; loteamento e construção civil destinados à venda e compra de imóveis por conta própria e de terceiros.	22,46%	Não	Coligada	1.841	1.841	1.843	n/a	n/a	n/a	-	-	-
Agropecuária do Cachimbo S.A.	Matupá/MT	Exploração de atividades ligadas à agricultura e pecuária; loteamento e construção civil destinados à venda e compra de imóveis por conta própria e de terceiros.	8,56%	Não	Coligada	19	23	23	n/a	n/a	n/a	-	-	-

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Pradópolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Iracemápolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Américo Brasiliense	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Motuca	Própria
Equipamentos e processamento de dados	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Equipamentos e processamento de dados	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Florestamento e reflorestamento	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis	Própria
Imobilizado em Andamento	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Florestamento e reflorestamento	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Imobilizado em Andamento	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Moveis Utensílios	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Moveis Utensílios	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Terras	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Terras	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Veículos e acessórios	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Veículos e acessórios	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Edifícios e Dependências	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Edifícios e Dependências	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Lavoura de Cana	Brasil	SP	Pradópolis / Itacemópolis / Américo Brasiliense	Própria
Lavoura de Cana	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Benfeitorias em Poder de 3ºs	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	novafrenteirabioenergia.com.br	15/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho.com.br	03/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho.ind.br	28/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	smt0.com.br	09/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	smt03.com.br	09/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	staluiza.com.br	23/03/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	usinaboavista.com.br	02/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinaboavista.ind.br	02/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinairacema.com.br	20/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	usinairacema.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinasantacruz.com.br	22/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinasantaluiza.com.br	28/08/2019	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	usinasaomartinho.com.br	22/10/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinasaomartinho.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Biodigestão Anaeróbica Termofílica de Líquidas	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Aperfeiçoamento Introduzido em Biodigestor Anaeróbico Termofílico de Líquidos	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Configuração Aplicada em Equipamento Agrícola	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Arado Subsolador com Desarme e Rearme Automático para Acoplamento em Trator	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Processo de Geração de Mapas de Aplicação Herbicida	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Etanol, carvão, carvão vegetal, combustível a base de álcool	De 27/10/2015 a 27/10/2025	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	CIAO Comp. Ind. e Agr. Ometto - Industrialização de cana de açúcar e derivados	De 18/03/2008 a 18/03/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Vale do Mogi - Etanol, acetileno, acetona, aditivos químicos	De 26/06/2014 a 26/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Vale do Mogi - Comércio importação e exportação dos produtos e derivados da agricultura	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - Serviços de florestamento e reflorestamento. Serviços auxiliares agropecuárias	De 27/10/1987 a 27/10/2017	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - Serviços de florestamento e reflorestamento. Serviços auxiliares agropecuárias	De 20/03/1990 a 20/03/2020	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar	06/02/1990 a 06/02/2020	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Maxprotein - Proteínas	De 11/07/2000 a 11/07/2020	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Omtex - Comercialização, exportação e importação de produtos químicos	De 17/04/2007 a 17/04/2017	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Omtex - Fabricação, comercialização, exportação e importação de produtos químicos e orgânicos	De 31/10/2014 a 21/10/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - etanol, carvão vegetal, combustível, gasolina, óleo diesel	De 17/07/2007 a 17/07/2017	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	SMG Agro Industrial - Açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar e adoçantes naturais	De 04/03/2008 a 04/03/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SMG Agro Industrial - etanol etílico, acetileno, acetona, aditivos químicos	De 04/03/2008 a 04/03/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Boa Vista - etanol, etanol etílico, acetileno, acetona, aditivos químicos	De 26/05/2009 a 26/05/2019	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Boa Vista - Açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar e adoçantes naturais	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Boa Vista - Demonstração de produtos, promoção de vendas, exportação e importação	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Etanol, carvão, carvão vegetal, combustível a base de etanol	De 11/06/2013 a 11/06/2023	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Energia	De 11/06/2013 a 11/06/2023	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Vale do Mogi - Loteamento imobiliário, compra e venda de móveis por conta ou de terceiros	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Vale do Mogi - Extração mineral, construção civil	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	novafrenteirabioenergia .ind.br	15/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Marcas	Monte Sereno - Cana-de-açúcar	De 09/03/2010 a 09/03/2020	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	São Martinho Terras - Loteamento imobiliário, compra e venda de móveis	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade
Marcas	São Martinho - Animais Vivos	De 10/08/1976 a 10/08/2016	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - Animais Vivos	De 10/08/1976 a 10/08/2016	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - Substâncias e produtos químicos destinados à indústria e à ciência	De 10/08/1976 a 10/08/2016	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho Logística - Transporte, embalagem, armazenagem	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	São Martinho - Energia	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - Industrialização de cana de açúcar, produção de açúcar e etanol	De 11/11/2008 a 11/11/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - Industrialização de cana de açúcar, produção de açúcar e etanol	De 26/09/2006 a 18/04/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - Açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar, adoçantes	De 26/09/2006 a 18/04/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - etanol, carvão vegetal, carvão, sagolina	De 26/09/2006 a 26/09/2016	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Sistema de aplicação de corretivos e fertilizantes	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Arado Subsolador com Desarme e Rearme Automático	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	omtek.com.br	28/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	omtek.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	saomartinho-ri.com.br	17/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Marcas	São Martinho - Animais vivos	De 02/07/1996 a 02/07/2016	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	gruposaomartinho.com.br	02/03/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	nfbio.com.br	29/09/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas Localizada	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	novafrenteira.ind.br	14/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Agro Pecuária Caieira do Norte S.A.	06.054.311/0001-10	-	Coligada	Brasil	MT	Matupá	Exploração de atividades ligadas à agricultura e pecuária; loteamento e construção civis destinados à venda e compra de imóveis por conta própria e de terceiros.	22,460000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Valor mercado								
31/03/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	1.841.000,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Agropecuária do Cachimbo S.A.	03.208.360/0001-71	-	Coligada	Brasil	MT	Matupá	Exploração de atividades ligadas à agricultura e pecuária; loteamento e construção civis destinados à venda e compra de imóveis por conta própria e de terceiros.	8,560000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Valor mercado								
31/03/2018	17,390000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	19.000,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Companhia Bioenergética Santa Cruz	10.763.227/0001-42	-	Controlada	Brasil	SP	Américo Brasiliense	Cogeração de energia elétrica	100,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Valor mercado								
31/03/2018	0,453669	0,000000	50.113,00	Valor contábil	31/03/2017	104.702,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	48.192,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	42.335,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação				Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.				
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	11.725.039/0001-92	-	Coligada	Brasil	SP	Pradópolis	Participação em sociedade do setor sucroenergético.	0,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Valor mercado								
31/03/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	0,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Energia S.A.	12.291.462/0001-94	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Cogeração de energia elétrica.	100,000000
Valor mercado								
31/03/2018	32,829997	0,000000	20.500,00	Valor contábil	31/03/2018	26.214,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	21.027,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	44.144,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Logística e Participações	20.220.473/0001-01	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Armazenagem de produtos em geral	100,000000
Valor mercado								
31/03/2018	4,093567	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	2.952,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	63,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Terras Agrícolas S.A	24.190.346/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Exploração de terras por meio de arrendamentos e parcerias agrícolas.	100,000000
Valor mercado								
31/03/2018	141,995530	0,000000	30.250,00	Valor contábil	31/03/2017	1.042.766,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	16.000,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
Usina Boa Vista S.A.	07.603.999/0001-02	-	Controlada	Brasil	GO	Quirinópolis	Fabricação e comercialização de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/03/2018	17,987722	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	1.353.646,00		
31/03/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
Usina Santa Luiza S.A.	52.312.774/0001-51	-	Coligada	Brasil	SP	Motuca	Prestação de serviços de armazenagem	66,670000
				Valor mercado				
31/03/2018	-11,484207	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2017	-14.542,00		
31/03/2017	-30,531372	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
Vale do Mogi Empreendimentos	48.663.421/0001-29	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Exploração de terras por meio de arrendamentos e parcerias agrícolas.	100,000000
				Valor mercado				
31/03/2018	-85,766760	0,000000	20.800,00	Valor contábil	31/03/2018	148.494,00		
31/03/2017	37,657680	0,000000	50.051,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	53.743,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
Vale do Piracicaba S.A.	13.288.282/0001-16	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Exploração de terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/03/2018	11,666285	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2018	24.360,00		
31/03/2017	8,591767	0,000000	0,00					
31/03/2016	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Desenvolvimento de nossa atividade industrialização de canade açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.

9.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 23 de fevereiro de 2017, a São Martinho incorporou a Nova Fronteira Bioenergia através da emissão de 24.023.708 ações, portanto, os números apresentados nesse relatório consideram 50,95% do resultado da Usina Boa Vista entre os meses de abril/16 e fevereiro/17 e 100% do resultado do mês de março/17. A partir do 1T18 passamos a consolidar integralmente 100% da Boa Vista em nossos resultados.

Importante ressaltar que para fins de melhor comparabilidade, os números apresentados referentes às safras anteriores (12M17 e 12M16) estão sendo apresentados na versão proforma, ou seja, impacto de 50,95% da Usina Boa Vista proporcionalmente nos resultados.

Adicionalmente, a partir do primeiro trimestre da safra 17/18, tivemos alterações contábeis conforme IAS 16 e IAS 41. Os ativos biológicos de produção passaram a ser contabilizados como ativo imobilizado. O ativo biológico consumível (cana em pé) será mensurado a valor justo e continua no escopo do IAS41.

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Vide item 10.1, letra h.

b) estrutura de capital

Em 9 de novembro de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o desdobramento da totalidade das ações ordinárias sem alteração do Capital Social, o qual passou a ser dividido em 339.987.621 ações ordinárias nominativas.

No dia 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada também em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Nova Fronteira pela Companhia, com relação de troca das ações da Nova Fronteira por ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal da São Martinho, na razão 17,095:1. Com isso foi realizado um aumento de capital no valor de R\$ 429.362.339,46 (quatrocentos e vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos), passando de R\$ 1.064.972.000,00 (um bilhão, sessenta e quatro milhões e novecentos e setenta e dois mil reais) para R\$ 1.494.334.339,46 (um bilhão, quatrocentos e noventa e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) mediante a emissão de 24.023.708 (vinte e quatro milhões, vinte e três mil, setecentas e oito) novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 17,87 (dezessete reais e oitenta e sete centavos), representativas de 6,60% do capital social.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.494.334.339,46 (um bilhão, quatrocentos e noventa e quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) dividido em 364.011.329 (trezentos e sessenta e quatro milhões, onze mil e trezentos e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O patrimônio líquido, em 31 de março de 2018, era de R\$ 3.289,8 milhões (redução de 3,3% se comparado com 12M17). Adicionalmente, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 1.512,4 milhões, apresentando aumento de 26,4% em relação a 31 de março de 2017. A dívida líquida totalizava R\$ 2.462,8 e o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 74,9% em março/18 (em 31 de março de 2017 era de 75,9%).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

É importante mencionar que as Disponibilidades de Caixa (Caixa e Aplicações Financeiras) que a São Martinho possuía em março/2018 são mais que suficientes para liquidarem a dívida de curto prazo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

ENDIVIDAMENTO	mar/18	mar/17	mar/16
Em Milhares de R\$			
PESA	29.225	42.009	51.757
Crédito Rural	509.214	505.640	147.229
BNDES / FINAME	582.203	842.630	734.472
Capital de Giro	397.336	761.944	990.353
ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio)	-	-	142.520
International Finance Corporation (IFC)	303.797	-	-
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	734.471	633.070	1.024.853
NCE (Nota de Crédito de Exportação)	8.101	584.487	734.296
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.360.550	349.462	-
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	50.256	62.088	73.794
Obrigações decorrentes de Aquisições - Outros	-	-	5.893
Dívida Bruta Total	3.975.153	3.781.331	3.905.167
Disponibilidades	1.512.385	1.196.782	1.120.212
Dívida Líquida	2.462.768	2.584.549	2.784.955
Dívida Líquida / EBITDA Acum.	1,26x	1,55 x	2,14x

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica. A Companhia não possui deficiência de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Verificar as tabelas seguintes sobre o endividamento da Companhia (itens i a iv).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (*pro rata temporis*).

Modalidade	Encargos Anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	105,11%	CDI	397.336	495.136	737.666
Linhas do BNDES	2,74%	+TJLP	154.399	335.321	277.886
Linhas do BNDES	4,12%	PRÉ	366.064	500.334	454.472
Linhas do BNDES	3,99%	+SELIC	258	3.989	22
Crédito rural	8,32%	PRÉ	444.573	343.493	51.703
Cédula de produto rural		PRÉ	-	162.147	64.569
Cédula de crédito industrial		PRÉ	-	2.986	82.660
FINEP	4,00%	PRÉ	83.508	95.922	64.869
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,00%	CDI	947.472	349.462	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	413.077	-	-
Outros créditos securitizados	4,56%	+IGP-M	29.274	41.826	54
Total em moeda nacional			2.835.961	2.330.616	1.733.901
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,73%	+Libor	734.471	741.329	1.154.991
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	2,10%	+Libor	8.101	584.487	734.296
International Finance Corporation (IFC) (b)	2,70%	+Libor	303.797	-	-
Adiantamento Contrato de Câmbio (ACC)	1,95%	Var. cambial	-	-	142.520
FINEM	2,60%	+Cesta Moedas	42.567	62.628	59.772
Total em moeda estrangeira			1.088.936	1.388.444	2.091.579
TOTAL			3.924.897	3.719.060	3.825.480
Circulante			686.630	1.499.583	776.532
Não Circulante			3.238.267	2.219.477	3.048.948

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2018	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	1.046.995	1.090.562
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	580.296	689.183
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	470.727	496.639
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	385.334	399.142
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	265.004	265.098
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	270.879	270.879
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	5.816	5.816
Após 2027	20.948	20.948
	<u>3.045.999</u>	<u>3.238.267</u>

	31 de março de 2017	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	533.209	626.267
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	954.554	1.003.141
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	321.094	355.925
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	82.280	111.364
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	50.066	65.294
De 1º/04/2023 a 31/03/2030	57.509	57.603
	<u>1.998.712</u>	<u>2.219.594</u>

	31 de março de 2016	
	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2017 a 31/03/2018	1.028.493	1.153.556
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	699.187	745.984
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	633.705	656.263
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	306.241	321.643
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	63.748	75.827
De 1º/04/2022 a 31/03/2030	88.808	95.675
	<u>2.820.182</u>	<u>3.048.948</u>

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

São Martinho S.A. - ATIVO Em milhares de Reais	Pro - Forma		
	mar/18	mar/17	mar/16
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	140.865	143.002	267.315
Aplicações financeiras	1.320.851	1.029.113	839.127
Contas a receber de clientes	177.893	169.129	116.965
Instrumentos financeiros derivativos	69.173	172.917	145.701
Estoques	334.654	256.574	270.352
Ativos biológicos	581.725	586.362	554.186
Tributos a recuperar	36.093	102.325	64.274
Imposto de renda e contribuição social	9.687	11.232	119.781
Dividendos a receber	-	-	-
Outros ativos	16.917	12.342	17.066
TOTAL CIRCULANTE	2.687.858	2.482.996	2.394.767
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	50.669	24.667	13.770
Estoques e adiantamento a fornecedores	111.135	88.766	71.030
Partes relacionadas	5.834	111	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	43.752
Instrumentos financeiros derivativos	3.617	27	43.243
Contas a receber	24.869	26.062	22.246
Contas a receber - Copersucar	9.355	10.017	6.772
Tributos a recuperar	122.200	106.518	119.525
Imposto de renda e contribuição social	117.442	124.285	-
Depósitos judiciais	28.673	32.617	32.257
Outros ativos	439	439	498
	474.233	413.509	353.093
Investimentos	32.552	31.184	25.629
Propriedades para Investimento	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-
Imobilizado	5.449.912	5.289.894	4.492.462
Intangível	470.157	473.942	489.639
TOTAL NÃO CIRCULANTE	6.426.854	6.208.529	5.360.823
TOTAL DO ATIVO	9.114.712	8.691.525	7.755.590

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

São Martinho S.A. - PASSIVO	Pro - Forma		
Em milhares de Reais			
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>mar/18</u>	<u>mar/17</u>	<u>mar/16</u>
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	686.630	1.499.649	776.532
Instrumentos financeiros derivativos	8.862	76.097	197.238
Fornecedores	154.146	138.939	137.711
Obrigações - Copersucar	8.583	9.094	23.188
Salários e contribuições sociais	137.155	121.776	110.252
Tributos a recolher	16.877	20.481	19.615
Imposto de renda e contribuição social	4.167	4.471	916
Dividendos a Pagar	148.341	74.243	53.164
Adiantamento a clientes	16.406	4.174	1.606
Aquisição de Participação Societária	11.746	11.958	17.937
Outros passivos	28.287	28.751	32.099
TOTAL	1.221.200	1.989.633	1.370.258
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	3.238.267	2.219.594	3.048.948
Instrumentos financeiros derivativos	930	5	65.625
Obrigações - Copersucar	201.787	248.360	247.862
Tributos parcelados	2.656	14.614	17.878
I.R e C.S diferidos	1.007.923	663.337	232.104
Provisão para contingências	99.122	102.532	64.383
Aquisição de Participação Societária	38.510	50.130	61.750
Outros passivos	14.542	-	185
TOTAL	4.603.737	3.298.572	3.738.735
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.549.302	1.494.334	931.340
Redutora de Capital	-	(55.662)	-
Reserva de capital	9.418	10.057	10.531
Ações em tesouraria	(234.100)	(92.134)	(26.613)
Opções outorgadas	11.578	8.284	4.753
Ajustes de avaliação patrimonial	1.120.319	1.432.243	1.295.698
Reserva de lucros	-	-	432.656
Lucros Acumulados	-	-	(1.768)
TOTAL	3.289.775	3.403.320	2.646.597
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.114.712	8.691.525	7.755.590

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2018, 2017 e 2016:

Conforme comentado anteriormente, as informações de balanço passaram a contemplar 100% da Usina Boa Vista em março/17, portanto grande parte das variações são explicadas por essa incorporação.

Ativo Circulante: totalizou R\$ 2.687,8 milhões em 2017, com aumento de 8,3% em relação aos R\$ 2.482,9 milhões apresentados no ano de 2017. A variação pode ser explicada principalmente pelo aumento na linha de Aplicações financeiras.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Quando comparamos com o 12M18 com 12M16, percebemos que o aumento de R\$ 293,1 milhões no total do Circulante se deve, principalmente, ao aumento de Caixa (Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras).

Ativo Realizável a Longo Prazo: totalizou R\$ 474,2 milhões em mar/2018, com aumento de 14,7% em relação a mar/2017, por conta principalmente, do aumento nas linhas de Aplicações Financeiras e Estoques. Quando comparamos o mar/18, com mar/16, o aumento de 34,3% decorrente principalmente devido mudança nas regras contábeis, quando tivemos um incremento na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 6.426,8 milhões, um aumento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado. A principal contribuição para o aumento do Ativo Permanente nesse período foi o efeito da incorporação da Usina Boa Vista. No comparativo 12M18 em relação ao 12M16, a variação foi de 19,9%.

Passivo Circulante: totalizou R\$ 1.221,2 milhões, apresentando redução de 38,6% em relação ao ano de 2017, reflexo principalmente da redução na linha de Empréstimos e Financiamentos. Quanto ao comparativo de mar/18 com mar/16, houve redução de 10,9% pela mesma razão além de redução na variação dos Instrumentos Financeiros Derivativos.

Passivo Exigível a Longo Prazo: totalizou R\$ 4.603,7 milhões em 2018, aumento de 39,6% em relação ao resultado na safra 12M17, que se deve principalmente ao aumento do endividamento de longo prazo. Quando analisamos mar/18 com mar/16, o Passivo Exigível a Longo Prazo apresentou crescimento de R\$ 865,0 milhões, decorrente da variação na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	Pro - Forma				
	12M18	12M17	12M16	12M18 X 12M17	12M18 X 12M16
Em milhares de Reais					
Receita bruta	3.792.871	3.130.157	2.837.663	21,2%	33,7%
Deduções da receita bruta	(357.171)	(127.276)	(110.245)	180,6%	224,0%
Receita líquida	3.435.700	3.002.881	2.727.418	14,4%	26,0%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.336.341)	(2.174.033)	(1.947.046)	7,5%	20,0%
Lucro bruto	1.099.359	828.848	780.372	32,6%	40,9%
Margem bruta (%)	32,0%	27,6%	28,6%	4,4 p.p	3,4 p.p.
Despesas operacionais	(299.678)	(122.382)	(254.309)	144,9%	17,8%
Despesas com vendas	(119.778)	(106.820)	(109.145)	12,1%	9,7%
Despesas gerais e administrativas	(180.070)	(164.239)	(155.983)	9,6%	15,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.994)	606	456	n.m.	n.m.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.164	148.071	10.363	-97,9%	-69,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	799.681	706.466	526.063	13,2%	52,0%
Receitas (despesas) financeiras:	(177.135)	(260.914)	(320.232)	-32,1%	-44,7%
Receitas financeiras	122.702	132.553	120.225	-7,4%	2,1%
Despesas financeiras	(333.519)	(343.569)	(311.272)	-2,9%	7,1%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	31.858	9.312	(78.264)	242,1%	n.m.
Resultado de derivativos	1.824	(59.210)	(50.921)	n.m.	n.m.
Lucro operacional antes do IR e CS	622.546	445.552	205.831	39,7%	202,5%
IR e contribuição social - parcela corrente	(71.218)	(29.393)	(35.385)	142,3%	101,3%
IR e contribuição social - parcela diferida	(59.622)	(132.292)	36.500	-54,9%	n.m.
Lucro líquido antes da participação dos minoritários	491.706	283.867	206.946	73,2%	137,6%
Lucro líquido do período	491.706	283.867	206.946	73,2%	137,6%
Margem líquida (%)	14,3%	9,5%	7,6%	4,9 p.p.	6,7 p.p.

Comentários referentes à demonstração de resultado consolidado da Companhia entre os anos 2018, 2017 e 2016:

Receita Líquida Total: No comparativo 12M18 x 12M17, a receita líquida apresentou um aumento de 14,4%, impulsionada, principalmente, pelo aumento do volume de etanol vendido, combinado com preços superiores de açúcar e energia elétrica. Quando comparamos o 12M18 com 12M16, percebemos um aumento de 26,0%.

Receita líquida (Açúcar): No período acumulado (12M18), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1,78 bilhão, aumento de 8,3% em relação ao 12M17, refletindo aumento de 5,1% no volume vendido, combinado com preço médio de comercialização 3% superior. Quando comparamos com o 12M16 apresentamos aumento de 41,5% na receita líquida relacionada ao açúcar.

Receita líquida (Hidratado): a receita líquida apresentou crescimento de 60,6%, devido ao maior volume vendido. Em relação ao período 12M16 tivemos aumento de 52,1% na receita líquida.

Receita líquida (Anidro): a receita líquida com o álcool anidro apresentou aumento de 5,9% em relação à safra anterior, devido maior volume vendido. Em relação ao 12M16, nossa receita líquida referente ao álcool anidro apresentou crescimento de 1,1%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita líquida (Energia): a receita líquida com venda de energia teve crescimento de 36,3% em relação ao 12M17, resultado do preço médio superior – consequência do aumento dos preços de energia (PLD), no período. Quando comparamos a receita em relação à safra 12M16, tivemos um aumento de 11,7%.

Receita Líquida (Negócios Imobiliários): a receita líquida com negócios imobiliários apresentou queda de 60,5%. No comparativo 12M18 x 12M16 a redução foi de 63,7%.

Receita líquida (Outros): a receita líquida apresentou queda de 19,5% em relação a safras 16/17. Em comparação com a safra 15/16 tivemos uma redução de 14,9%.

CPV: para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.336,3 milhões, um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período da safra anterior. No comparativo 12M18 x 12M16 tivemos um aumento de 20,0%. O aumento nos períodos reflete principalmente maior volume de vendas, efeito da incorporação da Usina Boa Vista.

Despesas com Vendas: no comparativo 12M18 x 12M17, as despesas com vendas totalizaram R\$ 119,8 milhões, apresentando aumento de 12,1%, refletindo o maior volume de vendas de açúcar. No comparativo 12M18 x 12M16, tivemos um aumento de 9,7% pelo mesmo motivo.

Despesas Gerais e Administrativas: apresentaram aumento de 9,6% no comparativo 12M18 x 12M17. Para o comparativo 12M18 x 12M16, as despesas ficaram 15,4% superiores. O aumento reflete principalmente a inflação entre os períodos, além dos efeitos da incorporação da Usina Boa Vista.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido no 12M18 totalizou uma despesa de R\$ 177,1 milhões, apresentando uma queda de 32,1% no período. A melhora do resultado reflete a queda dos juros no Brasil além do *liability management* de parte da dívida. No comparativo 12M18 x 12M16, tivemos redução de 44,7%.

Lucro Líquido: No acumulado dos 12M18, o lucro líquido totalizou R\$ 491,7 milhões, 73,2% superior em comparação com R\$ 283,7 milhões nos 12M17. Este aumento está relacionado, principalmente ao aumento da geração operacional de caixa da Companhia. No comparativo com os 12M16 o lucro líquido ficou 137,6% superior, pelos mesmos motivos citados.

Para o período acumulado, o capex de manutenção da Companhia somou R\$ 955,6 milhões apresentando um aumento de 20,6% em relação à safra anterior. O aumento no capex de manutenção reflete, principalmente (i) a consolidação de 100% da Boa Vista, (ii) o aumento na manutenção de entressafra, efeito da variação de dias de safra, (iii) aumento nos tratos culturais, refletindo acréscimo nos custos atrelados à inflação, como mão de obra e diesel.

O capex de melhoria operacional – investimentos relacionados às trocas de equipamentos agrícolas e industriais, visando crescimento de produtividade - somou R\$ 109,7 milhões (+42,5%) no acumulado da safra. O aumento reflete, além dos efeitos da incorporação da Usina Boa Vista, a troca de parte da frota agrícola desta unidade, investimento já previsto no plano de investimento da Companhia por conta do aumento da moagem nos últimos anos.

Quanto ao capex de expansão, acrescentamos nesta seção os investimentos realizados em plantio que refletem, conforme já mencionado, nossa decisão de aumento de renovação de área de plantio. Os demais investimentos refletem *carry over* dos projetos que iniciamos anteriormente.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Vide item 10.1, letra h.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M18	12M17	12M16	12M18 x 12M17	12M18 x 12M16
Milhares de Reais					
Mercado Doméstico	2.014.480	1.521.316	1.443.123	32,4%	39,6%
Açúcar	205.965	161.813	102.230	27,3%	101,5%
Etanol Hidratado	737.147	400.621	415.915	84,0%	77,2%
Etanol Anidro	807.762	720.424	665.196	12,1%	21,4%
Energia Elétrica	207.293	152.089	185.573	36,3%	11,7%
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	23.210	-60,5%	-63,7%
Outros	47.894	65.079	50.999	-26,4%	-6,1%
Mercado Externo	1.607.507	1.601.032	1.388.001	0,4%	15,8%
Açúcar	1.575.580	1.482.817	1.156.500	6,3%	36,2%
Etanol Hidratado	26.407	74.824	85.972	-64,7%	-69,3%
Etanol Anidro	693	43.008	134.579	-98,4%	-99,5%
Outros	4.827	384	10.950	1157,0%	-55,9%
Receita Líquida Total*	3.621.987	3.122.348	2.831.124	16,0%	27,9%
Açúcar	1.781.545	1.644.630	1.258.730	8,3%	41,5%
Etanol Hidratado	763.554	475.445	501.887	60,6%	52,1%
Etanol Anidro	808.455	763.431	799.775	5,9%	1,1%
Energia Elétrica	207.293	152.089	185.573	36,3%	11,7%
Negócios Imobiliários	8.419	21.289	23.210	-60,5%	-63,7%
Outros	52.721	65.463	61.949	-19,5%	-14,9%

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 10.1, letra h.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item 10.1, letra h.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Vide item 10.1, letra h.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição e incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovada a aquisição de 49,05% das ações da Nova Fronteira passando a Companhia a deter a totalidade das ações da investida.

A mesma assembleia aprovou a incorporação da adquirida e consequente extinção, que se justifica na medida em que a combinação dos ativos das partes sob uma única pessoa jurídica permitirá a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades envolvidas pela Nova Fronteira. Adicionalmente, a operação fortalece o posicionamento competitivo das Partes, reduzindo riscos para seus acionistas e permitindo uma geração de valor a longo prazo.

Em contraprestação ao percentual adquirido a Companhia emitiu 24.023.708 ações próprias, as quais foram mensuradas para fins de reconhecimento da contraprestação transferida, com base na média ponderada das cotações das ações da Companhia no período de noventa dias anteriores a transação, totalizando R\$ 459.806 mil. O mencionado valor foi reconhecido no patrimônio líquido, sendo R\$ 429.362 mil no Capital Social, R\$ 86.106 mil como reserva de incentivo e R\$ 55.662 mil devedor, à conta redutora de capital.

Custos relacionados à aquisição de R\$ 2.439 mil foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas.

Considerando se tratar de uma combinação de negócios, a administração contratou peritos independentes para a mensuração preliminar do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos *purchase pricing allocation* (PPA).

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa de R\$ 96.586 mil (valor de mercado versus o PL na data da incorporação), e ganho da remensuração do investimento (PPA) da parcela adquirida (49,05%) e da parcela pré-existente (50,95%) no valor de R\$ 45.996 mil, totalizando o efeito de R\$ 142.582 mil no resultado do exercício na conta de Outras receitas e despesas operacionais.

Na data da aquisição, o valor justo das contas a receber de clientes é de R\$ 93.055 mil, mesmo valor contratual. Não houve perda por redução ao valor recuperável de nenhuma conta a receber de clientes e espera-se que o valor contratual possa ser recebido integralmente. Assim como não há contraprestação contingente na transação.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não apresentou mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Combinação de negócios e aquisição de participação societária

A administração contrata peritos independentes para mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para determinação do *purchase pricing allocation* (PPA).

As premissas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Benefícios fiscais de ICMS

A controlada UBV possui incentivos fiscais de ICMS concedido pelo governo estadual de Goiás. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em ações diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a administração da Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

- b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Vide item 10.1, letra a.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3.b.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

a) Premissas

A estimativa de **produção total de açúcar, etanol e energia** é estabelecida considerando basicamente o volume de **cana moída** e a quantidade de **ATR** médio presente na cana.

O dimensionamento do volume de cana a ser moída é definido partindo, em suma, da premissa de produtividade agrícola (**TCH**) médio de cada usina, que por sua vez, depende das condições climáticas de cada região e do volume de cana de fornecedores disponível.

Os parâmetros que definem o **mix** de produção de Açúcar ou Etanol, obedecem prioritariamente a rentabilidade de cada produto, medida por sua margem de contribuição e, adicionalmente, leva em consideração os volumes previamente contratados, bem como as características **logísticas e de armazenagem**.

b) Estimativas

Seguem abaixo nossas estimativas de produção das últimas três safras e do ano fiscal vigente:

Estimativas 15/16

Produção*	2015/2016	2015/2016	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	19.500	20.024	2,7%
Açúcar (mil toneladas)	1.295	1.230	-5,0%
Etanol (mil m³)	727	751	3,2%
Cogeração (mil MWh)	733	741	1,1%
Mix Açúcar/Etanol	49% - 51%	50% - 50%	

*Considera participação de 50,95% no capital da Nova Fronteira S.A.

Estimativas 16/17

Produção*	2016/2017	2016/2017	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	19.266	19.281	0,1%
Açúcar (mil toneladas)	1.297	1.301	0,3%
Etanol (mil m³)	669	667	-0,2%
Cogeração (mil MWh)	736	720	-2,1%
Mix Açúcar/Etanol	54% - 46%	54% - 46%	

*Considera participação de 50,95% no capital da Nova Fronteira S.A.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Estimativas 17/18

Produção	2017/2018 ¹	2017/2018 ²	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	22.194	22.206	0,1%
Açúcar (mil toneladas)	1.407	1.407	0,0%
Etanol (mil m ³)	947	953	0,7%
Cogeração (mil MWh)	909	913	0,4%
Mix Açúcar/Etanol	48% - 52%	47% - 53%	

1 - Considera participação de 50,95% da Usina Boa Vista

2 - Considera participação de 100% da Usina Boa Vista

No dia 19 de novembro de 2018 divulgamos um Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2018/2019.

Segue abaixo o comparativo do *Guidance* encaminhado em junho/2018 em relação ao volume realizado. A produção ficou levemente abaixo da previsão, resultado da forte estiagem observada.

Estimativas 18/19

Produção	2018/2019	2018/2019	Var. (%)
	Guidance	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	20.570	20.450	-0,6%
Açúcar (mil toneladas)	980	992	1,3%
Etanol (mil m ³)	1.119	1.097	-2,0%
Cogeração (mil MWh) ¹	850	816	-4,0%
ATR Médio (Kg/ton)	142,6	142,2	-0,3%
Total de ATR produzido	2.933	2.908	-0,8%
Mix Açúcar/Etanol	35% - 65%	36% - 64%	

1 - Produção em andamento, com previsão de término em março/19

A cogeração de energia nas unidades Boa Vista e São Martinho continuará até o encerramento do ano fiscal.

Nota: Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

a) Vide item 11.1.

b) Segue abaixo a análise dos indicadores projetados para as últimas três safras e do ano fiscal vigente em relação aos números efetivamente alcançados pela Companhia:

Estimativas 15/16

Produção*	2015/2016	2015/2016	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	19.500	20.024	2,7%
Açúcar (mil toneladas)	1.295	1.230	-5,0%
Etanol (mil m³)	727	751	3,2%
Cogeração (mil MWh)	733	741	1,1%
Mix Açúcar/Etanol	49% - 51%	50% - 50%	

*Considera participação de 50,95% no capital da Nova Fronteira S.A.

A moagem realizada atingiu 102,7% do *Guidance*, compensando parcialmente a queda do ATR. O volume de produção de açúcar e etanol (medido em ATR equivalente) alcançou 98,9% do *Guidance*, devido à expressiva queda do ATR na cana de açúcar, resultado do excesso de chuvas, notadamente no mês de novembro/2015.

Estimativas 16/17

Produção*	2016/2017	2016/2017	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	19.266	19.281	0,1%
Açúcar (mil toneladas)	1.297	1.301	0,3%
Etanol (mil m³)	669	667	-0,2%
Cogeração (mil MWh)	736	720	-2,1%
Mix Açúcar/Etanol	54% - 46%	54% - 46%	

*Considera participação de 50,95% no capital da Nova Fronteira S.A.

Conforme divulgado no fato relevante em 9 de novembro de 2016, a São Martinho revisou seu *Guidance* de produção devido as geadas que atingiram os canaviais da Companhia.

As geadas e a antecipação da colheita alteraram o ciclo natural da cana de açúcar, reduzindo sua produtividade (TCH) e sua qualidade (ATR). Com isso nossos indicadores ficaram em linha com a revisão do *Guidance* conforme tabela acima.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**Estimativas 17/18**

Produção	2017/2018 ¹	2017/2018 ²	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	22.194	22.206	0,1%
Açúcar (mil toneladas)	1.407	1.407	0,0%
Etanol (mil m ³)	947	953	0,7%
Cogeração (mil MWh)	909	913	0,4%
Mix Açúcar/Etanol	48% - 52%	47% - 53%	

1 - Considera participação de 50,95% da Usina Boa Vista

2 - Considera participação de 100% da Usina Boa Vista

O volume de ATR produzido cresceu 23,6%, resultado da i) consolidação integral da Usina Boa Vista e aumento da produtividade dos canaviais; e ii) crescimento de 7,3% no ATR médio da cana de açúcar.

Adicionalmente, a safra 17/18 foi marcada por recordes operacionais nas usinas adquiridas pela Companhia, sendo i) 5 milhões de toneladas de cana de açúcar processadas na Usina Santa Cruz e ii) 439 milhões de litros de etanol produzidos na Usina Boa Vista (89 litros de etanol por tonelada de cana). Tais indicadores reforçam o retorno esperado sobre o capital empregado nessas aquisições.

A cogeração de energia nas unidades Boa Vista e São Martinho continuou até o encerramento do ano fiscal, alcançando 913 mil MWh na safra 17/18, acima dos 909 mil MWh indicados no *Guidance*.

Estimativas 18/19

Produção	2018/2019	2018/2019	Var. (%)
	Guidance	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	20.570	20.450	-0,6%
Açúcar (mil toneladas)	980	992	1,3%
Etanol (mil m ³)	1.119	1.097	-2,0%
Cogeração (mil MWh) ¹	850	816	-4,0%
ATR Médio (Kg/ton)	142,6	142,2	-0,3%
Total de ATR produzido	2.933	2.908	-0,8%
Mix Açúcar/Etanol	35% - 65%	36% - 64%	

1 - Produção em andamento, com previsão de término em março/19

A produção ficou levemente abaixo da previsão, resultado da forte estiagem observada, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de novembro de 2018.

A cogeração de energia nas unidades Boa Vista e São Martinho continuará até o encerramento do ano fiscal.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

c) Vide item 11.1

Nota: Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

(a) atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração (“CA”) composto por 7 (sete) membros e por uma Diretoria composta por até 11 (onze) membros. O mandato dos membros do CA é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os cargos de Presidente do CA e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. O CA será composto por no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, de conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

O CA tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia e suas controladas, definir e supervisionar as funções que serão executadas pela Diretoria e acompanhar sua execução. Além das atribuições previstas em lei, compete-lhe privativamente em relação à Companhia e suas controladas, conforme definido no Estatuto Social: i) fixar a orientação geral dos negócios; ii) deliberar sobre a emissão de debêntures e bônus de subscrição; iii) deliberar sobre a aquisição de suas próprias ações; iv) eleger e destituir os Diretores e lhes fixar as atribuições, observando o que à respeito dispuser a lei e o Estatuto; v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos e negócios jurídicos; vi) convocar as Assembleias Gerais, sempre que julgar conveniente e nos casos previstos em lei; vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; viii) estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitando o montante global fixado pela Assembleia Geral e fixar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e participação nos lucros; ix) aprovar previamente a celebração, alteração ou rescisão de contratos firmados com qualquer um de seus acionistas e administradores ou sociedades por eles controladas ou coligadas; x) aprovar a constituição de mandatários; xi) aprovar as proposições da Diretoria para o estabelecimento de: (a) planos estratégicos de médio e longo prazo; (b) planejamento orçamentário, orçamento anual e todo e qualquer investimento; (c) planejamento tributário; (d) estrutura administrativa e de pessoal da Sociedade e de empresas controladas; (e) distribuição de dividendos intermediários e ou pagamento de juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, observadas as disposições legais e estatutárias; (f) critérios adotados na aplicação das disponibilidades financeiras; (g) contratação de financiamentos com valores superiores a R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais); (h) os programas de expansão da Sociedade e de suas controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução; xii) autorizar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, penhor mercantil, hipotecas, fianças e avais em benefício da própria Sociedade ou sociedades controladas e coligadas, no valor superior a R\$ R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); xiii) autorizar, sem depender da deliberação da Assembleia Geral, a alienação, transferência, cessão ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de bens do ativo cujos valores não excedam a quantia equivalente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); xiv) escolher ou destituir auditores independentes; xv) deliberar sobre a criação e extinção de sociedades controladas e participação da Sociedade no capital de outras sociedades no país ou no exterior, bem como alteração da sede social, abertura ou encerramento de filiais, escritórios, agências, depósitos, agências de representação e quaisquer outros estabelecimentos no país e no exterior; xvi) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Sociedade, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que operar; xvii) submeter à deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social; xviii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas na hipótese prevista no artigo 7º deste Estatuto Social; xix) aprovar contratos de longo prazo entre a Sociedade e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, entendido como tais os contratos ou suas prorrogações com prazo de duração maior do que 60 (sessenta) meses e valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto contratos para exploração da lavoura de cana-de-açúcar (parceria, arrendamento e fornecimento) e decorrentes de investimentos autorizados pelo Conselho de Administração; xx) definir a lista tríplice de instituições de reputação internacional, especializadas, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Sociedade, seus Administradores e/ou Acionista Controlador, a ser submetida à Assembleia Geral para a escolha da instituição responsável pela preparação do laudo de avaliação das ações da Sociedade em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, saída do Novo Mercado ou de realização de oferta pública para a aquisição de ações, nos termos deste Estatuto Social; xxi) fixar o voto a ser dado pelo representante da Sociedade nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe, direta ou indiretamente, como sócia ou acionista; xxii) aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Sociedade participe, inclusive indicando e aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Sociedade; xxiii) outorgar opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o saldo do limite do capital autorizado na data da outorga das referidas opções de compra ou subscrição de ações; xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade; c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; xxv) o Conselho de Administração, nos termos de seu Regimento Interno, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês e grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de auxiliar o Conselho de Administração.

O Estatuto Social permite que o CA crie comitês e grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de auxiliar o CA. Atualmente, existem três comitês não estatutários, criados pelo CA com o objetivo de dar suporte as suas decisões e fortalecer a estrutura de Governança Corporativa, sendo eles: (1) Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos; (2) Comitê de Inovações Tecnológicas; e (3) Comitê de Gestão de Pessoas. Estes comitês são compostos por membros do Conselho de Administração e, a critério do CA, por assessores e convidados, os quais têm as seguintes atribuições:

(1) Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos: analisar/avaliar questões financeiras, análise dos relatórios trimestrais e anuais, análise da proposta de auditoria externa e do planejamento fiscal; analisar riscos de aplicações e operações financeiras de grande porte, como os demais riscos que podem afetar a sustentabilidade da empresa; garantir que as melhores práticas de governança corporativa sejam seguidas, por meio do desenvolvimento de processos e controles internos eficientes; promover uma cultura própria de administração em todo o grupo; e buscar a otimização da relação risco/retorno e a alocação de capital econômico.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(2) Comitê de Inovações Tecnológicas: avaliar periodicamente o direcionamento do negócio da companhia; apoiar a identificação de novos produtos/serviços que agreguem mais valor à Companhia; apoiar o CA na identificação/desenvolvimento de alternativas; auxiliar nas estratégias de crescimento; e acompanhar o desenvolvimento e a evolução de resultados de novos negócios.

(3) Comitê de Gestão de Pessoas: orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas; definir a política de remuneração fixa e variável de curto e longo prazo (bônus atrelado a resultados e ao desempenho profissional), bem como os demais benefícios a serem atribuídos aos administradores; e avaliar o desempenho dos executivos.

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O CA não possui regimento interno próprio aprovado formalmente, sujeitando-se às disposições da Lei das Sociedades Anônimas, Estatuto Social, Regulamento do Novo Mercado e Instruções Normativas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Os Comitês não possuem regimento interno próprio. No decorrer do presente exercício, estes Comitês poderão ter suas atividades e nomenclaturas regulamentadas através da aprovação formal do Regimento Interno do CA, oportunidade em que seus membros, atividades e nomenclaturas poderão ser revistos.

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. As atribuições do Comitê de Finanças, Auditoria e Gestão de Riscos não estatutário estão mencionadas acima.

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, e, informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Na data de apresentação desse Formulário de Referência, a Companhia não possui política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Superintendente Agroindustrial, quatro Diretores Agroindustriais de Unidade, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, um Diretor Administrativo, um Diretor Comercial e de Logística e um Diretor Jurídico, de Conformidade (*Compliance*) e de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Relações Institucionais, podendo os cargos serem exercidos cumulativamente a critério do Conselho de Administração.

Compete fundamentalmente à Diretoria, como colegiado, nos termos do seu Estatuto social: i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social da Companhia; ii) coordenar o andamento das atividades da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, em reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; iii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; v) praticar outros atos que venham ser especificados pelo Conselho de Administração; vi) representação nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonere de obrigações para com terceiros; vii) representação em juízo e perante repartições públicas em geral ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista, sindicatos de trabalhadores, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nos documentos referentes às relações empregatícias, bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e prestação de depoimento pessoal; viii) outorgar procurações em nome da Companhia especificando nos respectivos instrumentos os poderes conferidos e o prazo de validade, sendo vedado o substabelecimento.

Nos termos do artigo 30 do Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente: a) presidir as reuniões da Diretoria, definindo as diretrizes empresariais, em conformidade com as políticas emanadas pelo Conselho de Administração; b) exercer a supervisão geral da Diretoria e de seus setores; c) responder pelo acompanhamento dos resultados operacionais e pelas correções de rumos, quando necessário; d) manter os membros do Conselho de Administração devidamente informados do desenvolvimento das atividades da Sociedade; e) suspender deliberações da Diretoria, até pronunciamento do Conselho de Administração; f) conceder licença temporária aos membros da Diretoria, indicando substituto para exercer as funções do substituído em sua ausência; g) aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional; h) orientar a elaboração dos orçamentos da Sociedade quanto a seus limites e condicionantes internos e externos; i) orientar os planos de atuação setoriais das Diretorias; j) representar a Diretoria nas relações com os demais órgãos sociais; k) coordenar as atividades dos demais diretores, inclusive diretoria de operações responsável pelas áreas de recursos humanos, jurídico e sustentabilidade; l) representar preferencialmente a Sociedade nas Assembleias Gerais e Reuniões das Sociedades que participa como sócia ou acionista, cumprindo as determinações do Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 22, itens “xxi” e “xxii”.

Ao Diretor Vice Presidente compete, conforme artigo 31 do Estatuto Social: a) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas atribuições, inclusive representar a Sociedade perante os órgãos governamentais, associações de classe e sindicatos patronais; b) substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou em caso de impedimento temporário.

Já o artigo 32, prevê as competências dos demais diretores: i) Diretor Superintendente Agroindustrial: a) coordenar toda a atividade produtiva, incluindo agrícola e industrial, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, especialmente, nas áreas cível e ambiental, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados à sua competência; ii) Diretor Agroindustrial de Unidade: a) execução das atividades relacionadas com as áreas industrial e agrícola de sua respectiva unidade, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Superintendente Agroindustrial; b) responder, em qualquer esfera, especialmente, nas áreas cível e ambiental, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência,

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

unidade e atuação local; iii) Diretor Financeiro e de Relação com Investidores: a) execução das atividades relacionadas com as áreas financeira, planejamento econômico e controladoria, inclusive diretoria de operações responsável pelas áreas de planejamento estratégico e RI, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência; c) prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à BM&FBOVESPA e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; d) manter atualizado o registro da Sociedade em conformidade com a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários; iv) Diretor Administrativo: a) execução das atividades administrativas relacionadas com as áreas de suprimentos, contabilidade, gestão de contas, tecnologia da informação, administração de pessoal, transações financeiras e dar suporte às áreas industrial, agrícola, financeira e de relações com investidores e comercial e logística, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) organizar, elaborar e controlar o orçamento econômico da Sociedade; c) responder, em qualquer esfera, especialmente, nas áreas cível e ambiental, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência; v) Diretor Comercial e de Logística: a) definir as políticas de mercado (interno/externo), de atendimento a grandes clientes, dos sistemas comerciais, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) formular e implementar o plano de marketing relacionado à comercialização dos produtos de fabricação da Sociedade; c) realizar análise do mercado, visando à competitividade dos produtos; d) prospectar e desenvolver novos negócios; e) participar no estabelecimento das diretrizes de logística de distribuição dos produtos da Sociedade; vi) Diretor Jurídico, de Conformidade (Compliance) e de Relações Institucionais: a) execução das atividades da área jurídica, de conformidade (compliance) e de relações institucionais; b) coordenação do comitê de ética e de conformidade (compliance) e acompanhamento das denúncias do canal ético; c) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal foi instalado através da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27.07.2018, por solicitação do Acionista Controlador e de um Minoritário e funcionará até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.03.2019.

O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, sem funcionamento permanente, a ser instalado pela Assembleia Geral em qualquer dos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, podendo seus membros serem reeleitos.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
- (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
- (iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão;**

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Ver item 13 deste Formulário de Referência.

(a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação, mediante anúncio publicado por três vezes em jornal. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para Assembleias Gerais de acionistas seja feita com até 30 dias de antecedência, data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas serão colocados à disposição dos acionistas.

(b) Competências

Compete a Assembleia Geral além das matérias previstas em lei: i) deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado e respectiva comunicação, por escrito, à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“Novo Mercado”), com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; ii) escolher, dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, a que será responsável pela preparação do laudo de avaliação para a determinação do Valor Econômico das ações da Sociedade para fins de saída do Novo Mercado ou do cancelamento de registro de companhia aberta, observado o disposto no Estatuto Social; iii) resolver os casos omissos do Estatuto Social, observadas as disposições da Lei nº 6.404/76; iv) autorizar, a alienação, transferência, cessão ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de bens do ativo cujos valores excedam a quantia equivalente a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) – valor este corrigido anualmente a partir de 31/07/2018, pelo índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice de base equivalente que venha a substituí-lo; v) aprovar os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de sociedades direta ou indiretamente controladas.

A Assembleia Geral Ordinária dos acionistas reunir-se-á ordinariamente, dentre os 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que for o caso e serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração que, para formar a Mesa, convidará um Secretário, acionista ou não.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral são colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Fazenda São Martinho, município de Pradópolis – SP, CEP 14850-000, e em meio eletrônico na rede mundial de computadores nos endereços: no *website* da Companhia www.saomartinho.com.br/ri@saomartinho.com.br; e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa a legislação vigente, e no caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria constante da ordem do dia, segundo a legislação vigente e demais normas, este estará impedido de proferir o seu voto na assembleia geral.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Não há uma política formalizada para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto, entretanto através dos respectivos editais de convocação para as Assembleias Gerais, a Companhia recomenda às seguintes instruções aos acionistas quanto aos documentos a serem apresentados e procedimentos, a saber: (i) extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; e (ii) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76). A Companhia reembolsará, mediante exibição dos respectivos comprovantes, 50% dos custos incorridos para a constituição de procuradores pelos acionistas que representem mais de 0,5% do capital social.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. A Companhia não adota o procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico. O prazo para apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade da representação e das respectivas procurações foi de dois dias de antecedência das últimas assembleias gerais. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na Assembleia Geral munido de documento que comprove sua identidade.

Se o acionista for pessoa jurídica, deverá comparecer na Assembleia Geral munido do estatuto ou contrato social e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e no caso de Fundo de Investimento, regulamento do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar os mesmos documentos exigidos aos acionistas brasileiros, devidamente notariados no país de origem, consularizados e com tradução juramentada.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim do voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

O acionista poderá preencher e encaminhar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, no endereço Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, cj, 132, Brooklin Novo, CEP04575-060, na cidade de São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, ou por meio do endereço eletrônico: ri@saomartinho.com.br (assunto: "Boletim de Voto à Distância"), devendo obedecer aos seguintes requisitos para que os votos sejam considerados válidos:

- i) Preenchimento de todos os campos do boletim, além do nome ou denominação social completa, nº do CPF ou CNPJ, e indicação de endereço de e-mail, para eventual contato;
- ii) Todas as páginas deverão estar rubricadas;
- iii) Assinatura ao final, com reconhecimento de firma em cartório;
- iv) Extrato ou comprovante de titularidade de ações;
- v) Apresentação de cópia autenticada dos documentos:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) pessoa física:

- documento de identidade

b) pessoa jurídica:

- estatuto ou contrato social e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- documento de identidade do representante legal

c) fundo de investimento:

- regulamento do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- documento de identidade do representante legal.

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos devidamente notariados no país de origem, consularizados e com tradução juramentada.

O prazo para recebimentos dos boletins de voto à distância pela Companhia é de até 7 (sete) dias antes da data marcada para a Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 21-B da Instrução CVM 481/09. A Companhia em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os prazos e procedimentos para eventual necessidade de retificação, nos termos do artigo 21-U da Instrução CV 481/09, conforme alterada.

(h) Disponibilização de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

Endereço eletrônico: ri@saomartinho.com.br – assunto: “Boletim de Voto à Distância”.

Não é necessário o envio das vias físicas, caso o acionista opte pelo encaminhamento via e-mail.

(i) Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Caso o acionista queira realizar pedidos de inclusão de propostas no boletim de voto à distância de matérias a serem deliberadas por ocasião da Assembleia Geral, ou incluir candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal, deverá observar, respectivamente, os percentuais definidos no Anexo 21-L-II e Anexo 21-L-I da Instrução CVM nº 481/09, apresentando as propostas por meio de correspondência postal ou eletrônica, nos endereços informados no item “g” acima, juntamente com os documentos e informações exigidos pela Instrução mencionada.

Os prazos para inclusão de propostas no boletim de voto à distância devem obedecer ao previsto nos incisos I e II do artigo 21-L. A inclusão de propostas por meio do boletim de voto à distância pode ter como objeto tanto matérias de competência da Assembleia Geral Ordinária quanto Extraordinária (parágrafo único do artigo 21-M).

(j) Disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito ao voto à distância

Todas as informações necessárias à participação do voto à distância e ao exercício do direito ao voto à distância foram descritas nos itens “g”, “h” e “i” acima.

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer diretrizes fundamentais da política geral da Sociedade e suas controladas, definir e supervisionar as funções que serão executadas pela Diretoria e acompanhar sua execução. Além das atribuições previstas em lei, compete-lhe privativamente em relação à Sociedade e suas controladas estabelecidas no seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, permitida a reeleição, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração composto por no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, de conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. A caracterização dos indicados como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido neste artigo, resultar número fracionário haverá o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação escrita aos demais Conselheiros, com indicação da Ordem do Dia, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros.

O Conselho de Administração, para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir com, no mínimo, 5 (cinco) membros.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião. Havendo empate na votação, a matéria será remetida para nova reunião para deliberação com a participação de todos os conselheiros.

Os Conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Os Conselheiros poderão, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou vídeoconferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, *fac-símile* ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido Conselheiro.

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

2017/2018	Natureza Reunião
03.04.2017	Ordinária
29.05.2017	Extraordinária
26.06.2017	Ordinária
28.07.2017	Ordinária
14.08.2017	Ordinária
25.09.2017	Extraordinária
09.11.2017	Ordinária
27.11.2017	Ordinária

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

11.12.2017	Extraordinária
12.01.2018	Extraordinária
08.02.2018	Extraordinária
28.02.2018	Extraordinária
05.03.2018	Extraordinária
19.03.2018	Ordinária

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia não possui nenhum acordo de acionistas vigente.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Além do que, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, a qual estabelece os procedimentos a serem observados nos negócios realizados pela Companhia e suas controladas, envolvendo partes relacionadas e em outras situações com potencial conflito de interesse, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, indicando, quando positivo:

- (i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
- (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia não possui política de indicação formalmente aprovada.

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre este e o emissor por meio de arbitragem

Nos termos do artigo 47 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Felipe Vicchiato	17/09/1976	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	4
260.593.418-70	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/07/2018	Sim	0.00%
Elias Eduardo Rosa Georges	08/01/1973	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	0
148.332.328-55	Advogado	19 - Outros Diretores Diretor Jurídico, de Conformidade (Compliance) e de Relações Institucionais	27/07/2018	Sim	0.00%
Ivan Barcellos Dalri	22/01/1963	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	2
031.838.108-75	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Boa Vista)	27/07/2018	Sim	0.00%
Helder Luiz Gosling	19/08/1966	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	8
093.164.888-26	Engenheiro de Produção	19 - Outros Diretores Diretor Comercial e de Logística	27/07/2018	Sim	0.00%
Carlos Fernando Zanetti de Andrade	12/10/1962	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	8
071.673.788-44	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Iracema)	27/07/2018	Sim	0.00%
Ricardo Azevedo Gonçalves	08/01/1964	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO 2019	2
083.501.118-60	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial da Unidade São Martinho	27/07/2018	Sim	0.00%
Fabio Venturelli	25/10/1965	Pertence apenas à Diretoria	27/07/2018	AGO/2019	10
114.256.038-40	Engenheiro de Produção	10 - Diretor Presidente / Superintendente	27/07/2018	Sim	0.00%
Plínio Sergio Ferraz de Campos	29/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	10/09/2018	AGO/2019	0
175.817.828-08	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores Diretor Administrativo	10/09/2018	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Agenor Cunha Pavan 041.561.798-77	25/06/1962 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Superintendente Agroindustrial	27/07/2018 27/07/2018	AGO 2019 Sim	3 0.00%
Marcos Helder Pavan Mônaco 106.175.538-07	29/10/1963 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Santa Cruz)	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2019 Sim	4 0.00%
Agenor Cunha Pavan 041.561.798-77	25/06/1962 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2019 Sim	8 0.00%
João Carlos Costa Brega 048.506.488-00	05/05/1963 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 Sim	0 0.00%
Mauricio Krug Ometto 127.718.108-08	04/12/1970 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 Sim	2 100.00%
Membro de Comitês não estatutário					
Guilherme Fontes Ribeiro 270.321.468-56	19/06/1978 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 Sim	2 100.00%
Membro de Comitês não estatutário					
Marcelo Campos Ometto 027.992.798-30	20/05/1961 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 Sim	6 100.00%
Membro de Comitês não estatutário					
João Guilherme Sabino Ometto 027.686.588-04	15/03/1940 Engenheiro Mecânico	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 Sim	0 100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro de Comitês não estatutário					
Nelson Marques Ferreira Ometto	10/08/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/07/2018	AGO/2020	4
052.193.198-33	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/07/2018	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutário					
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/07/2018	AGO/2020	6
269.050.007-87	Engenheiro Químico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	27/07/2018	Sim	67.00%
Membro de Comitês não estatutário					
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO/2019	0
136.012.018-10	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/07/2018	Não	0.00%
Marcos Ribeiro Barbosa	08/12/1961	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO/2019	6
031.645.538-54	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/07/2018	Sim	33.00%
Mauricio Curvelo de Almeida Prado	25/05/1967	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO/2019	6
127.822.448-33	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/07/2018	Sim	67.00%
Carlos Alberto Ercolin	06/05/1960	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO 2019	2
011.681.358-00	Administrador de empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	27/07/2018	Sim	100.00%
Isabel Cristina Bittencourt Santiago	21/10/1964	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO 2019	2
451.956.766-15	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	27/07/2018	Sim	0.00%
Massao Fábio Oya	07/11/1981	Conselho Fiscal	27/07/2018	AGO/2019	6
297.396.878-06	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	27/07/2018	Não	100.00%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					

Felipe Vicchiato - 260.593.418-70

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP, com MBA em Finanças pelo INSPER – SP; possui experiência de mais de 20 anos na área financeira, com amplo conhecimento em Controladoria, Tesouraria, Relações com Investidores e M&A. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, passando pelo Banco Bilbao Vizcaya e Banco Bradesco, onde trabalhou nas áreas de Risco e Corporate Banking. Desde 2006 na São Martinho, participou do processo de abertura de capital da Companhia e esteve à frente de importantes decisões financeiras e estratégicas que ajudaram a companhia na execução de seu plano de crescimento. Atualmente é Diretor Financeiro e de RI da São Martinho S.A. e Diretor Financeiro nas empresas: São Martinho Terras Imobiliárias S.A, São Martinho Energia S.A, Companhia Bioenergética Santa Cruz 1, São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A. e São Martinho Terras Agrícolas S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Elias Eduardo Rosa Georges - 148.332.328-55

Advogado, graduado em Direito pela UNIARA, com Pós-Graduação em Direito Processual Civil e Direito Civil pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação - INPG e MBA em Gestão de Pessoas pela UNIARA. Ingressou na São Martinho S.A. há mais de 20 anos como advogado pleno. Presidente do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A., foi Diretor da Uniduto Logística S/A (fev/2011 a mar/2012) e Presidente do Conselho de Administração da Coeducar, Cooperativa Educacional de Ensino de Araraquara-SP (fev/2009 a fev/2015).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.; Diretor Administrativo das empresas São Martinho Terras Imobiliárias S.A, São Martinho Energia S.A, Companhia Bioenergética Santa Cruz 1, São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A. e São Martinho Terras Agrícolas S.A.; Diretor e membro do Conselho de Administração da Usina Santa Luiza S.A.

Ivan Barcellos Dalri - 031.838.108-75

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – USP/Piracicaba, com MBA em Gestão do Agronegócio pela Asalq USP. Ivan já passou por empresas como Usina Santa Bárbara Cosan (SP), Ruralplan - Planejamento e Assistência Técnica; Destilaria Rio Brillante (MS), Usina Delta (MG) e Grupo Carlos Lyra (MG), mas atua na São Martinho desde 2004. Atuou como gerente agrícola da Usina Itacema de maio de 2004 até março de 2017, quando aceitou o desafio de ser tornar diretor agroindustrial da Usina Boa Vista, cargo que ocupou até 02/4/2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A. Atualmente é diretor agroindustrial de unidade da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Quirinópolis - GO.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Helder Luiz Gosling - 093.164.888-26

Graduado em Engenharia de Produção Mecânica, Pós-Graduado em Administração de Empresas e com MBA Executivo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/ UFRJ). Helder Gosling é um profissional com mais de 20 anos de experiência em empresas do ramo químico, commodities e alimentício (açúcar, etanol e café), na importação, exportação e distribuição no mercado interno. Possui sólida experiência na área de logística adquirida por sua atuação em empresas como: Copersucar, Solvay, Ipiranga e ED&F Man. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Comercial e de Logística da São Martinho S.A. e o cargo de Diretor de Operações da São Martinho Logística e Participações S.A., bem como o cargo de Diretor do DEINFRA/FIESP e Diretor Comercial na São Martinho Energia S.A e Companhia Bioenergética Santa Cruz 1. Foi Diretor Comercial e de Logística na Usina Boa Vista S.A. de 23/02/2017 a 2/4/2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Carlos Fernando Zanetti de Andrade - 071.673.788-44

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAVJ – 1987). Especializou-se em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga (FEAP – 1993). Fez pós-graduação em Marketing Estratégico pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP – 1998), pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 1999), pós graduação em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 2000) e pós-graduação em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 2003). Iniciou sua carreira profissional na Usina São Martinho passando pelos seguintes cargos: Engenheiro Agrônomo, chefe de Tratos Culturais, coordenador de Desenvolvimento Interno, gerente de Recursos Humanos, foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A. e atualmente exerce a função de Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Itacemópolis – SP.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Ricardo Azevedo Gonçalves - 083.501.118-60

Ricardo Azevedo é graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Espírito Santo do Pinhal – SP e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Moura Lacerda de Ribeirão Preto - SP, com Especialização em Administração em Agronegócio pela Unaerp de Ribeirão Preto e Pós-Graduação em Gestão Empresarial em Agribusiness pela Fundação Getúlio Vargas de Ribeirão Preto. Ricardo consolidou sua carreira no Grupo São Martinho, onde trabalha há 30 anos. Ingressou na Usina São Martinho, unidade do grupo localizada em Pradópolis – SP, em 1988, como Estagiário. Foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A de 20/12/2010 a 02/04/2017, e desde então exerce a função de Diretor Agroindustrial da Usina São Martinho, situada em Pradópolis – SP.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Fabio Venturelli - 114.256.038-40

Graduado em Engenharia de Produção pela Politécnica, USP - (1988), com MBA pela FIA/FEA (1991) e INSEAD em Fontainebleau, França (2000). Possui mais de 25 anos de experiência nas áreas de Gestão Corporativa, Gerenciamento de Negócios Globais e Gerenciamento Comercial na indústria de produtos químicos e plásticos, com vasta experiência em gestão de empresas nacionais e internacionais. Iniciou sua na The Dow Chemical, onde ocupou diversos cargos no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo Diretor Global de Negócios e Diretor Corporativo de Desenvolvimento Estratégico, no período de 1989 a 2007. Em 2007, assumiu o desafio de liderar a São Martinho como Presidente (CEO), desempenhando papel fundamental para o crescimento estratégico da companhia, triplicando sua receita e mais que sobrando o seu valor de mercado. Essas conquistas são resultado de uma série de decisões estratégicas envolvendo brownfields, greenfields, fusões e aquisições aliadas a uma um potencial de cogeração relevante. No final de 2016, a São Martinho adquiriu a participação remanescente na Usina Boa Vista, expandindo a capacidade de moagem total da companhia para 24 milhões de toneladas de cana de açúcar. Hoje a São Martinho está posicionada como um dos maiores players do setor sucroenergético brasileiro, sendo frequentemente reconhecida pelo mercado. A São Martinho ficou entre as 100 empresas brasileiras mais inovadoras no ranking do jornal Valor Econômico em 2016, 2017 e 2018, além de eleita a melhor empresa do setor de açúcar e álcool em 2018, pelo ranking Valor 1000. Além disso, desde 2012, a Companhia vem sendo considerada uma das melhores empresas para trabalhar pelo ranking da Você S.A. Fabio recebeu o prêmio de Executivo de Valor do jornal Valor Econômico em 2012, 2013, 2016, 2017, e 2018, além de ter sido considerado um dos melhores CEOs do Brasil pela revista Forbes em 2017. Foi membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. Atualmente, é Presidente das empresas: São Martinho S.A., São Martinho Energia S.A, Companhia Bioenergética Santa Cruz 1, São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Inova S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A, São Martinho Terras Imobiliárias S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho de Administração do Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e da COINFRA – Conselho Superior de Infraestrutura da FIESP.

Plínio Sergio Ferraz de Campos - 175.817.828-08

Graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas Campos Salles e possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Plínio é um executivo com 23 anos de experiência profissional adquirida em multinacionais de grande porte, tais como Dow Brasil, Marfrig Alimentos e Avon Cosméticos. Foi Diretor de CSC e Finanças Brasil na Cargill Agrícola de 2015 a 2018. Especialista em finanças, possui mais de 12 anos de forte atuação no planejamento, implementação, estabilização e transformação de centros de serviços compartilhados regionais de globais. Em 10/9/2018, assume a Diretoria Administrativa/CSC da São Martinho, tendo sob sua responsabilidade as áreas e equipes Administrativa e Trabalhista, Contabilidade e Tributos, Suprimentos, Tecnologia da Informação e Transações Financeiras. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77

Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77

Graduado em Engenharia de Produção Química pela Faculdade Engenharia Industrial (FEI – 1986). Especializou-se em Engenharia de Açúcar e Álcool pelo Centro de Tecnologia da Copersucar (1987). Fez também MBA em Gestão Empresarial (2000) e Executivo Internacional (2002), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Ribeirão Preto e Ohio University. Iniciou sua carreira profissional na companhia exercendo cargos como: Assistente Técnico de Produção, Gerente de Produção, Gerente Executivo (Membro do Comitê de Reestruturação “Projeto Novos Rumos”), Gerente Industrial e atualmente exerce a função de: i) Diretor Vice-Presidente e Superintendente Agroindustrial da São Martinho S.A.; ii) Diretor de Operações Agrícolas da empresa: São Martinho Terras Agrícolas S.A; iii) Diretor Vice-Presidente e de Operações das empresas: São Martinho Energia S.A, Companhia Bioenergética Santa Cruz; iv) Diretor da São Martinho Logística e Participações S.A.; v) Diretor Vice Presidente e de Inovações Tecnológicas da São Martinho Inova S.A.; vi) membro do Conselho de Administração da Usina Santa Luiza S.A. Foi Diretor de Operações da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste e, foi Diretor da empresa Usina Boa Vista S.A. de 2010 a 2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Marcos Helder Pavan Mônico - 106.175.538-07

Graduado em Engenharia Química pela FEI, com especialização em engenharia açucareira pela Copersucar - SP e MBA em gestão da produção pelo UFSCAR - SP, Mônico possui experiência de mais de 33 anos no gerenciamento da cadeia produtiva sucroalcooleira, com amplo conhecimento em produção de açúcar, etanol, energia, sistema de apoio do setor industrial e gestão de sistemas agrícola. Iniciou sua carreira na Santa Cruz S.A. – Açúcar e Alcool, passando pelas áreas de engenharia, Gerência Industrial e Diretoria Industrial e atualmente exerce a função de Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Américo Brasiliense - SP.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00

Presidente Whirlpool Latin America e Executive VP. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou na Sharp, então, ingressou na Whirlpool há 23 anos. Nessa Companhia, já foi CFO, Finance director no USA, country manager da Argentina e Chile, CEO do México, Canadá e Embraco antes da posição de President LATAM.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Desde 2016, é membro do conselho de administração da Associação de Assistência à Criança com Deficiência (AACD).

Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP – Fundação Getúlio Vargas (1.993), especialização em Administração Estratégica, Administração de Qualidade Total e Administração de Recursos Humanos do programa Certificate of Special Studies in Administration and Management da Harvard Extension School – Harvard University (1.994). Em 2017 participou do Programa de desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral. Iniciou na Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool em 1.995 sendo eleito Diretor em 1.996, cargo ocupado até 2014; e também Diretor das empresas Agro Pecuária Boa Vista S.A., Cia Agrícola Debelma e Debelma Participações S.A. e Luiz Ometto Participações S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. É membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Agro Pecuária Boa Vista S.A., Cia Agrícola Debelma, Debelma Participações S.A.; Diretor Vice Presidente da Luiz Ometto Participações S.A. e atualmente eleito diretor da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A..

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado (2000), especializou-se em Finanças pela FIA, São Paulo, SP (2003), Gestão de Ativos pelo New York Institute of Finance, New York, NY (2009), e Estratégia e Inovação pela Wharton School, Pensilvania (2007). Participou de Curso de Formação de Conselheiros de Administração pelo IBGC, São Paulo, SP (2010) entidade da qual é membro, e Educação Executiva em Estratégia pela GE Management Institute, Crotonville, New York, NY (2015). Atuou vinte anos no mercado financeiro, iniciando sua trajetória na área de crédito do BankBoston Banco Múltiplo (1998/2004), onde foi responsável pela análise, estruturação e aprovação de operações de crédito nos segmentos de “Middle Market” e “Corporate Banking”. Posteriormente atuou como Portfolio Manager - no BankBoston Asset Management (2004/2006) e Itaú Asset Management (2006/2007), em ambos responsável pela análise e gestão dos fundos de renda fixa com exposição a ativos privados; e depois como Gestor de Renda Variável no Itaú Asset Management (2007/2008), onde foi responsável pela cobertura dos setores de siderurgia, mineração, construção civil, logística e transportes e alocação estratégica desses ativos nas carteiras recomendadas. Em 2008, foi nomeado diretor da Jottapar Participações S.A, João Ometto Participações S.A., e Instituto João e Belinha Ometto S.A.; e membro dos Comitês não estatutários do Conselho de Administração da São Martinho S.A. Foi Membro do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2016 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. Em 2016 foi eleito membro do Conselho de Administração da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar) e membro do Conselho de Administração da São Martinho S/A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da João Ometto Participações S.A., Jottapar Participações S.A e Instituto João e Belinha Ometto S.A. e atualmente eleito Diretor da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A..

Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988) e realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. – Açúcar e Alcool, atuando como Gerente Executivo no período de 1984 a 1997. Na Usina São Martinho S/A. ocupou os cargos de Gerente Executivo de 1997 a 1998 e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e o cargo de Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A., foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., foi Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar no período de 2001 a 2004, membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool no período de 2011 a 2014 e atualmente é Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: i) Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Membro do Conselho de Administração da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – SP; Membro do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA; Membro do Comitê de Governança – UNICA; Presidente do Conselho Deliberativo – SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo.

João Guilherme Sabino Ometto - 027.686.588-04

Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (1963). Iniciou sua carreira profissional como sócio da Tropisuco – Indústria de Suco de Laranja, atuou como Diretor-Presidente da APAE de Santa Bárbara D'Oeste. Foi um dos fundadores da Brastoft – Indústria de Máquinas Agrícolas conjuntamente com a CASE Corporation, momento em que ocupava o cargo de membro do Conselho Fiscal das Indústrias Romi. Além disso, foi Diretor-Presidente da STAB – Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil, no período de 1981 a 1987, e Presidente da Asociación Civil de Técnicos Azucareros de América Latina y del Caribe, no período de 1983 a 1986. Foi Membro do Board of Trustees – International Society of Sugar Cane Technologists, no período de 1983 a 1989 e Presidente da UNICA, no período de 1998 a 2000. Também atuou como Presidente da Copersucar, no período de 1991 a 1997, cooperativa na qual de 1997 a 2001 fez parte do Conselho de Administração. Também atuou como Diretor, Diretor Vice-Presidente e Presidente das empresas São Martinho S.A., e Usina São Martinho S.A., Mogi Agrícola S.A., Omtek – Indústria e Comércio Ltda., SM Participações S.A. e membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar e Alcool no período de 2011 a 2014. Também atuou como Vice-Presidente Secretário do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de São Paulo – SIFAESP; bem como do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo – SIAESP. Foi Diretor Vice Presidente da Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A.. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: i) Diretor Presidente da LJM Participações S.A., Imobiliária Paramirim S.A., João Ometto Participações S.A., Jottapar Participações S.A. e Instituto João e Belinha Ometto S.A; ii) Diretor Vice-Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A. iii) Membro da Academia Nacional de Agricultura e iv) Membro do conselho de Administração do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Iracema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. de 1994 a 1999. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. É membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose, coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no período de 1971 a 1977. Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria (Vice Presidência e Diretoria), no período de 1977 a 1989, e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia, no período de 1990 a 1993. Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale – Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás – Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – Codesa e Rio Doce Geologia S.A. – Dcegeo e Portocel – Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente, durante o período de 1989 a 1990. Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. no período de 1993 a 2001 e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Membro do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., e Membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A. e da São Martinho S.A. e membro do Comitê de Gestão do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A.

Maria Elvira Lopes Gimenez - 136.012.018-10

Economista, Associada a Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, exercendo o cargo de Supervisora Financeira e Administrativa, prestando também serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheira Fiscal suplente nas seguintes empresas: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Bicycletas Monark S.A., WLM Indústria e Comércio S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A., Whirlpool S.A., Cristal Pigmentos do Brasil S.A. e Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa. Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A. e Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A. e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp.

Marcos Ribeiro Barbosa - 031.645.538-54

Bacharel em Direito, pós-graduado em Direito Processual Tributário na Faculdade de Direito PUCSP, 2002; Faculdade de Direito da Universidade São Francisco, bacharel em Direito, 1997; extensão em Direito Tributário, 1986 pela Universidade de São Paulo - USP; Instituto de Educação Santo André – IESA, bacharel em Ciências Contábeis, 1985; Sócio da L. O. Baptista, Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados; membro do Conselho Fiscal da Usina São João no período de 2005 a 2012, Membro do Conselho Administrativo da Trevisa Investimentos S/A no período de 2003 a 2012 retornando em 2014 e Membro Conselho da Zaurak S/A de Maio de 2011 a Maio de 2012, membro do Conselho Fiscal da São Martinho S/A (2013 a 2017) participando de vários outros conselhos de administração e Conselho fiscal, instrutor em diversas organizações de ensino.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Bideford Equities Brasil S.A., sócio e diretor da Bideford Participações Ltda e Diretor do Instituto Solidade II.

Mauricio Curvelo de Almeida Prado - 127.822.448-33

); Bacharel em Direito (1991) pela Universidade de São Paulo. Há mais de 25 anos representa empresas em operações complexas de fusões e aquisições, estruturação de projetos e contratos internacionais. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) na área de arbitragem, representando empresas e como árbitro, em litígios societários, contratuais e de construção. Sócio do escritório L. O. Baptista Advogados. Participou de Conselhos de Administração e diversos Conselhos Fiscais. Doutor em Direito Internacional pela Université de Paris X – Nanterre, em 2001, onde também obteve o Master em Comércio Internacional (1996). É Mestre em Direito do Comércio Internacional (1995) pela Universidade de São Paulo. Foi Professor da Fundação Getúlio Vargas de 2002 a 2013. Autor dos livros “Le hardship dans le droit du commerce international, Emile Bruylant/FEC-Feduci, 2003”, “Contrato internacional de transferência de tecnologia – Patente e Know-How, Livraria dos Advogados, 1997”, além de ter organizado obras coletivas e publicado diversos artigos jurídicos na área de contratos internacionais e arbitragem. Membro associado do Institute of World Business Law, da Commission on Arbitration (ADRs), e da Commission on Commercial Law and Practice da Câmara de Comércio Internacional (CCI-Paris). É também membro da Société de Législation Comparée (Paris) e do Working Group International Contracts (coordenado pelo Prof. Filip De Ly, Erasmus University, Rotterdam), além de integrar a lista de árbitros de diversas câmaras arbitrais brasileiras. Membro efetivo do Conselho Fiscal da São Martinho S/A desde 2013.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há

Carlos Alberto Ercolin - 011.681.358-00

Bacharel em Administração (1984) pela Universidade Metodista de São Paulo. Experiência executiva por mais de 25 anos (Nestlé, Grupo ICI, Fleury e Renault) onde galgou diversas posições (Auditor Interno, Gerente de Orçamentos e Diretor Financeiro). Há mais de 15 anos atua como consultor nas áreas financeira e de governança corporativa. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) no treinamento nas áreas financeira, contábil e governança corporativa (Suíça, Escócia, Colômbia, México, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Argentina, Trinidad & Tobago, Jamaica e Barbados). Sócio da HEXIS Assessoria em Negócios, especializada em treinamento e assessoria em finanças e governança corporativa. Participou de Conselho de Administração de empresa familiar não listada e Conselhos Fiscais em Sociedades Anônimas de Capital Fechado. Mestre em administração pela FEA-USP; atualmente cursa o Doutorado em Administração (créditos já concluídos) na UNAM-Argentina. Possui MBA em finanças pela FEA-USP e participou de treinamentos no IMD, Suíça. Foi Senior Consultant do Banco Mundial/IFC/GCGF atuando em missão em Moçambique (2010). É professor universitário desde 1986; atualmente ministra diversas disciplinas no programa de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management), além da Universidade Positivo, PUC-PR, dentre outras. Autor de capítulos de livros de finanças e governança corporativa (Ed. Saint Paul e Editora Gente). Co-autor do livro de Governança Corporativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management). Membro associado do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde 2003 onde também atua como palestrante em cursos abertos e in company). É também membro da ANEFAC (Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade). Foi membro do Conselho Fiscal da Nova Fronteira Bioenergia S.A no período de 2011 até o início de 2017, joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da São Martinho S.A

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Coordenador do IBGC-Capítulo PR, Diretor da ANEFAC-PR e Conselheiro Consultivo do PMI-PR (Project Management Institute).

Isabel Cristina Bittencourt Santiago - 451.956.766-15

Bacharel em Ciências Contábeis (1986) e Administração de Empresas (1987) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MBA Empresarial (2010) pela Fundação Dom Cabral – Minas Gerais. Inglês fluente, certificada pela Cambridge University – Inglaterra. Possui certificações internacionais de Gerenciamento dos riscos: The Institute of Risk Management IRM, (2010) e Certificate of Risk Management Assurance-CRMA do IIA-Instituto dos Auditores Internos (2013). Conselheira de Administração e Fiscal certificada pelo IBGC atua há 18 anos como Conselheira Fiscal, sendo Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev (Fundo de Pensão) por 12 anos; da Fundação Aperam Acesita por 2 anos e por 6 anos Conselheira Fiscal da Nova Fronteira Bio Energia S.A (Efetiva e Suplente). Eleita Conselheira de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do Instituto dos Auditores Internos do Brasil para o mandato 2017/2018. Combina a experiência em conselhos com uma carreira de 37 anos, atuando na Aperam S.A como Gerente de Auditoria Interna e Gestão Corporativa dos Riscos das Américas; membro do Comitê de Compliance, com atuação principalmente na implantação do programa de compliance; do canal de denúncias; das políticas antifraude & anticorrupção, bem como na análise e tratamento dos potenciais conflitos de interesses. Atuou na Gestão de Controles Internos, SOX e Contabilidade. Por 4 anos foi Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Metaltrust S.A e sócia proprietária da APN Consultoria. Ministrou treinamentos sobre Gerenciamento dos riscos para executivos, publicou de artigos relacionados à prática de auditoria interna e funcionamento de Comitê de Auditoria. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da São Martinho S.A

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IIA Brasil – Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria.

Massao Fábio Oya - 297.396.878-06

Conselheiro Fiscal Independente/ Contador com especialização – MBA em Gestão Financeira e Controladoria, é Sócio da Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda, prestando serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas, tendo sido Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (setembro de 2011 a janeiro de 2012 e março de 2012 a abril de 2012), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abril de 2011 a abril de 2012), Wetzel S.A. (abril de 2011 a abril de 2012), Bardella S.A – Indústrias Mecânicas (abril de 2013 a abril de 2015), General Shopping S.A. (outubro de 2012 a abril de 2013), Companhia Providência Ind. e Comércio (abril de 2014 a março de 2016), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (abril de 2015 a abril de 2016), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abril de 2015 a abril de 2017 e abril de 2010 a abril de 2011), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (abril de 2015 a atual e abril de 2013 a abril de 2014). É Conselheiro Titular presentemente das seguintes Companhias: Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abril de 2017); Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (desde abril de 2017); Rossi Residencial S.A. (desde abril de 2017); Cristal Pigmentos do Brasil S.A. (desde abril de 2013), WLM Indústria e Comércio S.A. (desde outubro de 2011), Pectenati Indústria Têxtil S.A. (desde outubro de 2014) e Bicycletas Monark S.A. (desde abril de 2015). É também Conselheiro Fiscal Suplente: Alpargatas S.A. (desde abril de 2017) e Schulz S.A. (desde abril de 2017). Foi Conselheiro Fiscal Suplente da São Martinho S.A de julho de 2013 até julho de 2017, sendo atualmente Conselheiro Fiscal efetivo.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Guilherme Fontes Ribeiro	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
270.321.468-56			19/06/1978	27/07/2018	2	
Membro de Comitês não estatutário						
Mauricio Krug Ometto	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
127.718.108-08			04/12/1970	27/07/2018	2	
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	27/07/2018	AGO/2020	73.00%
269.050.007-87			06/07/1947	27/07/2018	6	
Guilherme Fontes Ribeiro	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
270.321.468-56			19/06/1978	27/07/2018	2	
Mauricio Krug Ometto	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
127.718.108-08			04/12/1970	27/07/2018	2	
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	Comitê de Risco	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico	27/07/2018	AGO/2020	73.00%
269.050.007-87			06/07/1947	27/07/2018	6	
Guilherme Fontes Ribeiro	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
270.321.468-56			19/06/1978	27/07/2018	2	
Mauricio Krug Ometto	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	27/07/2018	AGO/2020	91.00%
127.718.108-08			04/12/1970	27/07/2018	2	

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos 269.050.007-87	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico 06/07/1947	27/07/2016 27/07/2018	AGO/2020 6	73.00%
Guilherme Fontes Ribeiro 270.321.468-56	Outros Comitês Comitê de Inovações Tecnológicas e Gestão de Pessoas	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 19/06/1978	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 2	100.00%
Mauricio Krug Ometto 127.718.108-08	Outros Comitês Comitê de Inovações Tecnológicas e Gestão de Pessoas	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas 04/12/1970	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 2	100.00%
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos 269.050.007-87	Outros Comitês Comitê de Gestão de Pessoas	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Químico 06/07/1947	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 6	0.00%
Nelson Marques Ferreira Ometto 052.193.198-33	Outros Comitês Comitê de Gestão de Pessoas	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas 10/08/1964	27/07/2018 27/07/2018	AGO/2020 4	100.00%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56						
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56						
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56						
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56						
Vide item 12.5/6						
Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08						

Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08

Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08

Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08

Vide item 12.5/6

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Vide item 12.5/6

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

Vide item 12.5/6

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco entre si de segundo e terceiro grau, exceto os Conselheiros João Carlos Costa Brega e Murilo César Lemos dos Santos Passos.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2018Administrador do Emissor

Agenor Cunha Pavan

041.561.798-77

Controle

Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial

Pessoa Relacionada

Usina Santa Luiza S.A.

52.312.774/0001-51

Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Elias Eduardo Rosa Georges

148.332.328-55

Controle

Controlada Direta

Diretor Jurídico, Conformidade (Compliance) e Relações Institucionais

Pessoa Relacionada

Usina Santa Luiza S.A.

52.312.774/0001-51

Diretor e Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

João Guilherme Sabino Ometto

027.686.588-04

Subordinação

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho da Administração

Pessoa Relacionada

LJN Participações S.A.

13.608.705/0001-38

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função João Guilherme Sabino Ometto Vice-Presidente do Conselho da Administração	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada João Ometto Participações S.A. Diretor Presidente	47.796.594/0001-52		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo Campos Ometto Presidente do Conselho de Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Debelma Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Marcelo Campos Ometto Presidente do Conselho de Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Dimas Ometto Participações S.A. Diretor Presidente	08.428.342/0001-19		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Guilherme Fontes Ribeiro Membro do Conselho da Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
João Ometto Participações S.A. Diretor <u>Observação</u>	47.796.594/0001-52		
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Debelma Participações S.A. Diretor Vice-Presidente <u>Observação</u>	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho da Administração <u>Pessoa Relacionada</u> Debelma Participações S.A. Diretor <u>Observação</u>	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Nelson Marques Ferreira Ometto Membro do Conselho da administração <u>Pessoa Relacionada</u> Nelson Ometto Participações S.A. Diretor <u>Observação</u>	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Nelson Ometto Participações S.A. Diretor <u>Observação</u>	05.932.684/0001-83		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2017Administrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto

027.992.798-30

Controle

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

11.725.039/0001-92

Presidente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Fabio Venturelli

114.256.038-40

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

11.725.039/0001-92

Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Agenor Cunha Pavan

041.561.798-77

Controle

Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial

Pessoa Relacionada

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

11.725.039/0001-92

Diretor de Operações e Membro do Conselho de Administração

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Agenor Cunha Pavan Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial	041.561.798-77	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Usina Santa Luiza S.A. Diretor de Operações e Membro do Conselho de Administração	52.312.774/0001-51		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Guilherme Sabino Ometto Presidente do Conselho da Administração	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LJN Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	13.608.705/0001-38		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Guilherme Sabino Ometto Presidente do Conselho da Administração	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
João Ometto Participações S.A. Diretor Presidente	47.796.594/0001-52		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Campos Ometto Vice-Presidente do Conselho da Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Debelma Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Guilherme Fontes Ribeiro Membro do Conselho da Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
João Ometto Participações S.A. Diretor	47.796.594/0001-52		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho da Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Debelma Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Nelson Marques Ferreira Ometto Membro do Conselho da administração	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nelson Ometto Participações S.A. Diretor	05.932.684/0001-83		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto

027.992.798-30

Subordinação

Controlador Indireto

Vice-presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Dimas Ometto Participações S.A.

08.428.342/0001-19

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Mauricio Krug Ometto

127.718.108-08

Controle

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Debelma Participações S.A.

48.300.560/0001-98

Diretor

Observação**Exercício Social 31/03/2016**Administrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto

027.992.798-30

Controle

Controlada Direta

Vice-Presidente do Conselho da Administração

Pessoa Relacionada

Nova Fronteira Bioenergia S.A.

11.725.039/0001-92

Presidente do Conselho de Administração

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Fabio Venturelli Diretor Presidente	114.256.038-40	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nova Fronteira Bioenergia S.A. Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração	11.725.039/0001-92		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Agenor Cunha Pavan Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial	041.561.798-77	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nova Fronteira Bioenergia S.A. Diretor de Operações	11.725.039/0001-92		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Agenor Cunha Pavan Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial	041.561.798-77	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Usina Santa Luiza S.A. Membro do Conselho da Administração	52.312.774/0001-51		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Rodrigo Maito da Silveira	255.666.678-13	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Administrativo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Usina Santa Luiza S.A.	52.312.774/0001-51		
Diretor e Membro do Conselho da Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Guilherme Sabino Ometto	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LJN Participações S.A.	13.608.705/0001-38		
Diretor Vice-Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
João Guilherme Sabino Ometto	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Indireto
Presidente do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
João Ometto Participações S.A.	47.796.594/0001-52		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Campos Ometto	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Vice-Presidente do Conselho da Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Dimas Ometto Participações S.A.	08.428.342/0001-19		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Presidente Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Guilherme Fontes Ribeiro Conselho da Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada João Ometto Participações S.A. Diretor Observação	47.796.594/0001-52		
<hr/>			
Administrador do Emissor Mauricio Krug Ometto Conselho da Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Debelma Participações S.A. Diretor Vice-Presidente Observação	48.300.560/0001-98		
<hr/>			
Administrador do Emissor Nelson Marques Ferreira Ometto Conselho da Administração	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Nelson Ometto Participações S.A. Diretor Observação	05.932.684/0001-83		

A Companhia dispõe de apólice de seguro coletivo para D&O (*Directors & Officers*), que consiste em seguro de responsabilidade civil de administradores (entendendo como tal: conselheiros, diretores, gerentes, gestores, líderes, supervisores e demais tomadores de decisão que detenham poderes no exercício de tomada de decisões/autoridade diretiva na empresa), para que os mesmos sejam amparados no exercício de suas atividades, reduzindo assim os riscos relacionados aos seus respectivos cargos e funções.

O seguro D&O também promove à Companhia proteção no sentido de que os administradores podem tomar as decisões atinentes aos seus cargos e funções com mais segurança. A apólice de seguro para D&O contratada pela Companhia dá cobertura aos administradores da Companhia e suas controladas.

A apólice em vigor tem prazo de vigência de 12 meses. Início em 31.10.2017 e término em 31.10.2018. Referida apólice não prevê nenhum procedimento de renovação automática deste seguro para D&O contratado pela Companhia. O prêmio pago pela Companhia pelo período de 1 ano de cobertura, foi de R\$ R\$ 83.756,40 para uma importância segurada de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Assembleias Gerais

Com relação às Assembleias Gerais realizadas nos últimos três exercícios, informamos que todas foram instaladas em primeira convocação.

Assembleia	Data da Realização	Assunto(s)
AGOE	29.07.2016	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA, CF, remuneração global anual, aumento capital social
AGE	09.12.2016	Desdobramento de Ações, Alteração limite capital social autorizado
AGE	23.02.2017	Incorporação Nova Fronteira Bioenergia S.A.
AGOE	28.07.2017	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CF, remuneração global anual, aumento capital social
AGE	02.04.2018	Incorporação Usina Boa Vista S.A.
AGEO	27.07.2018	Aumento capital Social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social, Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA e CF, remuneração global anual

Quórum

Ressalvados os casos para os quais a lei determine “quórum” qualificado, e o disposto no artigo 15 do estatuto social, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Competência para Convocação

Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as Assembleias Gerais de Acionistas.

Local da Realização

As assembleias gerais são realizadas em nossa sede social, na Fazenda São Martinho, no município de Pradópolis/SP. A Lei das Sociedades por Ações permite que as assembleias gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, mas desde que elas sejam realizadas na mesma localidade.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O acumulado da remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria no período encerrado em 31 de março de 2018 foi o equivalente a R\$ 21,238 milhões, dos quais 73,1% corresponderam à remuneração fixa, 22,1% à incentivos de curto prazo e 4,8% a benefícios.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política adotada pela Companhia reflete as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa, assegurando o alinhamento dos interesses dos executivos e dos acionistas, garantindo atração e retenção dos melhores profissionais.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O Conselho de Administração recebe somente remuneração fixa mensal e o benefício seguro de vida e o Conselho Fiscal recebe somente remuneração fixa. A remuneração da Diretoria é composta por remuneração fixa e variável. A remuneração variável está atrelada ao cumprimento de metas de desempenho global da Companhia (geração de EBITDA) e desempenho individual que asseguram a busca contínua da melhoria da performance. Os benefícios recebidos pela Diretoria são seguro saúde, previdência privada e seguro de vida.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

Período	% Remuneração Fixa	% Benefícios
2015/16	99,5	0,5
2016/17	99,5	0,5
2017/18	99,5	0,5

Conselho Fiscal:

Período	% Remuneração Fixa	% Benefícios
2015/16	100,0	0,0
2016/17	100,0	0,0
2017/18	100,0	0,0

Diretoria:

Período	% Remuneração Fixa	% Remuneração Variável	% Benefícios
2015/16	59,2	34,3	6,5
2016/17	41,4	53,9	4,7
2017/18	62,3	31,1	6,6

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

O reajuste anual é baseado na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Conselho Fiscal

O reajuste anual é baseado na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

Diretoria

A remuneração (fixa e variável) é reajustada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE.

A remuneração variável dos Diretores possui 3 componentes: Desempenho Econômico-Financeiro Global da Companhia (mensurado através do indicador EBITDA), Desempenho Operacional (orçamento, produção, entre outros) e Desempenho Individual. O pagamento da remuneração variável é anual, mas está condicionada a um patamar de resultado mínimo em relação à meta de EBITDA estabelecidas pelo Conselho de Administração. Se não alcançado o nível mínimo de EBITDA, não há remuneração variável naquele exercício. Uma vez atingido o resultado esperado em relação ao EBITDA, os demais indicadores (operacionais e individuais) são apurados. A remuneração variável pode atingir valor equivalente a 8 vezes o valor dos honorários fixos mensais para o Diretor Presidente e de até 6 vezes o valor dos honorários fixos mensais dos demais Diretores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração estão alinhados com as práticas de mercado e fazem parte da estratégia da Companhia de atração e retenção de profissionais qualificados. São um incentivo na busca contínua da melhoria dos processos de gestão e performance da organização.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores utilizados na remuneração variável dos Diretores são:

- Desempenho Econômico-Financeiro: EBITDA Global da Companhia;
- Desempenho Operacional (Unidade de negócio): orçamento, produção, entre outros;
- Desempenho Individual: cumprimento do plano de desenvolvimento individual. Vide também item 13.1 (b)(iii).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte variável está atrelada (proporcional) aos níveis de performance atingidos pela Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato descrito acima visa à retenção e o comprometimento dos profissionais com os resultados da Companhia, seja no aspecto financeiro ou operacional.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Sim, conforme item 13.15.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

V. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados pelo emissor.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	7,00	10,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.617.176,20	10.598.433,48	331.332,84	17.546.942,52
Benefícios direto e indireto	31.191,79	1.340.544,14	0,00	1.371.735,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.703.161,90	0,00	9.703.161,90
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.323.435,24	4.060.319,08	66.266,56	5.450.020,88
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.843.794,28	0,00	6.843.794,28
Observação				
Total da remuneração	7.971.803,23	32.546.252,88	397.599,40	40.915.655,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.779.872,12	9.414.893,89	326.246,40	15.521.012,41
Benefícios direto e indireto	29.584,08	990.033,45	0,00	1.019.617,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.697.520,31	0,00	4.697.520,31
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.155.974,42	2.822.482,84	65.249,28	4.043.706,54
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.899.680,42	0,00	4.899.680,42
Observação				
Total da remuneração	6.965.430,62	22.824.610,91	391.495,68	30.181.537,21

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.228.175,60	8.003.045,17	311.988,60	13.543.209,37
Benefícios direto e indireto	28.316,55	902.247,40	0,00	930.563,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	10.419.088,14	0,00	10.419.088,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.045.635,20	3.684.426,63	62.397,72	4.792.459,55
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.394.311,82	0,00	4.394.311,82
Observação				
Total da remuneração	6.302.127,35	27.403.119,16	374.386,32	34.079.632,83

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.728.106,68	7.147.876,72	283.858,20	12.159.841,60
Benefícios direto e indireto	23.522,74	819.074,01	0,00	842.596,75
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.849.728,00	0,00	3.849.728,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	945.621,37	2.199.520,95	56.771,64	3.201.913,96
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.312.000,00	0,00	4.312.000,00

Observação				
Total da remuneração	5.697.250,79	18.328.199,68	340.629,84	24.366.080,31

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2018/2019 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	10	3	20
Número de membros remunerados	7	10	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	9.186.047,50	n/a	9.186.047,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	9.186.047,50	n/a	9.186.047,50
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

(*) – Previsão pelo valor máximo

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/03/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	8	3	18
Número de membros remunerados	7	8	3	18
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	4.697.520,31	n/a	4.697.520,31
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	4.697.520,31	n/a	4.697.520,31
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/03/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	8	3	18
Número de membros remunerados	7	8	3	18
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	10.419.088,14	n/a	10.419.088,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	10.419.088,14	n/a	10.419.088,14
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/03/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	8	3	18
Número de membros remunerados	7	8	3	18
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	3.849.728,00	n/a	3.849.728,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	3.849.728,00	n/a	3.849.728,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. termos e condições gerais:

Na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2009 foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia com o objetivo de estimular a expansão da Companhia, o alcance e a superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Companhia e possibilitar a manutenção de seus profissionais.

Em 17 de dezembro de 2012, foram outorgadas 391.726 opções de ações da Companhia aos executivos elegíveis para o plano, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 25,11 por ação. O período de carência (*vesting*) estabelecia que as opções poderiam ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado da assinatura do contrato de adesão, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em dezembro de 2019. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 6,86 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 7,51 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 7,86 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

Em 16 de dezembro de 2013, foram outorgadas 380.812 opções de ações da Companhia aos executivos elegíveis para o plano, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 27,40 por ação. O período de carência (*vesting*) estabelecia que as opções poderiam ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado da assinatura do contrato de adesão, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em dezembro de 2020. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 8,47 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 8,99 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 9,46 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

Em 15 de dezembro de 2014, foram outorgadas 338.088 opções de ações da Companhia aos executivos elegíveis para o plano, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 36,11 por ação. O período de carência (*vesting*) estabelecia que as opções poderiam ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado da assinatura do contrato de adesão, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em 2021. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 11,39 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 12,01 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 12,59 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

Em 14 de dezembro de 2015, foram outorgadas 767.700 opções de ações da Companhia aos executivos elegíveis para o plano, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 15,87 por ação. O período de carência (*vesting*) estabelecia que as opções poderiam ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado da assinatura do contrato de adesão, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em dezembro de 2022. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 5,55 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 5,89 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 6,21 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em 12 de dezembro de 2016, foram outorgadas 779.934 opções de ações da Companhia aos executivos elegíveis para o plano, às quais foi atribuído um preço de exercício de R\$ 17,70 por ação. O período de carência (vesting) estabelecia que as opções poderiam ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado da assinatura do contrato de adesão, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em dezembro de 2023. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 5,91 para o lote com direito de exercício a partir do final do segundo ano após a data da outorga, R\$ 6,23 para lote com direito de exercício a partir do final do terceiro ano após a data da outorga e R\$ 6,53 para o lote com direito de exercício a partir do final do quarto ano após a data da outorga.

Em 02 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Regulamento do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações de Maio de 2018, por meio do qual foram outorgadas 882.073 opções virtuais de compra de ações, às quais foi atribuído um preço teórico de exercício de R\$ 17,76 por ação virtual. O período de carência (vesting) estabelece que as opções virtuais podem ser exercidas pelos beneficiários em parcelas de 1/3 do total das ações virtuais objeto de outorga a partir do final do segundo ano contado de 12 de dezembro de 2017, 1/3 a partir do final do terceiro ano e o 1/3 final a partir do final do quarto ano. O prazo máximo do exercício da referida outorga será em 2024. O valor justo de cada opção na data da outorga foi R\$ 5,48 para todos os lotes.

Por meio do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações de Maio de 2018 foram substituídas todas as opções de compra de ações outorgadas e ainda não exercidas, independentemente de seu prazo carência, por opções virtuais de compra de ações, mantendo todos os demais termos e condições já aprovados pelo Conselho de Administração nas outorgas de Opções de Compra de Ações realizadas nos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação *Black & Scholes*, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

A movimentação das opções de ações em circulação no exercício findo em 31 de março de 2018 está demonstrada abaixo:

Plano	4º Plano	5º Plano	6º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	Total
Data de emissão do plano	17/12/2012	16/12/2013	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	
Data limite para exercício	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Valor justo das opções (R\$)	2,29 - 2,62	2,82 - 3,15	3,80 - 4,20	5,55 - 6,21	5,91 - 6,53	5,48	
Opções outorgadas	1.175.178	1.142.436	1.014.264	767.700	779.934	882.073	5.761.585
Opções exercidas	(879.422)	(457.716)	(140.805)	(26.904)	-	-	(1.504.847)
Opções de ações em circulação	295.756	684.720	873.459	740.796	779.934	882.073	4.256.738
Preço do exercício	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	17,76	

b. principais objetivos do plano

A intenção da Companhia é estimular o êxito de seus objetivos estratégicos, vinculando parte da remuneração variável à valorização das ações da Companhia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Espera-se que os Diretores contribuam para os resultados empresariais da Companhia e para valorização das suas ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Como um componente da remuneração total e um incentivo aos resultados de médio e longo prazo.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.

Alinhando os resultados de curto, médio e longo prazo, através do cumprimento das metas, crescimento da Companhia e valorização de suas ações.

f. número máximo de ações abrangidas.

Não aplicável, dado que atualmente há apenas opções virtuais de compra de ações da Companhia em circulação.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, dado que atualmente há apenas opções virtuais de compra de ações da Companhia em circulação.

h. condições de aquisição de ações

Contemplado no item "a".

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Contemplado no item "a".

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Contemplado no item "a".

k) forma de liquidação

Não há desembolso pelo beneficiário por se tratarem de opções virtuais de compra de ações.

l. restrições à transferência das ações.

Não aplicável por se tratarem de opções virtuais de compra de ações.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Perda ou antecipação do direito de exercício, conforme previsão contratual.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Contemplado na tabela do item 13.4 "a". Remuneração baseada em ações aplicável aos diretores da Companhia somente.

As tabelas abaixo representam as informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária e não Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31.03.2016; 31.03.2017 e 31.03.2018, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída à remuneração baseada em ações e prevista para o exercício social em curso.

Destacamos, ainda, que não ocorreram outorgas de opções, virtuais ou não, ou concessões de ações, virtuais ou não, aos membros do Conselho de Administração.

Exercício social em curso – Previsto para safra 2018/2019

Órgão	DIRETORIA			
	11	11	10	12
Número de membros e membros remunerados				
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações (Programa)	SMTO - 2014	SMTO - 2015	SMTO - 2016	SMTO - 2017
Data de outorga	15.12.2014	14.12.2015	12.12.2016	02.05.2018
Quantidade de Opções Outorgadas	1.014.264	767.700	779.934	882.073
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade)				
	dez-18	338.088	255.900	259.978
	dez-19	-	255.900	259.978
	dez-20	-	-	259.978
	dez-21	-	-	-
Prazo máximo para exercício das Opções	2021	2022	2023	2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social (R\$)	12,04	15,87	17,70	17,76
(b) Das opções perdidas durante o exercício o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social (R\$)	12,04	15,87	17,7	17,76
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (R\$)	4,00	5,88	6,22	5,48
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,099%	0,151%	0,214%	0,242%

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

Exercício social encerrado 31/03/2018

* Valores já refletem o desdobramento das ações mencionado no item 10.1, letra h

Órgão	DIRETORIA			
	11	11	10	12
Número de membros e membros remunerados				
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações (Programa)	SMTO - 2014	SMTO - 2015	SMTO - 2016	SMTO - 2017
Data de outorga	15.12.2014	14.12.2015	12.12.2016	02.05.2018
Quantidade de Opções Outorgadas	1.014.264	767.700	779.934	882.073
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade)				
	dez-18	338.088	255.900	259.978
	dez-19	-	255.900	259.978
	dez-20	-	-	259.978
	dez-21	-	-	-
Prazo máximo para exercício das Opções	2021	2022	2023	2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social (R\$)	12,04	15,87	17,70	17,76
(b) Das opções perdidas durante o exercício o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social (R\$)	12,04	15,87	17,7	17,76
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (R\$)	4,00	5,88	6,22	5,48
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,099%	0,151%	0,214%	0,242%

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social encerrado 31/03/2017

*Valores já refletem o desdobramento das ações mencionado no item 10.1, letra h.

Orgão	Diretoria				
	7	8	11	11	10
Número de membros e membros remunerados					
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações (Programa)	SMTO - 2012	SMTO - 2013	SMTO - 2014	SMTO - 2015	SMTO - 2016
Data de outorga	17.12.2012	16.12.2013	15.12.2014	14.12.2015	12.12.2016
Quantidade de Opções Outorgadas	1.175.178	1.142.436	1.014.264	767.700	779.934
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade)					
	dez-16	330.393	335.733	279.840	
	dez-17		361.071	326.103	259.977
	dez-18			326.109	259.977
	dez-19			250.125	259.977
	dez-20			250.134	259.980
	dez-20			250.143	
Prazo máximo para exercício das Opções	2019	2020	2021	2022	2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social (R\$)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,7
(b) Das opções perdidas durante o exercício o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social (R\$)	8,37	9,13	12,04	n/a	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (R\$)	2,46	2,99	4,00	5,88	6,22
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,091%	0,191%	0,256%	0,206%	0,214%

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

Exercício social encerrado 31/03/2016

*Valores antes do desdobramento das ações

Orgão	Diretoria			
	7	8	11	11
Número de membros e membros remunerados				
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações (Programa)	SMTO - 2012	SMTO - 2013	SMTO - 2014	SMTO - 2015
Data de outorga	17.12.2012	16.12.2013	15.12.2014	14.12.2015
Quantidade de Opções Outorgadas	391.726	380.812	338.088	255.900
Prazo para que as opções se tornem exercíveis (data/quantidade)				
	dez-16	130.576	126.937	112.696
	dez-17		126.938	112.696
	dez-18			112.696
	dez-19			85.300
Prazo máximo para exercício das Opções	2019	2020	2021	2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social (R\$)	25,11	27,40	36,11	47,6
(b) Das opções perdidas durante o exercício o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social (R\$)	25,11	27,40	36,11	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga (R\$)	7,86	9,23	12,00	17,65
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,115%	0,224%	0,298%	0,226%

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A tabela abaixo apresenta informações sobre as opções virtuais em aberto outorgadas aos membros da Diretoria da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31.03.2018 considerando o número de membros de cada órgão da administração.

Os valores já refletem o desdobramento de ações mencionado no item 10.1, letra h.

Orgão	Diretoria					
	7	8	11	11	10	12
Número de membros e membros remunerados						
Programa	17.12.2012	16.12.2013	15.12.2014	14.12.2015	12.12.2016	02.05.2018
Opções Ainda não Exercíveis						
Quantidade	-	-	338.088	511.800	779.934	882.073
Data em que as Opções se Tornarão Exercíveis (data/quantidade)						
dez-18	-	-	338.088	255.900	259.978	-
dez-19	-	-	-	255.900	259.978	294.024
dez-20	-	-	-	-	259.978	294.024
	-	-	-	-	-	294.024
Prazo máximo para exercício das Opções	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Preço médio Ponderado do Exercício (R\$)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	17,76
Valor Justo das Opções no último Dia do Exercício Social	n/a	n/a	4,20	6,05	6,22	5,48
Opções Exercíveis						
Quantidade	295.756	684.720	535.371	228.996	-	-
Prazo máximo para exercício das Opções	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Preço médio Ponderado do Exercício (R\$)	8,37	9,13	12,04	15,87	17,70	17,76
Valor Justo das Opções no último Dia do Exercício Social (R\$)	2,62	3,07	3,90	5,55	n/a	n/a
Valor Justo do Total das Opções no último Dia do Exercício Social (R\$)	774.881	2.100.540	2.089.185	1.270.928	-	-

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As tabelas abaixo representam as informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas ao incentivo de longo prazo da Diretoria nos exercícios sociais encerrados em 31.03.2016, 31.03.2017 e 31.03.2018, considerando o número de membros de cada órgão que efetivamente exerceram opção e receberam ações.

Exercício social encerrado em 31/03/2018

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de membros e membros remunerados	n/a	10	10
Opções exercidas			
Numero de ações	n/a	215.444	215.444
Preço médio ponderado do exercício	n/a	10,96	10,96
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	1.619.287,00	1.619.287,00
Ações entregues			
Numero de Ações			
Preço médio ponderado do exercício			
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas			

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

Exercício social encerrado em 31/03/2017

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de membros e membros remunerados	n/a	9	9
Opções exercidas			
Numero de ações	n/a	134.549	134.549
Preço médio ponderado do exercício	n/a	12,56	12,56
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	1.612.725,75	1.612.725,75
Ações entregues			
Numero de Ações			
Preço médio ponderado do exercício			
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas			

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social encerrado em 31/03/2016

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de membros e membros remunerados	n/a	8	8
Opções exercidas			
Numero de ações	n/a	464.621	464.621
Preço médio ponderado do exercício	n/a	22,87	22,87
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	10.142.716,71	10.142.716,71
Ações entregues			
Numero de Ações			
Preço médio ponderado do exercício			
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas			

Obs: A quantidade total de opções outorgadas inclui membros da diretoria estatutária e não estatutária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a**13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Contemplado no item 13.4 "a".

a. modelo de precificação:

Vide item (i) do item 13.4. O modelo de precificação das opções utilizado pela Companhia é o Modelo *Black-Scholes*, de acordo com a Deliberação CVM 562/08 (CPC-10) e alterações posteriores.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black-Scholes-Merton* de precificação de opções, considerando como premissas:

- (i) Preço da Ação – o preço da ação no mercado aberto (Bovespa) na data da outorga;
- (ii) Preço de Exercício – o preço de exercício (i) a ser pago pelo beneficiário, conforme o plano de compra de ações registrado na CVM, no caso de opções de compra de ações ou (ii) considerado para a liquidação da opção virtual, no caso de opções virtuais de compra de ações;
- (iii) Volatilidade (% anual) – a variação média no preço das ações da Companhia (Bovespa) até a data da outorga;
- (iv) Tempo de Carência (“Vesting Period”) – o tempo de carência (“Vesting Period”) para exercer o direito das ações, conforme o contrato de *Stock Option* ou *Phantom Stock Option*;
- (v) Dividendos provisionados – dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, em relação ao valor do capital social (esse cálculo é feito por estimativa);
- (vi) Taxa de juros livre de risco – utiliza-se uma Taxa de Juros Livre de Risco, como por exemplo, de Contrato Futuros BM&F;
- (vii) Quantidade de ações – quantidade total de ações exercíveis, virtuais ou não, que foram outorgadas aos beneficiários nos contratos de *Stock Options* e *Phantom Stock Options*.

Assim sendo, as principais premissas estão destacadas nos quadros abaixo, os dados foram ajustados de maneira a refletir o desdobramento de ações mencionado no item 10.1, letra h.

<u>Dados e Premissas</u>	<u>Programa 2012</u>
Data da Outorga	17.12.2012
Preço da Ação (R\$)	8,33
Preço de Exercício (R\$)	8,37
Volatilidade Esperada (ano)	
Prazo de vida da opção (último <i>vesting</i>)	17.12.2019
Dividendos Esperados (<i>Payout</i>)	
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	
<u>Dados e Premissas</u>	<u>Programa 2013</u>
Data da Outorga	16.12.2013
Preço da Ação (R\$)	9,33
Preço de Exercício (R\$)	9,13
Volatilidade Esperada (ano)	
Prazo de vida da opção (último <i>vesting</i>)	16.12.2020
Dividendos Esperados (<i>Payout</i>)	
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	
<u>Dados e Premissas</u>	<u>Programa 2014</u>
Data da Outorga	15.12.2014
Preço da Ação (R\$)	11,26
Preço de Exercício (R\$)	12,04
Volatilidade Esperada (ano)	
Prazo de vida da opção (último <i>vesting</i>)	15.12.2021

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a**13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**Dividendos Esperados (*Payout*)

Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)

Dados e Premissas**Programa 2015**

Data da Outorga

14.12.2015

Preço da Ação (R\$)

15,29

Preço de Exercício (R\$)

15,87

Volatilidade Esperada (ano)

Prazo de vida da opção (último *vesting*)

15.12.2022

Dividendos Esperados (*Payout*)

Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)

Dados e Premissas**Programa 2016**

Data da Outorga

12.12.2016

Preço da Ação (R\$)

17,45

Preço de Exercício (R\$)

17,70

Volatilidade Esperada (ano)

Prazo de vida da opção (último *vesting*)

15.12.2023

Dividendos Esperados (*Payout*)

Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)

Dados e Premissas**Programa 2017**

Data da Outorga

02.05.2018

Preço da Ação (R\$)

16,83

Preço de Exercício (R\$)

17,76

Volatilidade Esperada (ano)

Prazo de vida da opção (último *vesting*)

12.12.2024

Dividendos Esperados (*Payout*)

Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

Contemplado no item 13.8. "b".

d. forma de determinação da volatilidade esperada.

Contemplado no item 13.8. "b".

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Todas as características importantes da opção, virtuais ou não, de compra de ações e da concessão de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

As informações abaixo refletem o desdobramento de ações mencionado no item 10.1, letra h. e a emissão de ações referente à Incorporação da Nova Fronteira, mencionado no item 10.3, letra b.

Grupo	Ações	%
Conselho	2.013.380	0,62
Diretoria	31.435	0,00
Controladores	203.031.969	55,78

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	n/a	8
Número de membros remunerados	n/a	8
Nome do plano	São Martinho PREV	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	3.663.154 – (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	458.735
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do empregado ou a parte da empresa conforme <i>vesting</i>

(*) – Valores Nominais

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2016
Nº de membros	8,00	8,00	8,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	8,00	8,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.304.546,00	9.597.864,00	2.857.945,00	1.185.680,00	1.133.815,00	1.031.635,00	108.749,00	103.996,00	94.619,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.198.651,00	1.100.583,00	1.020.839,00	373.100,00	355.522,00	323.497,00	108.749,00	103.996,00	94.619,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.887.806,00	2.415.545,00	1.477.813,00	829.922,00	750.827,00	678.804,00	108.749,00	103.996,00	94.619,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria.

A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro “D&O” Directors and Officers Liability para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos (até o limite de R\$ 50 milhões).

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Abr/15 a Mar/16	Abr/16 a Mar/17	Abr/17 a Mar/18
Conselho de Administração	85,2	85,3	86,0
Conselho de Fiscal	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria	0,0%	0,0%	0,0%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**Conselho de Administração**

	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Aluguéis	508.235	546.287	566.150
Prestação de Serviço	0,00	0,00	0,00
Compra de Cana de Açúcar	29.534.065	40.517.503	38.750.471

Diretoria Estatutária

	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Aluguéis	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviço	0,00	0,00	0,00
Compra de Cana de Açúcar	201.459	233.271	248.010

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**Exercício social 2017/2018**

Não aplica.

Exercício social 2016/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	129.812	1.046.624	0,00	1.176.436

Exercício social 2015/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	73.668	0,00	0,00	73.668
Sociedades sob controle comum	131.637	1.059.532	0,00	1.191.170

13.16 - Outras informações relevantes

Não há.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

- a) **A Companhia e suas subsidiárias possuem empregados alocados nas áreas administrativa, agrícola e indústria.**

	31 de março de		
	2016	2017	2018
Administrativo	927	881	666
Indústria	1.973	1.844	1.927
Agrícola	9.525	8.943	9.168
Total	12.425	11.668	11.761

Obs.: Não foram considerados empregados afastados há mais de um ano;
Foram considerados os empregados das empresas ligadas ao emissor.

- b) **Quanto ao número de terceirizados:**

	Média do exercício social do ano de		
	2016	2017	2018
Administrativo	49	52	55
Indústria	500	530	562
Agrícola	208	221	234
Total	757	803	851

Obs.: A média considerada abrange a média das subsidiárias, compreendendo o período de abril a março de cada ano social. Portanto, a coluna de 2015 corresponde ao período de abril de 2014 a Março de 2015 e assim sucessivamente.

- c) **Índice de rotatividade:**

	Média do exercício social do ano de		
	2016	2017	2018
Média Mensal	0,89	0,85	0,92

Obs.: Este índice considera a rotatividade do quadro de funcionários que possuem contrato em tempo indeterminado (os safristas não participaram do cálculo).

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram mudanças relevantes.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A São Martinho adota uma política de remuneração alinhada ao mercado e coerente com os objetivos da organização. Em consonância com a estrutura de seus processos organizacionais, busca maneiras de assegurar a efetiva equidade interna e externa e formas de sustentar os pilares da gestão de pessoas, oferece aos empregados o sistema de remuneração estratégica, que está estruturado de acordo com as seguintes ferramentas:

Remuneração Fixa

Os salários estão posicionados na mediana de mercado, obtida através de pesquisa salarial em mercado selecionado por meio de critérios como: segmentos, quantidade de empregados e faturamento, e anualmente são ajustados pelo índice de movimentações de mercado.

Programa de Participação nos Resultados (PPR)

O programa tem como objetivo distribuir em forma de salário os resultados obtidos por meio da contribuição dos empregados no cumprimento e/ou na superação das metas definidas de acordo com a estratégia anual da empresa.

Remuneração Variável Mensal

É definida de acordo com a estratégia da empresa e as diretrizes do processo. É baseada em indicadores de desempenho das equipes.

Bônus dos Gestores

Remunera a partir do nível de coordenação. Os indicadores são definidos ano a ano, de forma individual; são apurados trimestralmente e estão de acordo com a estratégia da organização. A quantidade de salários varia conforme o nível hierárquico.

b) Política de benefícios

A empresa oferece uma gama de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando atração e retenção de profissionais qualificados, como:

- a) Assistência Médica ou Seguro Saúde;
- b) Check-up para executivos;
- c) Plano Odontológico;
- d) Seguro de Vida em Grupo e Auxílio Funeral;
- e) Seguro de Vida Complementar (opcional);
- f) Seguro Viagem Internacional;
- g) Refeição em local próprio ou vale refeição;
- h) Vale Alimentação ou cesta básica;
- i) Transporte;

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- j) Auxílios Complementares (Órteses, Próteses e Lentes Corretivas);
- k) Empréstimo Consignado;
- l) Previdência Privada.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. Grupos de beneficiários
- ii. Condições para exercício
- iii. Preços de exercício
- iv. Prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

O relacionamento com os sindicatos das categorias profissionais transcorre em clima de harmonia e parceria. Periodicamente ocorrem reuniões para tratar de assuntos além da data base, relacionados a ambiente de trabalho, benefícios, atuação da liderança, remuneração variável entre outros, fazendo com que exista um clima de confiança e reciprocidade, não tendo paralisações e greves nos últimos 3 exercícios sociais.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LJN Participações S.A.						
13.608.705/0001-38	Brasileira-SP	Não	Sim	23/02/2017		
Não						
	190.242.864	52,263000%	0	0,000000%	190.242.864	52,263000%
OUTROS						
	160.559.802	44,108000%	0	0,000000%	160.559.802	44,108000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	13.208.663	3,629000%	0	0,000000%	13.208.663	3,629000%
TOTAL						
	364.011.329	100,000000%	0	0,000000%	364.011.329	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LJN Participações S.A.				13.608.705/0001-38	
Debelma Participações S.A.					
48.300.560/0001-98	Brasileira-SP	Não	Sim	23/02/2017	
Não					
78.402.858	41,212000	0	0,000000	78.402.858	41,212000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Ometto Participações S.A.					
47.796.594/0001-52	Brasileira-SP	Não	Não	23/02/2017	
Não					
78.402.858	41,212000	0	0,000000	78.402.858	41,212000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nelson Ometto Participações S.A.					
05.932.684/0001-83	Brasileira-SP	Não	Não	23/02/2017	
Não					
33.437.148	17,576000	0	0,000000	33.437.148	17,576000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LJN Participações S.A.				13.608.705/0001-38	
TOTAL					
190.242.864	100,000000	0	0,000000	190.242.864	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Debelma Participações S.A.				48.300.560/0001-98		
Debelma Participações S.A.						
03.397.489/0001-75	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017		
Não						
39.549.564	50,450000	0	0,000000	39.549.564	50,450000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Dimas Ometto Participações S.A.						
08.428.342/0001-19	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017		
Não						
38.849.520	49,550000	0	0,000000	38.849.520	49,550000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
78.399.084	100,000000	0	0,000000	78.399.084	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
João Ometto Participações S.A.				47.796.594/0001-52	
Giovana Mirone Sabino Ometto					
204.348.718-34		Não	Não	23/02/2017	
Não					
30.799	0,039000	0	0,000000	30.799	0,039000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Guilherme Sabino Ometto					
027.686.588-04	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017	
Não					
5.923.486	7,556000	0	0,000000	5.923.486	7,556000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
San Giovanni Participações S.A.					
20.845.448/0001-13	Brasileira-SP	Não	Não	23/02/2017	
Não					
72.444.799	92,405000	0	0,000000	72.444.799	92,405000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
João Ometto Participações S.A.				47.796.594/0001-52	
TOTAL					
78.399.084	100,000000	0	0,000000	78.399.084	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nelson Ometto Participações S.A.				05.932.684/0001-83	
Luciana Ometto Gebara					
129.362.138-27		Não	Não	23/02/2017	
Não					
10.033.408	30,000000	0	0,000000	10.033.408	30,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mariella Ometto Scarparo					
253.236.478-50		Não	Não	23/02/2017	
Não					
10.033.408	30,000000	0	0,000000	10.033.408	30,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nelise Maria Marques Ferreira Ometto					
078.759.718-02		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.344.470	10,000000	0	0,000000	3.344.470	10,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nelson Ometto Participações S.A.				05.932.684/0001-83	
Nelson Marques Ferreira Ometto					
052.193.198-33		Não	Não	23/02/2017	
Não					
10.033.408	30,000000	0	0,000000	10.033.408	30,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
33.444.694	100,000000	0	0,000000	33.444.694	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Debelma Participações S.A.				03.397.489/0001-75	
Luiz Antonio Cêra Ometto					
027.686.238-49	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017	
Não					
27.372.947	69,211000	0	0,000000	27.372.947	69,211000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mauricio Krug Ometto					
127.718.108-08		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.956.586	10,004000	0	0,000000	3.956.586	10,004000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
8.220.031	20,785000	0	0,000000	8.220.031	20,785000
TOTAL					
39.549.564	100,000000	0	0,000000	39.549.564	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dimas Ometto Participações S.A.				08.428.342/0001-19	
GMO Empreendimentos e Participações Ltda					
08.409.267/0001-49	Brasileira-SE	Não	Não	23/02/2017	
Não					
12.948.545	33,330000	0	0,000000	12.948.545	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marcelo Campos Ometto					
027.992.798-30	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017	
Não					
6.476.213	16,670000	0	0,000000	6.476.213	16,670000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MCOT Participações Ltda					
26.908.593/0001-82		Não	Não	23/02/2017	
Não					
19.424.763	50,000000	0	0,000000	19.424.763	50,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dimas Ometto Participações S.A.				08.428.342/0001-19	
TOTAL					
38.849.521	100,000000	0	0,000000	38.849.521	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13	
Adriana Mirone Ometto					
157.619.228-86		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.580.107	4,942000	0	0,000000	3.580.107	4,942000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniela Ometto Ribeiro					
254.304.368-36		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.580.107	4,942000	0	0,000000	3.580.107	4,942000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Giovana Mirone Sabino Ometto					
204.348.718-34		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.580.107	4,942000	0	0,000000	3.580.107	4,942000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13	
Guilherme Fontes Ribeiro					
270.321.468-56		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.580.107	4,942000	0	0,000000	3.580.107	4,942000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
João Guilherme Sabino Ometto					
027.686.588-04	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017	
Não					
54.544.265	75,290000	0	0,000000	54.544.265	75,290000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Carlos Mirone Ometto					
132.486.708-60		Não	Não	23/02/2017	
Não					
3.580.107	4,942000	0	0,000000	3.580.107	4,942000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13	
TOTAL					
72.444.800	100,000000	0	0,000000	72.444.800	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GMO Empreendimentos e Participações Ltda				08.409.267/0001-49		
Marcelo Campos Ometto						
027.992.798-30	Brasileiro-SE	Não	Não	23/02/2017		
Não						
12.829.456	99,080000	0	0,000000	12.829.456	99,080000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
119.088	0,920000	0	0,000000	119.088	0,920000	
TOTAL						
12.948.544	100,000000	0	0,000000	12.948.544	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MCOT Participações Ltda				26.908.593/0001-82	
Marcia Campos Ometto Tank					
027.984.868-40		Não	Não	23/02/2017	
Não					
19.424.057	99,996000	0	0,000000	19.424.057	99,996000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
706	0,004000	0	0,000000	706	0,004000
TOTAL					
19.424.763	100,000000	0	0,000000	19.424.763	100,000000

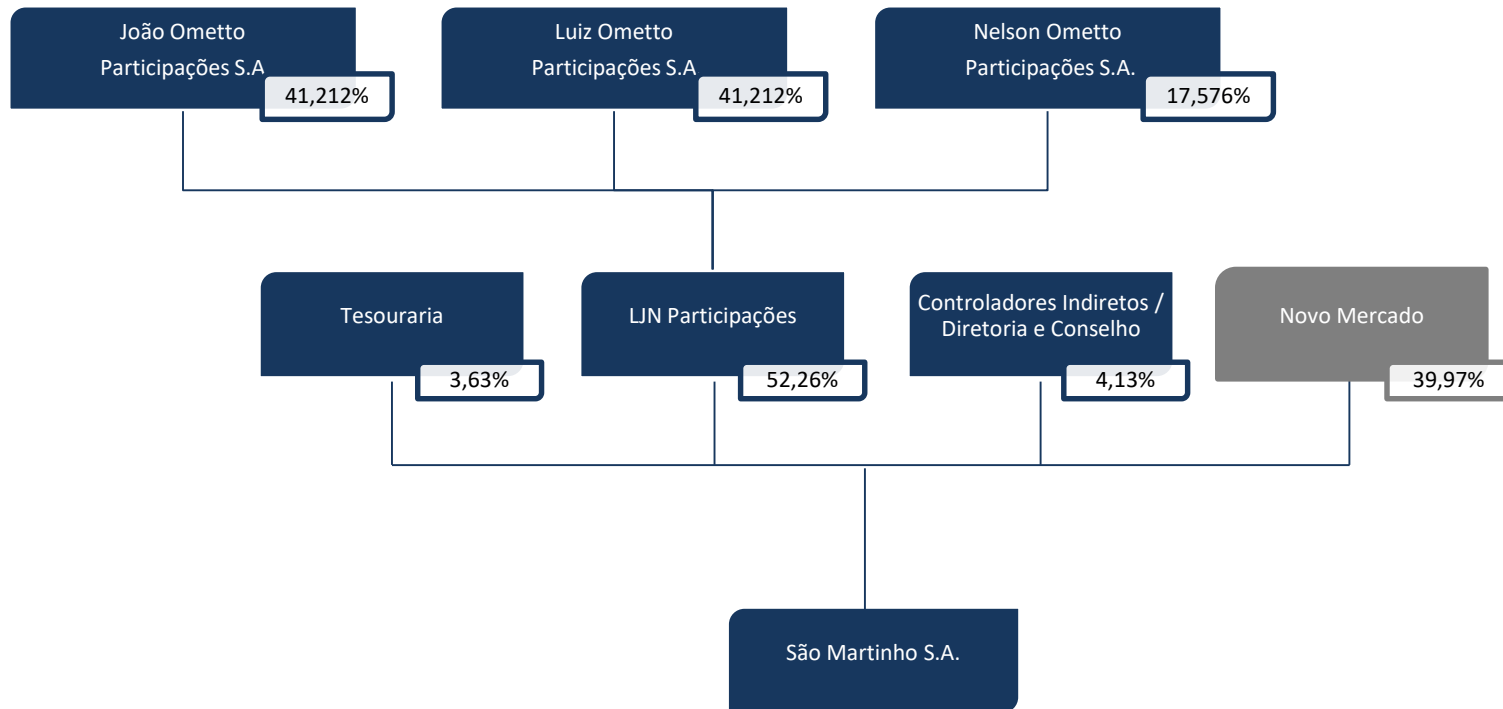
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/07/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2.360
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	37
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	526

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	145.507.303	39,973290%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	145.507.303	39,973290%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável.

15.7 - Principais operações societárias

Vide item 10.3

15.8 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à CVM/B3 e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido em um único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$ 200,0 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações devem discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e evento e a eventual influência do contrato sobre a administração e negócios da Companhia.

Além disso, os contratos independentemente do valor econômico são submetidos aos órgãos deliberativos da Companhia.

Operações com acionistas:

Os Contratos de Parceria Agrícola compreendem a modalidade de contrato "padrão", no qual o proprietário da terra (Parceiro Outorgante) a entrega à empresa ou ao produtor rural (Parceiro Outorgado) e ambos dividem os resultados da produção. A relação percentual entre as partes depende da contribuição de cada uma das partes, levando em consideração o tipo de solo/localização/benfeitorias existentes na propriedade. Esses contratos são regulados pelo Código Civil e pelo Estatuto da Terra, vigorando, em regra, por 1 ciclo de cana-de-açúcar (ou seja, 1 ano p/ plantio + 5 anos de corte = 6 anos). As partes se comprometem a entregar suas cotas partes à unidade industrial da empresa ou outra que esta indicar e a divisão proporcional é realizada na balança da unidade industrial processadora. A renovação é automática, salvo se o Parceiro Outorgante notificar a empresa antes do vencimento do prazo contratual. Em igualdade de condições com terceiros, a empresa terá preferência na renovação do contrato. Nos Contratos de Parceria Agrícolas celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias, em regra segue a mesma prática do parágrafo anterior, na qual o Parceiro Outorgante entrega a terra nua (apta para exploração) e todo o cultivo fica por conta da empresa ou produtor. A relação de percentual nas parcerias agrícolas com base na lei, podendo variar de acordo com tipo de solo/localização/benfeitorias existentes na propriedade, bem como outros parâmetros que também podem ser estipulados a cada safra. A média utilizada para os contratos de parceria seguem a prática mercado, variando de região para região.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As transações com partes relacionadas que a Companhia teve durante o período, foram com empresas no qual obtém 100% do capital social ou que não atingiram o montante de R\$ 200 mil (ou o valor de 1% do capital social, o que for maior). Sendo assim excluído a obrigatoriedade de sua divulgação.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, é submetida a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia vigente. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

(b) As nossas operações com partes relacionadas de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs não possuem taxa de remuneração uma vez que são destinadas à realização de aumento de capital nas Sociedades.

16.4 - Outras informações relevantes

Não se aplica.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/07/2018	1.696.651.843,30		364.011.329	0	364.011.329
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/07/2018	1.696.651.843,30		364.011.329	0	364.011.329
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/07/2018	0,00		372.000.000	0	372.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/07/2015	Conselho da Administração	31/07/2015	118.348.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

29/07/2016	Conselho da Administração	29/07/2016	133.632.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

23/02/2017	Assembleia Geral Extraordinária	23/02/2017	429.362.339,46	Subscrição particular	24.023.708	0	24.023.708	7,06605000	17,87	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

A emissão em questão foi realizada para fins de incorporação da Nova Fronteira e consequente troca de ações da Nova Fronteira (incorporada) detidas pela etrobras Biocombustíveis e minoritários desta empresa por ações da São Martinho (incorporadora). Para fins do disposto no art. 264 da Lei das S.A., a relação de substituição entre ações da Nova Fronteira e da São Martinho foi calculada com base no critério negocial, com base das DFs conforme divulgado em Fatos Relevantes.

Forma de integralização

Tendo em vista que o aumento do capital é decorrente da incorporação da Nova Fronteira a subscrição e integralização das novas ações a serem emitidas ocorrerá na data em que a incorporação for efetivamente realizada/aprovada, conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que deliberar sobre a incorporação.

27/07/2018	Assembleia Geral Extraordinária	27/07/2018	147.349.880,79	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
09/12/2016	113.329.207	0	113.329.207	339.987.621	0	339.987.621

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital do emissor durante os exercícios findos em 31 de março de 2018, 2017 e 2016.

Não existem outras informações relevantes sobre o item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, que poderá ser calculado com base no valor econômico da Sociedade. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, nas seguintes circunstâncias: • nossa cisão (conforme descrito a seguir); • redução do nosso dividendo obrigatório; • mudança do nosso objeto social; • nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; • nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações e; • aquisição, pela Companhia, do controle de qualquer sociedade caso o preço de aquisição ultrapasse os limites estabelecidos no §2º do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Condições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia referente a decisão de saída do segmento de listagem do Novo Mercado.
Outras características relevantes	Não há.

As informações referentes a este assunto foram retiradas de nosso Estatuto Social e seguem abaixo.

Artigo 40 - Qualquer comprador, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Sociedade, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Sociedade, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Sociedade, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Capítulo.

Parágrafo Primeiro - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Sociedade objeto da oferta pública ("Preço da OPA") deverá ser o preço justo, entendido como sendo ao menos igual ao valor de avaliação da Sociedade, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários ou com base em outro critério aceito pela CVM, assegurada a revisão do valor da oferta na forma deste Artigo.

Parágrafo Segundo - A oferta pública para a aquisição de ações deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361 de 05/03/02:

- a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade;
- b) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- c) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários e permitir-lhes a adequada informação quanto à Sociedade e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública para a aquisição de ações;
- d) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, ressalvado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo;
- e) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de ações de emissão da Sociedade;
- f) ser instruída com laudo de avaliação da Sociedade, preparado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no Artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo Terceiro - Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das ações de emissão da Sociedade, poderão requerer aos administradores da Sociedade que convoquem assembleia especial de acionistas da Sociedade para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Sociedade para fins de revisão do Preço da OPA, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no item (f) do parágrafo anterior, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e nos termos deste Capítulo.

Parágrafo Quarto - Caso a assembleia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma assembleia especial.

Parágrafo Quinto - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de ações prevista neste artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Sociedade, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de ações prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Sexto - A realização da oferta pública para a aquisição de ações mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Sociedade, ou, se for o caso, da própria Sociedade, formular uma oferta pública concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Sétimo - O adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à oferta pública para a aquisição de ações, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Oitavo - Na hipótese do adquirente não cumprir as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para: a) realização ou solicitação do registro da oferta pública; ou b) atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM; o Conselho de Administração da Sociedade convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do adquirente, conforme disposto no Artigo 120 da Lei n.º 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo Nono - Qualquer adquirente que compre ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto, locação ou qualquer outra forma de transferência da posse, propriedade ou de direitos sobre as ações de emissão da Sociedade, em quantidade igual ou superior a 10% do total de ações de emissão da Sociedade, estará obrigado igualmente a, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de oferta pública para a aquisição de ações, nos termos descritos neste artigo.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo Dez - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei n.º 6.404/76, e nos artigos 35 e 36 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo adquirente das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Onze - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Sociedade em quantidade superior a 10% do total das ações de sua emissão, em decorrência de: a) sucessão legal; b) incorporação de outra sociedade pela Sociedade; c) incorporação de ações de outra sociedade pela Sociedade; ou d) subscrição de ações da Sociedade, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Sociedade realizada por instituição especializada.

Parágrafo Doze - Para fins do cálculo do percentual de 10% do total de ações de emissão da Sociedade descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações.

Parágrafo Treze - O disposto neste Artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 10% ou mais do total de ações de emissão da Sociedade e seus sucessores, inclusive e em especial aos acionistas controladores da Sociedade, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores na data de aprovação deste Estatuto Social, que vierem a sucedê-los na participação direta na Sociedade por força de reorganizações societárias, aplicando-se exclusivamente a investidores que adquiram ações e se tornem acionistas da Sociedade após a obtenção do seu registro de companhia aberta junto à CVM e o início da negociação das ações da Sociedade na B3.

As informações referentes a este assunto foram retiradas de nosso Estatuto Social e seguem abaixo.

Artigo 37 - A Alienação de Controle da Sociedade (conforme previsto a seguir neste Estatuto Social), tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/03/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.220.962.098	19,14	17,25	R\$ por Unidade	18,36
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	866.369.061	19,30	16,80	R\$ por Unidade	18,05
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	891.430.312	18,45	16,22	R\$ por Unidade	17,18
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	866.369.061	18,70	15,60	R\$ por Unidade	17,07

Exercício social 31/03/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	851.002.801	17,94	13,78	R\$ por Unidade	16,33
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.081.960.946	19,58	15,74	R\$ por Unidade	17,39
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	958.847.331	21,63	16,48	R\$ por Unidade	19,14
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	687.935.060	20,99	17,00	R\$ por Unidade	19,16

Exercício social 31/03/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	826.016.079	17,63	14,35	R\$ por Unidade	15,91
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	587.346.967	16,73	12,72	R\$ por Unidade	15,06
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	542.597.656	13,15	9,57	R\$ por Unidade	11,38
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	443.098.032	13,40	11,46	R\$ por Unidade	12,60

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	14/03/2025
Quantidade (Unidades)	500.000.000
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	1
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	500.000.000,00
Saldo devedor em aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar (i) a oferta de resgate de parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, ou da totalidade das Debêntures, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério; ou (ii) o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures NTN-B e/ou das Debêntures DI, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério, caso verifique-se obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Companhia sob as Debêntures NTN-B e/ou as Debêntures DI e/ou o Contrato de Aquisição de Debêntures, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Os recursos captados por meio da presente Emissão deverão ser utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para a atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, na forma prevista em seu objeto social, com fundamento no artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076.

As ações da Companhia são negociadas na B3, sob o código "SMT03" e as debêntures foram emitidas para colocação privada, portanto não se aplica.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável. As debêntures foram emitidas para colocação privada.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável. As debêntures foram emitidas para colocação privada.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável.

Não aplicável.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
27/11/2017	27/11/2017 à 27/05/2019	260.451.000,00	Ordinária		8.000.000	5,210000	7.992.600	18,24	R\$ por Unidade	99,907500
12/12/2016	12/12/2016 à 27/11/2017	0,00	Ordinária		3.000.000	2,270000	2.808.100	18,74	R\$ por Unidade	93,600000
09/11/2015	09/11/2015 à 09/05/2017	0,00	Ordinária		1.000.000	2,200000	1.000.000	47,45	R\$ por Unidade	100,000000

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/03/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	5.431.517	
Quantidade adquirida	7.992.600	18,24
Quantidade alienada	215.454	17,59
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	13.208.663	
Relação valores mobiliários em circulação	3,628641%	

Exercício social 31/03/2017**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	614.486	
Quantidade adquirida	4.951.580	21,81
Quantidade alienada	134.549	20,15
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	5.431.517	
Relação valores mobiliários em circulação	1,510000%	

Exercício social 31/03/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	409.675	
Quantidade adquirida	669.432	47,66
Quantidade alienada	464.621	27,26

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	614.486
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	0,550000%

	2017	Aquisição de ações	Alienação de ações	2018
Quantidade	5.431.517	7.992.600	(215.454)	13.208.663
Preço médio	16,96	18,24	17,59	17,72
Montante total	92.134	145.756	(3.790)	234.100

O objetivo do plano de recompra da São Martinho era a manutenção das ações em tesouraria para atendimento ao disposto no “Plano de Opção de Compra de Ações” aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de março de 2009. Conforme mencionado no item 13.4 deste Formulário de Referência, em 2 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

Vale ressaltar que no item 19.2 na linha de “Quantidade adquirida”, referente à safra 2016/2017, parte das ações se referente ao desdobramento aprovado em AGE no dia 9 de dezembro de 2016. Segue tabela com valores de aquisição, alienação e desdobramento no exercício findo de 2017.

Exercício findo em 31 de março de 2017															
Tipo (classe em espécie)	Saldo inicial			Aquisições			Exercício de Opções			Desdobramento			Saldo final		
	Qtde	R\$ Mil	Preço médio em R\$	Qtde	R\$ Mil	Preço médio em R\$	Qtde	R\$ Mil	Preço médio em R\$	Qtde	R\$ Mil	Preço médio em R\$	Qtde	R\$ Mil	Preço médio em R\$
Ação Ordinária	614.486	26.614	43,31	3.127.868	68.232	21,81	(134.549)	(2.711)	20,15	1.823.712	-	-	5.431.517	92.135	16,96
% em relação as ações em circulação	0,17%			0,87%			-0,04%			0,51%			1,51%		

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação **24/11/2006**

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia

Principais características e locais de consulta

Verificar item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Verificar item 20.2.

Data aprovação **24/11/2006**

Principais características e locais de consulta

Verificar item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Verificar item 20.2.

Data aprovação **24/11/2006**

Principais características e locais de consulta

Verificar item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Verificar item 20.2.

20.2 - Outras informações relevantes

Política de Comunicação de Informações Sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

Os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar, na forma estabelecida na Instrução CVM nº 358/02, à CVM e às Bolsas de Valores, a titularidade dos Valores Mobiliários e dos valores mobiliários de emissão de Sociedades Controladas e Sociedade Controladora (companhias abertas), de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação das informações especificadas no item 13.1 acima deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à B3 e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão.

Esta comunicação deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso; e (ii) no prazo máximo de [10] (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Política de Comunicação de Divulgação Sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração da Companhia, deverão comunicar à CVM, à B3 e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, assim como divulgar informação sobre aquisição ou alienação de Participação Acionária relevante, na forma estabelecida na Instrução CVM nº 358/02.

A comunicação à CVM, à B3 e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação mencionada neste item.

Política de Negociação dos Valores Mobiliários

A Companhia, os Administradores, seus Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, os Conselheiros Fiscais, Funcionários e Executivos com Acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, e ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora e nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (Pessoas Relacionadas) asseguram os mais adequados padrões na negociação com os Valores Mobiliários e os valores mobiliários de suas Controladas.

Negociação por meio de Corretoras Credenciadas e Períodos de Bloqueio

Com vistas a assegurar adequados padrões de negociação com Valores Mobiliários da São Martinho e das suas Controladas, fica adotada a sistemática de que todas as negociações por parte da própria São Martinho e pelas Pessoas Relacionadas que deverão aderir a esta Política, somente serão realizadas com a intermediação das Corretoras Credenciadas, conforme encaminhado à CVM.

As Corretoras Credenciadas serão instruídas por escrito, pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da São Martinho, a não registrarem operações das Pessoas Relacionadas em todas as datas em que a São Martinho negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com ações de sua emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

A São Martinho e todos os que estão sujeitos a esta Política deverão abster-se de negociar suas ações de emissão da São Martinho em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, que não estará obrigado a justificá-la, haja determinação de não-negociação (“Períodos de Bloqueio”).

As mesmas obrigações serão aplicáveis a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Sociedades Controladoras e nas Sociedades Controladas, tenha conhecimento de informação relativa à Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia e tenham firmado o Termo de Adesão.

Restrições à Negociação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Nas hipóteses descritas nos parágrafos a seguir, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela São Martinho, pelos Administradores, por seus Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, pelos Conselheiros Fiscais, Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, e ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora e nas Sociedades Controladas, e pelas Pessoas Relacionadas que tenham firmado o Termo de Adesão, até que a São Martinho divulgue ao mercado Ato ou Fato Relevante:

- Sempre que ocorrer qualquer Ato ou Fato Relevante nos negócios da São Martinho de que tenham conhecimento as pessoas mencionadas acima;
- Somente em relação aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e Administradores, sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da São Martinho pela própria São Martinho, suas Sociedades Controladas, suas Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum;
- Sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e
- No período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

Nas hipóteses previstas acima, mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo a vedação de negociação, caso essa possa – a juízo da São Martinho – interferir nas condições dos negócios com ações da São Martinho, de maneira a resultar prejuízo à própria São Martinho ou a seus acionistas. Sempre que a São Martinho decidir pela manutenção da vedação de negociação, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores divulgará a decisão por meio de Circular Normativa.

Vedação à Negociação em Período Anterior à Divulgação de Informações Trimestrais e Anuais, além das Demonstrações Financeiras

A São Martinho, pelos Administradores, por seus Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, pelos Conselheiros Fiscais, Funcionários e Executivos com Acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, e ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora e nas Sociedades Controladas, e as Pessoas Relacionadas que tenham firmado o Termo de Adesão, não poderão negociar Valores Mobiliários da São Martinho no período de quinze (15) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e das demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), assim como das informações anuais (IAN) da São Martinho.

As Corretoras Credenciadas serão instruídas pela São Martinho a não registrarem operações para as Pessoas Relacionadas.

20.2 - Outras informações relevantes

Exceções às Restrições Gerais à Negociação de Valores Mobiliários

As proibições acima não são aplicadas às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da São Martinho e as eventuais recompras pela São Martinho, também por meio de negociação privada, dessas ações. As negociações das pessoas acima referidas, no âmbito da política, para se valerem do benefício ora estabelecido nos termos da norma da CVM deverão realizar-se sob a forma de investimento a longo prazo, atendendo pelo menos a uma das características descritas nos parágrafos abaixo:

- subscrição ou compra de ações por força do exercício de opções concedidas na forma de Plano de Opção de Compra aprovado pela assembleia geral;
- execução, pela São Martinho, das compras objeto de programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; e
- Aplicação da remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários da São Martinho.

Vedação à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Própria São Martinho

O Conselho de Administração da São Martinho não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, por meio da publicação de fato relevante, os eventos descritos nos parágrafos a seguir:

- celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da São Martinho; ou
- outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da São Martinho ou;
- existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a São Martinho suspenderá, imediatamente, as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

Vedação à Negociação Aplicável Somente a Ex-Administradores

Os Administradores que se afastarem da administração da São Martinho antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da São Martinho durante o período descrito nos parágrafos a seguir:

- pelo prazo de 06 (seis) meses após o seu afastamento; ou
- até a divulgação, pela São Martinho, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nessa segunda hipótese, a negociação com as ações da São Martinho, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da São Martinho ou dela própria.

Prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar entre as alternativas acima referidas.

20.2 - Outras informações relevantes

Disposições Gerais Aplicáveis às Vedações de Negociações

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores poderá, independentemente de justificção ou da existência de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as Pessoas Relacionadas não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da São Martinho, ou a eles referenciados. As Pessoas Relacionadas deverão manter sigilo sobre tais períodos.

As vedações de negociações tratadas neste Manual aplicam-se às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Relacionadas, mesmo nos casos em que as negociações por parte dessas pessoas se dêem nos termos dos parágrafos a seguir:

- por meio de sociedade por elas controlada e;
- por meio de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, incluindo, mas não se limitando a clubes de investimentos.

As vedações de negociações tratadas neste Manual também se aplicam às negociações realizadas em Bolsa de Valores, bem como às negociações realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição.

Para fins do previsto no artigo 20 da Instrução CVM nº 358, não são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que observadas as condições descritas nos parágrafos a seguir:

- os fundos de investimento não sejam exclusivos e;
- as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

Violação da Política

O descumprimento desta Política sujeitará o infrator a sanções disciplinares, de acordo com as normas internas da Companhia, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, imputáveis pelos órgãos reguladores de mercado. As disposições da presente Política não elidem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais de terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento sobre Ato ou Fato Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação Exemplar™

Esta Política (documento público) está atualizada e contempla as orientações gerais e os padrões de certificação para excelência do processo documental de divulgação de informações e do processo de relacionamento com o mercado de capitais.

Os procedimentos internos (não públicos) relativos a uso e divulgação de informações ao mercado de capitais e negociação de valores mobiliários de emissão da São Martinho poderão ser revisados, semestralmente, por empresa de auditoria independente, registrada na CVM (ou coligada a uma organização registrada na CVM). Tal empresa de auditoria externa, se utilizada, deverá emitir relatório circunstanciado com os resultados da revisão procedida quanto à aderência e à observância, pela São Martinho, dos princípios da Divulgação Exemplar™.

Diretor Responsável

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento desta Política.

20.2 - Outras informações relevantes

Termo de Adesão

A adesão a esta Política deverá ser feita por meio de assinatura do Termo de Adesão (Anexo A deste Manual) a ser mantido, juntamente à relação de pessoas que assinaram esse documento, conforme disposto no Artigo 16, §§1º e 2º da Instrução CVM nº 358.

Vigência e Alteração Desta Política

Esta Política entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação pelo Conselho de Administração da São Martinho e qualquer alteração ou revisão deverá ser submetida ao mesmo Conselho, observando que ela não poderá ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Propósito e Abrangência

Esta Política tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com Acesso a Informação Relevante; e, ainda, (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de Informações Relevantes e negociação dos Valores Mobiliários.

Princípios da Comunicação Corporativa

Ética - todas as pessoas sujeitas a esta Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores de boa-fé, lealdade e veracidade, e os demais princípios gerais de comunicação corporativa aqui estabelecidos.

Acesso à Informação – é essencial que a São Martinho garanta a disponibilidade de informações relevantes com regularidade e qualidade. É ainda, obrigação das pessoas sujeitas às disposições previstas nesta Política assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da São Martinho seja correta, completa, contínua e desenvolvida por meio dos administradores incumbidos dessa

função, devendo, também, abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias no capital social da São Martinho, na forma prevista nesta Política e na legislação em vigor.

Igualdade de Tratamento - a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas e investidores da São Martinho, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo. O relacionamento da São Martinho com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se-á de modo uniforme e transparente. O fluxo de informações será contínuo, mesmo em situações de crise.

Transparência – as informações disponibilizadas ao público investidor devem pautar-se pela transparência, ou seja, devem refletir fielmente as operações e a situação econômico-financeira da São Martinho, bem como, toda divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou qualquer outra divulgação de informação, deverá observar o disposto nesta Política e na legislação em vigor.

Liberdade de Decisão – as decisões de investimento (venda, compra ou permanência) são atos exclusivos de cada investidor, bem como a busca pelos melhores retornos que se devem pautar pela análise e pela interpretação da informação divulgada ao mercado e jamais pelo acesso privilegiado a tal informação.

Práticas de Divulgação de Resultados da Companhia

O sistema utilizado pela Companhia para comunicação com o público investidor é composto pelos instrumentos descritos nos itens enumerados abaixo.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Relatórios Obrigatórios

Os relatórios obrigatórios (quais sejam: DFP, ITR, Formulário de Referência) são entregues pela Companhia dentro da forma e do prazo estipulados em lei e na regulamentação aplicável. Esses relatórios obrigatórios devem ser entregues simultaneamente na CVM (português e, eventualmente, em inglês), nas Bolsas de Valores e no Website de RI.

- “DFP” – Demonstrações Financeiras Padronizadas: até um mês antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) – limitada a 90 dias do encerramento do exercício fiscal, ou no mesmo dia de sua publicação pela imprensa ou de sua colocação à disposição dos acionistas, o que ocorrer primeiro. Os relatórios gerenciais de resultado referentes ao último trimestre do ano fiscal, para divulgação ao público investidor, deverão estar incluídos na DFP, no item “Comentário Consolidado de Desempenho”, para entrega pelo EmpresasNet e, também, ser entregues como dados econômico-financeiros pelo IPE;

- “ITR” – Informações Trimestrais: até 45 dias do encerramento de cada trimestre do exercício fiscal, excetuando o quarto trimestre do ano fiscal ou quando a São Martinho divulgar informações para acionistas ou terceiros, caso isso ocorra em data anterior. Os *Earnings Releases* deverão estar incluídos no ITR para entrega pelo Empresas.Net e, também, ser entregues pelo IPE; e

- “Formulário de Referência” – Informações Anuais: até 30 dias após a realização da AGO, para entrega pelo Empresas.Net.

Informativos

Constituem informativos da Companhia as notas de Atos ou Fatos Relevantes e atos societários que dizem respeito a editais, avisos e atas de assembleia e reuniões de Conselho de Administração publicados em jornais no local da sede da Companhia no local onde a Companhia tem suas ações negociadas e na imprensa oficial no Brasil.

Qualquer divulgação de informativos deve levar em consideração as disposições aplicáveis aos *Relatórios Obrigatórios*.

Website de RI

O Website de RI é um importante veículo de comunicação da Companhia com seu mercado de capitais, o qual deve conter a totalidade das informações relevantes com regularidade, qualidade e equidade (nos idiomas português e inglês). Deve ser mantido continuamente atualizado e conter dentre outras, as seguintes informações:

- a totalidade das informações da São Martinho enviadas para a CVM;
- relatórios de resultados trimestrais e análises do desempenho;
- apresentações realizadas ao público investidor e transcrição de teleconferências;
- ferramenta básica que possibilite o acompanhamento das cotações dos valores mobiliários;
- calendário de eventos, práticas de governança corporativa, política de dividendos e estimativas de analistas;
- relatório anual;
- *e-mails* de alerta e/ou envio de notificações aos cadastrados pelo Website de RI;
- informação de contato da equipe de relações com investidores da São Martinho.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Período de Silêncio

A Companhia observará o período de silêncio que será de duas semanas antes da data prevista da divulgação de seus resultados trimestrais ou anuais e se estende até a data das suas teleconferências para discussão pública dos mesmos. Durante o período de silêncio, embora seja preferível evitar encontro com investidores, a Companhia poderá participar de telefonemas com os investidores, encontros ou conferências, mas não discutirá as operações em progresso ou indicativo de tendências ou resultados financeiros de seus negócios ainda não divulgados.

Relatórios Gerenciais de Resultado

Os relatórios trimestrais informarão ao público alvo sobre os desempenhos operacional e econômico-financeiro da Companhia no trimestre e acumulado no ano em curso (comparativamente ao período do ano anterior e/ou imediatamente anterior ao reportado), por meio de uma análise objetiva dos resultados obtidos e posição de balanço. A São Martinho observará o período de silêncio quando do início de elaboração dos *Earnings Releases* até sua publicação para discussão dos resultados publicamente.

O relatório anual consolidará a prestação de contas da administração da Companhia aos seus acionistas e ao público investidor.

Projeções de Resultados

Não é prática da São Martinho publicar projeções de resultados. Entretanto, se esse for o caso, o fornecimento de estimativas quanto a resultados futuros (“guidance”) seguirá as práticas utilizadas no mercado norte-americano e regulamentação da CVM. Nesse sentido, toda divulgação que envolva previsões de resultados e/ou acontecimentos futuros será acompanhada de alerta sobre os riscos de alteração relevante nas informações prestadas e, simultaneamente, tal informação será disponibilizada na CVM (IPE e reapresentação espontânea do Formulário de Referência) e no Website de RI. Essas projeções, se publicadas, deverão ser mantidas atualizadas (informativos CVM, Formulário de Referência e Website de RI) e possibilitar: (i) educação do mercado de capitais para uma evolução mais homogênea dos resultados esperados da Companhia; e (ii) a condução tradicional dos negócios.

Rumores

A Companhia não se manifestará sobre rumores ou especulações existentes no mercado a seu respeito.

Participação da Companhia nas Relações com Investidores

As áreas da Companhia fornecerão prontamente amplas informações (de caráter estratégico, operacional, técnico ou financeiro) ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores que, por sua vez, julgará se o assunto deverá ou não ser tornado público e em que detalhamento.

Todos os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora e nas Sociedades Controladas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, deverão observar o contido nesta Política, em especial no que se refere à divulgação de informação.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Feedback à Administração

É responsabilidade da área de Relações com Investidores manter a administração da Companhia informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Companhia.

Forma das Divulgações de Resultados

Jornais

A divulgação do resultado financeiro anual da São Martinho, acompanhada do respectivo relatório de administração, deverá se dar por meio de publicação nos jornais de grande circulação (conforme definido em Assembleia Geral Ordinária dos seus acionistas), adicionalmente ao envio à CVM, às Bolsas de Valores e ao Website de RI. Entretanto, se e quando autorizado pela CVM, a Companhia poderá optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, indicando o endereço do Website de RI onde tal informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores. Não há obrigatoriedade de qualquer divulgação em jornais de resultados trimestrais da Companhia.

Website de RI

O *website* de RI é um dos principais veículos de comunicação da São Martinho com o mercado de capitais (idiomas português e inglês). As informações enviadas à CVM e às Bolsas de Valores serão, simultaneamente, disponibilizadas no *website* de RI. Adicionalmente, e-mails de alerta e/ou envio de informações à lista de pessoas cadastradas pelo *website* de RI, que desejam ser automaticamente informadas de comunicados da Companhia, deverão ser utilizados para complementação de um procedimento de divulgação exemplar, assegurando sempre transparência e equidade de tratamento (idiomas português e inglês).

Conferências Telefônicas

Serão realizadas conferências telefônicas após a divulgação de resultados. Esses eventos de discussão de resultados deverão ser procedidos nos idiomas português e inglês, e concomitantemente transmitidos pela *Internet (webcast)*, de forma a assegurar livre acesso a todos os interessados.

Para conferências telefônicas previstas no calendário de eventos, a Companhia emitirá comunicado com pelo menos uma semana de antecedência informando sua data, seu horário e como acessá-la. Como a São Martinho pretende discutir informações financeiras durante tais conferências, o referido comunicado fornecerá o endereço do *website* de RI onde tais informações estarão disponíveis.

Analistas e investidores terão acesso às conferências telefônicas promovidas pela Companhia, podendo participar da seção de perguntas e respostas. Poderão, também, concomitantemente com as demais pessoas interessadas, acompanhar tais conferências telefônicas por meio do *website* de RI. A Companhia responderá ao número máximo de perguntas dentro do tempo determinado.

A gravação e a transcrição de todas as conferências telefônicas promovidas pela Companhia estarão disponíveis no *website* de RI. Transcorrido um período de 12 meses, as gravações e as transcrições serão alocadas na seção “arquivo” do *website* de RI. Todas as informações contidas no “arquivo” devem ser consideradas dados históricos e não constituem informações atualizadas ou previsões da Companhia.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Reuniões com Analistas de Investidores

A Companhia fará no mínimo uma apresentação pública anual, preferencialmente após a divulgação do resultado de cada ano fiscal. Outras apresentações públicas poderão ser feitas, a critério da São Martinho.

Reuniões de Apresentação de Desempenho Financeiro (“Roadshows”)

Observando todos os princípios fundamentais estabelecidos nesta Política, a Companhia poderá, sob supervisão o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, realizar *roadshows* com o público investidor no Brasil e/ou no exterior, com o objetivo de ampliação e consolidação da imagem externa da Companhia, como entidade transparente e proativa na prestação de contas.

Atendimento a Investidores

O atendimento a investidores e analistas de mercado é feito pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e/ou por representante da área de Relações com Investidores, podendo estar acompanhado por outros executivos da Companhia, a critério do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Outras Reuniões

O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores poderá atender às solicitações de investidores interessados em visitar a Companhia, no sentido de discutir os resultados financeiros e as estratégias implementadas e em curso na São Martinho, sempre observando os princípios fundamentais e demais recomendações desta Política.

A Companhia procurará conduzir coletivas com a imprensa para dar um conhecimento mais abrangente acerca dos resultados trimestrais e/ou anuais após a divulgação de cada um desses resultados. Preferencialmente, tais reuniões devem acontecer na seqüência das teleconferências para discussão dos resultados financeiros.

Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, evitando-se, desta forma, o uso indevido de Informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, dos mercados de valores mobiliários e da própria companhia.

Dessa forma, esta Política estabelece diretrizes e procedimentos gerais a serem observados na divulgação de Ato ou Fato Relevante e na manutenção do sigilo de tais informações ainda não divulgadas com o escopo de divulgar aos órgãos competentes e aos mercados de valores mobiliários informações completas e tempestivas sobre Atos e Fatos Relevantes relacionados à Companhia, assegurando igualdade e transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante da Companhia

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão consubstanciadas em um documento (o “Documento de Divulgação”), o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas no ato ou fato que deu origem ao Ato ou Fato Relevante. Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a Informação relevante e, ainda, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da companhia deverão prontamente comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores que tomará as devidas providências e, se caso for, preparará um Documento de Divulgação.

Uma vez elaborado, o Documento de Divulgação será enviado à área de Relações com Investidores, sendo o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a pessoa responsável

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

pela (i) comunicação à CVM, à B3 e se for o caso, às demais Bolsas de Valores e Mercado de Balcão; e (ii) divulgação ao mercado em geral e *website* de RI da Companhia.

Em caso de omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do artigo 6º da Instrução CVM nº 358/02), os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso às Informações Relevantes ou qualquer dos integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas a companhia, que tiverem conhecimento pessoal do Ato ou Fato Relevante e constatarem a referida omissão, somente se eximirão de responsabilidade, caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM e à B3.

Quando a Quem Informar

Quando

A divulgação de Ato ou Fato Relevante obedecerá ao prazo legal aplicável.

A Quem

A informação sobre Ato ou Fato Relevante deverá ser comunicada: à CVM; à B3; às demais Bolsas de Valores e Mercado de Balcão quando aplicável; e ao mercado em geral e *website* de RI da Companhia.

Formas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Jornais

A divulgação de Informações Relevantes envolvendo a Companhia deverá se dar por meio de publicação nos jornais de grande circulação (conforme definido em Assembleia Geral Ordinária dos seus acionistas) e, resumidamente, adicionalmente ao envio à CVM, às Bolsas de Valores e ao *website* de RI. Entretanto, a Companhia poderá, a cada divulgação de Informações Relevantes, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, indicando o endereço do *website* de RI onde tal informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

Website de RI

As informações enviadas à CVM e às Bolsas de Valores serão simultaneamente disponibilizadas no *website* de RI. Adicionalmente, *e-mails* de alerta e/ou envio de informações à lista de pessoas cadastradas pelo *website* de RI, que desejam ser automaticamente informadas de comunicados da companhia, deverão ser utilizados para complementação de um procedimento de divulgação exemplar, assegurando sempre transparência e equidade de tratamento (idiomas português e inglês).

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Em nenhuma hipótese, a companhia utilizar-se-á somente da *Internet* para divulgar Ato ou Fato Relevante. A *Internet* (*website* de RI) será utilizada como meio suplementar aos meios de comunicação tradicionais utilizados pela Companhia.

Reuniões

As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, relativa a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, deverão contar com a presença do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores ou de outra pessoa indicada para esse fim, por ele indicada, ou ter o seu conteúdo, no que possa representar Informação Relevante, reportado ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Nesse contexto, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores veiculará o documento de divulgação anteriormente à realização dessas reuniões, evitando assim a caracterização de divulgação seletiva. A Companhia fará a transmissão do áudio dessas reuniões pela *Internet* (*webcast*), para assegurar ampla disseminação dos assuntos apresentados e discutidos.

A Informação Privilegiada e o Dever do Sigilo

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado de valores mobiliários, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com esses na hipótese de descumprimento.

Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários e executivos com acesso a Informação Relevante ou qualquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas à Companhia observarão as regulamentações que versam sobre a disponibilização de Informações Privilegiadas, bem como o seu uso na negociação dos Valores Mobiliários.

Não Divulgar É Exceção à Regra

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Qualquer questão referente à materialidade de uma determinada questão específica deverá ser analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia e discutida na forma da legislação vigente. Entretanto, há casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante pode pôr em risco interesse legítimo da Companhia. Nessas situações, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão do Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, submetendo à CVM a sua decisão de manter em sigilo.

Entretanto, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores divulgará imediatamente o Ato ou Fato Relevante se a Informação Relevante escapar ao controle, se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários ou a eles referenciados ou se a CVM decidir pela divulgação.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Princípios de Práticas de Divulgação Geralmente Aceitos

Divulgação Seletiva

Divulgação seletiva é a divulgação de Informação Relevante para qualquer indivíduo antes da publicação de tal informação para o público investidor. É contrária a esta política a divulgação seletiva de informação relevante para indivíduos ou grupos fora da companhia a qualquer tempo, exceto se tais indivíduos ou grupo estiverem obrigados ao dever de confidencialidade e não divulgação. Caso a informação relevante seja involuntariamente divulgada, a Companhia irá emitir uma publicação ou *press release* contendo essa informação, num prazo de 24 horas, além de divulgá-la em seu *website* de RI.

Porta-voz designado pela Companhia e suas Responsabilidades

São autorizados a pronunciarem-se em nome da companhia o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (nos assuntos que sejam relacionados ou que possam vir a impactar a percepção de risco, credibilidade e dos resultados financeiros consolidados da São Martinho, incluindo analistas, investidores e imprensa financeira) e os funcionários autorizados das áreas de negócio (nos assuntos relativos à habitualidade das respectivas operações e nas relações com a imprensa geral). Outros funcionários da companhia poderão ser designados, ocasionalmente, para se pronunciar em nome da companhia ou a responder questionamentos específicos da comunidade de investidores ou da mídia.

Os funcionários, exceto aqueles autorizados a pronunciarem-se em nome da companhia, serão instruídos para não responder, em qualquer circunstância, a questionamentos provenientes da comunidade de investidores ou da mídia, a menos que autorizados formalmente pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Todos os funcionários que receberem, direta ou indiretamente, questionamentos de investidores, analistas ou profissionais da mídia deverão informar tais questionamentos ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

- Considerações para os Analistas

A Companhia irá rever, mediante requisição do analista, os modelos de *Earnings Release* ou relatórios de cobertura (pesquisa e projeção) somente para verificação da precisão das informações sob domínio público (incluindo-se eventuais projeções futuras por ela emitidas – “*guidance*”).

A companhia permitirá aos analistas e às autoridades o acesso às suas informações dentro de seus limites de tempo e recursos. Todos os analistas e investidores terão acesso ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. As requisições de encontros com os Administradores serão marcadas de acordo com a disponibilidade em agenda, e poderão ser determinadas por critérios como número de Valores Mobiliários detidos pelo investidor, nível de conhecimento que o analista ou o investidor possui sobre a Companhia ou sobre o mercado que a Companhia opera, e a frequência com que o analista ou investidor tenha se reunido com os Administradores.

A Companhia não irá negar aos analistas ou investidores, em qualquer circunstância, acesso às suas informações por causa da existência de recomendações negativas sobre os valores mobiliários.

A São Martinho poderá disponibilizar no seu *website* de RI os nomes e empresas dos analistas que estão atualmente cobrindo a Companhia sem favorecer nenhum analista ou banco de investimento. Eventualmente, mediante a autorização formal de cada analista, a São Martinho disponibiliza as recomendações, os preços alvos e os relatórios desses analistas.

- Publicação do Relatório Anual da Companhia

A companhia deverá publicar anualmente um relatório apresentando o desempenho operacional e financeiro do ano anterior, assim como reunir um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos funcionários, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade (balanço social e ambiental-sustentabilidade).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ver item 21.1.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Ver item 21.1.

21.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável.